Repositório Institucional da UFPI

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL - RI/UFPI

1. Identificação do material bibliográfico:

[ ]Tese [X]Dissertação [ ]Monografia [ ]TCC Artigo [ ]Livro

[ ]Capítulo de Livro [ ]Material Cartográfico ou Visual [ ]Música

[ ]Obra de Arte [ ]Partitura [ ]Peça de Teatro [ ]Relatório de pesquisa

[ ]Comunicação e Conferência [ ]Artigo de periódico [ ]Publicação seriada

[ ]Publicação de Anais de Evento

2. Identificação do Trabalho Científico:

Curso de Graduação: Licenciatura Plena em História

Programa de pós-graduação: P.P.G. em História do Brasil

Outro: _____

Autor(a): Dinorah França Soares

E-mail: dinorahfranca04@gmail.com

Orientador (a) Fco Gleison da Costa Monteiro

Instituição: UFPI

Membro da banca: Marcus Pierre de Carvalho Baptista

Instituição: UEG

Membro da banca: Joseane Zingleara Soares Marinho

Instituição: UESPI

Membro da banca: _____

Instituição: _____

Membro da banca: _____

Instituição: _____

Membro da banca: _____

Instituição: _____

Titulação obtida: Mestre em História do Brasil

Data da defesa: 25/03/2026

Título do trabalho: Natureza e circulação de saberes em tempos de Reformismo Ilustrado: a quina-quina do Piauí (1763-1806).

Agência de fomento (em caso de aluno bolsista): CAPES, cód 001.

3. Informações de acesso ao documento no formato eletrônico:

Liberação para publicação:

Total: [X]

Parcial: [ ]. Em caso de publicação parcial especifique a(s) parte(s) ou o(s) capítulos(s) a serem publicados:

.....

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Em atendimento ao Artigo 6º da Resolução CEPEX nº 264/2016 de 05 de dezembro de 2016, autorizo a Universidade Federal do Piauí - UFPI, a disponibilizar gratuitamente sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral ou parcial da publicação supracitada, de minha autoria, em meio eletrônico, no Repositório Institucional (RI/UFPI), no formato especificado* para fins de leitura, impressão e/ou *download* pela *internet*, a título de divulgação da produção científica gerada pela UFPI a partir desta data.

Local: Teresina - PI Data: 06/08/2026

Assinatura do(a) autor(a): Dinorah França Loapes

* **Texto** (PDF); **imagem** (JPG ou GIF); **som** (WAV, MPEG, MP3); **Vídeo** (AVI, QT).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA - CMPP
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL- PPGHB
MESTRADO EM HISTÓRIA DO BRASIL

DINORAH FRANÇA LOPES

NATUREZA E CIRCULAÇÃO DE SABERES EM TEMPOS DE REFORMISMO ILUSTRADO: A QUINA-QUINA DO PIAUÍ (1763-1806)

TERESINA – PI
2026

DINORAH FRANÇA LOPES

NATUREZA E CIRCULAÇÃO DE SABERES EM TEMPOS DE REFORMISMO ILUSTRADO: A QUINA-QUINA DO PIAUÍ (1763-1806)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Campus Ministro Petrônio Portella (CMPP), como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro.

TERESINA – PI
2026

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Centro de Ciências Humanas e Letras
Biblioteca Prof. Wilson Brandão

L881n Lopes, Dinorah França
Natureza e circulação de saberes em tempos de reformismo ilustrado : a quina- quina do Piauí (1763-1806) / Dinorah França Lopes. -- 2026.
126 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Pós-graduação em História do Brasil, Teresina, 2026.
"Orientador: Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro"

1. Quina-quina – árvore. 2. Reformismo ilustrado. 3. Filosofia natural. 4. História ambiental. I. Monteiro, Francisco Gleison da Costa. II. Título.

CDD 909

Bibliotecária Emanuele Alves Araújo - CRB 1290

À memória de meu amado avô, Romão de Araújo França.

AGRADECIMENTOS

A Deus,

Aos meus pais, Altair e Rosa, pelo sacrifício de absterem-se das próprias vontades em função das minhas. Não posso me queixar de falta de apoio familiar, sobretudo na educação. Tenho uma comitiva que me dá suporte desde que me entendo por gente, nos estudos e avaliações. Reconheço o privilégio.

Aos meus irmãos, Diego e Danilo, que me influenciaram profundamente. Danilo me inspirou especialmente com a forma criativa de ver o mundo. Diego, além de me presentear com dois sobrinhos, Dário e Igor, e uma cunhada, Gisely, me mostrou o valor da disciplina.

Aos meus avós, Inocêncio, Maria, Romão e Francisca (Titi), *in memoriam*. Meu "vovô Romão" partiu enquanto eu escrevia este trabalho. O ofício da escrita, já particularmente difícil, tornou-se ainda mais árduo com o coração enlutado.

Outra perda sentida durante este percurso foi a de meu primo e grande amigo, Francisco Antônio (Tito), que partiu precocemente, aos 30 anos. Ele nos deixou um legado de amizade e prestatividade, e sou imensamente grata pelo tempo que partilhamos.

Aos integrantes do grupo "Trindade" de estudos e conversa fiada, Lucas e Aída, que me acompanham desde a graduação e com quem sempre posso contar. Vocês são referências de esforço e disciplina. Nada nos leva mais longe do que caminhar ao lado de "gente grande".

À turma do Flat Nazareth Noleto, na pessoa de Gizeli Lima, pelo cuidado e pelos momentos de descontração durante minha vivência em Teresina.

A todos os meus amigos, primos, tios e conhecidos que tornam a vida mais agradável. Incluo, aqui, os colegas da XX Turma de Mestrado do PPGHB-UFPI.

A Diego Miguel, com quem dividi minhas alegrias e frustrações ao longo destes dois anos, agradeço pela paciência e companheirismo.

A todos os servidores que auxiliam no funcionamento do PPGHB-UFPI.

A todos que já foram meus professores, especialmente ao professor Mairton Celestino (UFPI), por ter me apresentado à História Natural. Mairton me orientou no Trabalho de Conclusão de Curso de graduação e se tornou um amigo por quem nutro muito carinho.

À professora Joseanne Marinho (UFPI), que com muita delicadeza abriu meus olhos e me deixou mais sensível para a História da Saúde e das Doenças.

Ao professor Jhonny Monteiro (UFPI), pelas incríveis aulas de historiografia, que me fizeram ver com outros olhos nossos textos.

Ao professor Fábio Leonardo Castelo Branco (UFPI), pelas sugestões e pela dedicação em conhecer o trabalho.

Ao professor Pedro Vilarinho (UFPI), que se interessou pela minha pesquisa desde a primeira vez que nos vimos. Assistiu à minha entrevista de seleção, contribuiu com leituras, conversas e gentilmente me acompanhou em uma visita ao Arquivo Público do Piauí.

Ao professor Manoel Martins (Universidade Federal do Maranhão), pela grande ajuda na transcrição dos documentos.

Ao professor Gleison Monteiro (UFPI), pela orientação e pelo cuidado com nosso bem-estar. Ao acolher nossas fragilidades com paciência, respeito e flexibilidade, mostra o profissional humano que é.

Aos membros da banca examinadora, os professores Gleison Monteiro (UFPI), Joseanne Marinho (UFPI) e Marcus Pierre Baptista (UEG), pela gentileza em ler e comentar este trabalho, contribuições fundamentais para a evolução acadêmica.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Muito obrigada!

Uma árvore, que eles chamam de ‘árvore da febre’, cresce na região de Loja. Sua casca, da cor de canela, moída em pó na dose equivalente ao peso de duas pequenas moedas de prata, quando ministrada como bebida, cura as febres comuns e as febres terçãs e produziu resultados milagrosos em Lima.

Antonio de la Calancha, 1638.

RESUMO

O trabalho analisa a circulação de saberes e produtos da quina-quina do Piauí nas diretrizes do Reformismo Ilustrado. Especificamente, explicamos como a exploração desta árvore representou (1) um projeto de inventariação da natureza inspirado no Reformismo Ilustrado. Somado a isso, (2) a dinâmica atlântica e global das trocas de informação e materiais na qual a capitania do Piauí estava inserida. Finalmente, (3) um encontro de saberes indígenas, africanos e europeus nos domínios portugueses. Nossas fontes foram produzidas entre os anos de 1763 e 1806 e pertencem ao contexto iluminista, fazendo, pois, parte de um processo mais amplo do que suas datações indicam. Tais documentos incluem cartas de autoridades coloniais, algumas digitalizadas pelo Projeto Resgate e disponíveis no Arquivo Histórico Ultramarino, outras preservadas no acervo físico do Arquivo Público do Piauí; além de duas quinografias disponibilizadas digitalmente pela Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin; e um ensaio produzido pelos viajantes Vicente Jorge Dias Cabral e o padre Joaquim José Pereira. Outros documentos presentes na pesquisa têm importância secundária e foram usados como instrumentos para a compreensão das fontes principais. A construção desta dissertação está alicerçada pela leitura de textos relacionados à História das Ciências e à História Ambiental. No debate, houve espaço para produções sobre meio ambiente, imperialismo, ciências, viajantes e filosofia natural, como as obras de Fernand Braudel (2001), Kapil Raj (2015), Andrea Wulf (2016) e Ailton Krenak (2019). Conceitos como o de "Imperialismo Ecológico", de Alfred Crosby (2011), foram base para a reflexão. Mesmo com papel secundário, outros conceitos fizeram parte de nosso filtro de análise. Por fim, serviram de inspiração para esta dissertação aspectos teórico-metodológicos empregados por Alba Moya Torres (1994), Danielle Sanches Almeida (2017), Gabriela Berthou de Almeida (2020), Gutiele Gonçalves dos Santos (2022), Janayne de Moura Ferreira (2021), Mairton Celestino da Silva (2016) e Vera Regina Beltrão Marques (1998).

Palavras-chave: Ciências; Filosofia Natural; História; Quina-quina; Reformismo Ilustrado; Viajantes.

ABSTRACT

This work analyzes the circulation of knowledge and products of the cinchona tree in Piauí within the guidelines of Enlightened Reformism. Specifically, we explain how the exploitation of this tree represented (1) a project of inventorying nature inspired by Enlightened Reformism. Added to this, (2) the Atlantic and global dynamics of the exchange of information and materials in which the captaincy of Piauí was inserted. Finally, (3) an encounter of indigenous, African, and European knowledge in the Portuguese domains. Our sources were produced between 1763 and 1806 and belong to the Enlightenment context, thus being part of a broader process than their dates indicate. These documents include letters from colonial authorities, some digitized by the Resgate Project and available in the Overseas Historical Archive, others preserved in the physical collection of the Public Archive of Piauí; in addition to two cinchona-related works made digitally available by the Guita and José Mindlin Brazilian Library; This dissertation is based on an essay produced by travelers Vicente Jorge Dias Cabral and Priest Joaquim José Pereira. Other documents included in the research have secondary importance and were used as tools for understanding the main sources. The construction of this dissertation is grounded in the reading of texts related to the History of Science and Environmental History. The discussion included works on the environment, imperialism, science, travelers, and natural philosophy, such as those by Fernand Braudel (2001), Kapil Raj (2015), Andrea Wulf (2016), and Ailton Krenak (2019). Concepts such as Alfred Crosby's (2011) “Ecological Imperialism” served as a basis for reflection. Even with a secondary role, other concepts were part of our analytical filter. Finally, this dissertation was inspired by theoretical and methodological aspects employed by Alba Moya Torres (1994), Danielle Sanches Almeida (2017), Gabriela Berthou de Almeida (2020), Gutiele Gonçalves dos Santos (2022), Janayne de Moura Ferreira (2021), Mairton Celestino da Silva (2016), and Vera Regina Beltrão Marques (1998).

Keywords: Cinchona; Enlightened Reformism; History; Natural Philosophy; Sciences; Travelers.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

DESENHOS

Desenho 1 - *Cinchona Officinalis*
Desenho 2 - *Portlandia hexandria*
Desenho 3 - Desenho da Quina - expedição de Vicente Jorge Dias Cabral
Desenho 4 - *Cinchona officinal*
Desenho 5 - Cinchona rubra ou colorada
Desenho 6 - *Cinchona caribea*
Desenho 7 - *Cinchona Caribea* II
Desenho 8 - *Cinchona montana*
Desenho 9 - *Cinchona espinhosa*
Desenho 10 - *Quina de condamine*
Desenho 11 - Carqueja
Desenho 12 - Quina solana
Desenho 13 - Quina do Pernambuco
Desenho 14 - *Coutinia illustris*

IMAGENS

Imagem 1 - Observações sobre a propriedade da quina do Brasil (1801)
Imagem 2 - Ensaio Economico da Quina-Quina do Piauhi
Imagem 3 - Quinografia portugueza ou collecção de varias memorias sobre vinte e duas especies de quinas

MAPAS

Mapa 1 - O Estado do Grão-Pará e Maranhão
Mapa 2 - Percurso aproximado da expedição Cabral-Pereira (1799-1803)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Grupos indígenas que habitavam a capitania do Piauí entre os séculos XVII e XVIII

Tabela 2 - Tipos de quina

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

APN - Arquivo Público Nacional

BND - Biblioteca Nacional Digital

CGGPM - Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão

CSHNB - Campus Senador Helvídio Nunes de Barros

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica

PPGHB - Programa de Pós Graduação em História do Brasil

UFPI - Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO……...…….14

2 LUZES SOBRE O MUNDO NATURAL……...…….....24
2.1 Percepções sobre a natureza do Brasil e do mundo……...……24
2.2 Uma árvore tem produzido resultados milagrosos……...…….34
2.3 Aspectos do Reformismo Ilustrado luso-brasileiro……44

3 CIRCUNSTÂNCIAS HISTÓRICAS E ESPACIAIS…….…...54
3.1 O Estado do Grão-Pará e Maranhão……..54
3.2 Múltiplos Sertões……...61
3.3 Capitania do Piauí: um espaço de disputas……67

4 O ENCONTRO E A CIRCULAÇÃO DE SABERES, PRODUTOS, PESSOAS E DOENÇAS……...…74
4.1 Autoridades coloniais voltam-se para a quina-quina…….…...74
4.2 O olhar sobre a quina na viagem filosófica ao Piauí (1799-1803)……..…...85
4.3 A circulação de saberes e produtos em uma remota capitania…….94

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS……..……..114

REFERÊNCIAS……...….115

1 INTRODUÇÃO

Durante o período identificado como Reformismo ilustrado, registrou-se uma movimentação intensa de conhecimentos e materiais a respeito da fauna, da flora e das paisagens. Nesse contexto, o interesse por uma planta denominada “quina-quina” repercutiu em um conjunto de ações de agentes políticos e sujeitos “comuns”. A presente dissertação tem o objetivo de analisar esse processo, explicando sua relação com o Iluminismo e o que representou nesse movimento; a proporção que assumiram tais contatos, de modo a percebermos o papel da capitania do Piauí na empresa. Por fim, a interação entre as experiências indígenas, africanas e europeias no espaço até então administrado por Portugal.

A estratégia usada para alcançarmos os objetivos traçados foi nos apoiarmos nas seguintes perguntas balizadoras: como se deu a circulação de saberes e produtos da quina do Piauí? Quais aspectos da exploração da quina do Piauí denunciam o projeto de inventariação da natureza caro aos iluministas? Que proporção atingiram tais trocas na prática? Quais ciências estavam envolvidas na construção do conhecimento sobre a quina?

A importância deste estudo para a constituição do saber histórico está em conhecer vieses que ainda carecem de ser explorados pela historiografia, sobretudo acerca do Piauí. Embora haja trabalhos como os de Mairton Celestino da Silva (2016), Gabriela Berthou de Almeida (2020), Janayne de Moura Ferreira (2021) e Gutiele Gonçalves dos Santos (2022), os estudos sobre as drogas do sertão, quantitativamente, ainda estão muito aquém, quando comparados às demais temáticas. Também consideramos haver pouca variedade qualitativa, ou seja, de natureza, dos trabalhos. Por isso, uma investigação específica sobre a árvore da quina representa um complemento valioso para a nossa historiografia. A busca pela quina possui especificidades que merecem atenção: esperava-se muito desta planta, acreditava-se que ela poderia trazer riquezas capazes de mudar os rumos de Portugal. Mais uma característica que torna esta dissertação distinta e, consequentemente, necessária, é a investigação de um produto que foge à regra dos ciclos econômicos tradicionais, o que reforça a complexidade das relações estabelecidas nesse espaço.

Coincidentemente, a quina-quina possui o princípio ativo (quinino) da hidroxicloroquina, um medicamento bastante discutido durante a pandemia de COVID-19. A hidroxicloroquina é usada contra a Malária e foi recentemente associada ao tratamento da doença respiratória causada pelo SARS-CoV-2, no entanto, sua eficácia contra esta não foi comprovada em testes *in vivo*.

É inviável traçarmos um recorte temporal preciso para o Reformismo Ilustrado. Qualquer delimitação seria imprecisa e falha, assim como a tentativa de analisá-lo em sua totalidade. As datas de nossas fontes estão compreendidas entre os anos de 1763 e 1806, momento em que as Luzes estão em voga na Europa. Indicamos as respectivas datas do primeiro e do último documento eleito como referência temporal. Porém, houve reflexões sobre períodos anteriores e posteriores a eles, bem como o uso documentos datados fora deste intervalo, os quais tiveram importância secundária para a pesquisa, funcionando apenas como instrumentos de compreensão.

O recorte espacial desta investigação é o Estado do Grão-Pará e Maranhão, mormente as terras ligadas à capitania do Piauí. O Piauí é nosso espaço de interesse porque aparece nos documentos como um lugar propício à exploração da quina. Sua posição geográfica, seu clima, bem como sua vegetação traziam esperança para o extrativismo e o cultivo. Mas este último nunca se efetivou. O Piauí também era detentor de uma grande quantidade de uma espécie de quina que foi chamada, inclusive, de "quina do Piauí", para a qual foram direcionados muitos estudos, a fim de que se conhecessem suas semelhanças e diferenças com a quina verdadeira, típica da Loja peruana. Naturalmente, não podemos tratá-lo como um espaço isolado, dada sua relação difusa com o Maranhão, a Bahia, o Pernambuco e o sertão como um todo. Por esse motivo, estaremos em diálogo constante com estas outras partes.

O interesse pelo tema surgiu com um trabalho de Iniciação Científica Voluntária (ICV) desenvolvido em 2019, na cidade de Picos-PI, no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Sob orientação do professor Mairton Celestino da Silva, executamos o projeto intitulado "Ciência, natureza e circulação de saberes no Estado do Maranhão e Piauí, século XVIII". O plano de trabalho representou o interesse de compreendermos o processo de racionalização administrativa e científica conhecido como "reformismo ilustrado" pelo qual passou Portugal na passagem do século XVIII para o século XIX. O entendimento da natureza como objeto de conhecimento e exploração impulsionou a busca por plantas medicinais, algumas vezes por seu potencial de cura, outras, por seu valor comercial, outras, ainda, por motivos diversos destes. Tal curiosidade nos levou à história da quina. E esta, ao tema de nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

A construção desta dissertação está alicerçada sobretudo pela leitura de textos relacionados à História das Ciências e à História Ambiental. No debate, houve espaço para produções sobre meio ambiente, imperialismo, ciências, viajantes e filosofia natural, como as obras de Fernand Braudel (2001), Alfred Crosby (2011), Kapil Raj (2015), Andrea Wulf (2016) e Ailton Krenak (2019). Serviram de inspiração para esta dissertação aspectos

teórico-metodológicos empregados por Alba Moya Torres (1994), Danielle Sanches Almeida (2017), Gabriela Berthou de Almeida (2020), Gutiele Gonçalves dos Santos (2022), Janayne de Moura Ferreira (2021), Mairton Celestino da Silva (2016), Vera Regina Beltrão Marques (1998).

Para alcançar nossos objetivos, investigamos a produção científica de autoridades coloniais a respeito da natureza e da paisagem e nos aproximamos de discussões sobre meio ambiente e exploração, levando em consideração experiências de contato cultural entre naturalistas-viajantes, mestiços, escravizados, indígenas e autoridades coloniais locais e sua lida com as práticas de cura locais. Também relaciona as circunstâncias históricas que incentivaram a exploração pelos lusos de espécies da fauna e da flora, sobretudo da Cinchona, a partir da segunda metade do século XVIII, suas principais características, usos e modos de aproveitamento.

Segundo Braudel (2001), o mundo natural é uma estrutura histórica de longa duração, cujas mudanças, mesmo que lentíssimas, influenciam profundamente as formas de vida, os ritmos de produção, os deslocamentos e a organização social. Exemplo disso são o isolamento imposto pelos desertos, a segurança proporcionada pelas montanhas, a determinação das colheitas e epidemias pelo clima e o sucesso ou insucesso de atividades comerciais e/ou de guerras pela geografia marítima. Dessa maneira, a natureza vem à tona como elemento independente e poderoso, que pode interagir com o homem e ao mesmo tempo limitá-lo.

A principal contribuição da produção intelectual de Alfred Crosby (2011) para esta pesquisa é o conceito de “imperialismo ecológico”. Com ele, o autor pensa como as potências imperialistas que se impuseram entre os anos de 900 e 1900 transformaram a natureza de suas colônias em favor de seus interesses econômicos e políticos. A transferência de espécies que alteraram os ecossistemas nativos das regiões dominadas, as doenças como instrumento de conquista que dizimaram populações indígenas e enfraqueceram sociedades, a transformação ambiental e a desigualdade ecológica global causadas pela destruição de florestas com vistas para a plantação de gêneros agrícolas e sua exportação e pela introdução de espécies da fauna e da flora nessas regiões, e o extrativismo de gêneros, tais como a borracha e o cacau, entram no escopo do historiador estadunidense.

Kapil Raj (2015) nos coloca diante de uma perspectiva crítica em torno da história da ciência. A ciência moderna é comumente representada como um conhecimento universal e europeu. Abordagens tradicionais negligenciam contextos locais e dão azo a narrativas que colocam o Ocidente no centro da produção de conhecimento. Trata-se de um vício, que pode ser identificado tanto em pós-colonialistas como em pós-positivistas, ainda que suas intenções

sejam as melhores. A alternativa que Raj oferece a essas interpretações é uma historiografia baseada na circulação e nos encontros de saberes, porque pressupõem um agenciamento múltiplo na elaboração do conhecimento. O referido protagonismo de fato ocorreu, e legitimá-lo é aproximar-se de uma história conectada e sensível.

Andrea Wulf (2016) apreende das experiências de Alexander von Humboldt (1769-1859) mais do que informações biográficas. A historiadora alemã relaciona suas ideias ao desenvolvimento do pensamento ambiental moderno. O viajante colaborou com esse desabrochar, uma vez que soube integrar geografia, botânica, meteorologia, física, arte e política. Ao percorrer as atuais Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Cuba e México, Humboldt facilitou a vida de outros viajantes e impulsionou os estudos sobre a natureza ao registrar minuciosamente o que via. São seus tributários Charles Darwin, Simón Bolívar, Goethe, além de outros.

Ailton Krenak (2019), por sua vez, amplia nosso quadro de concepções filosóficas ao retomar a visão integrada da vida dos povos indígenas, que se veem como parte da terra. Visão que vai de encontro com o modelo ocidental de desenvolvimento, que separa o ser humano da natureza, muitas vezes, designando-o como seu dono. Krenak crê que o colapso ambiental, social e existencial temido pelo mundo ocidental chegou para os povos indígenas desde a colonização. Esse colapso se refere ao seu silenciamento e desumanização. Em suma, adiar o fim do mundo seria resistir com a adoção de um modo de vida desacelerado, um modelo que tem inspiração na experiência indígena com o meio ambiente.

As fontes trabalhadas envolvem doze manuscritos avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), componentes do catálogo piauiense, e dois documentos bibliográficos coloniais ligados ao reino vegetal, sobretudo, à cinchona. Fizemos a seleção de ofícios e cartas digitalizados pelo Projeto Resgate, que teve como norte qualquer menção aos termos “quina-quina”; “quina”, “Cinchona”, “vegetal(ais)”, “botânico(a)” ou “planta”. Desses doze arquivos, dois fazem referência ao processo de conhecimento e exploração dos exemplares vegetais das terras brasileiras de forma geral e dez versam especificamente sobre a árvore da quina. Os dois primeiros são ofícios do governador do Piauí, em 1799, D. João de Amorim Pereira, direcionado ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, “sobre a necessidade de um naturalista para estudar e descobrir o préstimo das plantas que há neste país”; e do governador interino em 1801, Francisco Diogo de Morais, ao Secretário de Estado da Fazenda e Presidente do Real Erário, tratando “sobre o pedido do príncipe regente [D. João] de enviar para o reino, cascas, plantas medicinais e de sementes, acompanhadas de um catálogo descritivo.” Os dez últimos são: um ofício do [governador do

Piauí], João Pereira Caldas, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, “sobre a remessa de amostras de quina, pedra-hume e capa-rosa, encontradas na Vila de São João da Parnaíba.”, datado de 15 de fevereiro de 1763; um ofício do governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, José Teles da silva, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, “sobre a descoberta de quina nos sertões do Piauí, cuja casca é semelhante à casca peruviana, existente na Europa, e remetendo amostra de sementes de quina.”, datado de 30 de junho de 1787; um requerimento de José António Pereira Vilela, negociante da praça de Lisboa, ao príncipe regente, D. João, “solicitando que seja enviado à Casa das Índias, o aviso que determina que lhe sejam entregues os 17 surroins de quina, que lhe foram consignados pelo governador do Piauí.”, datado de 31 de dezembro de 1792; um ofício de Manuel Pinheiro Osório, ao governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, D. Fernando António de Noronha, “sobre a remessa de quina branca, preta e quina-quina solicitada, produtos que existem com maior abundância nas vilas de Marvão, Valença, São João da Parnaíba e Oeiras do Piauí.”, datado de 12 de abril de 1795; um ofício do governador e capitão-general do Maranhão, D. Fernando António de Noronha, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, “sobre a recolha de quina, salitre e tabaco, e informando a chegada do novo governador para o Piauí, D. João de Amorim Pereira.”, datado de 12 de dezembro de 1797; um ofício do governador interino do Piauí, Francisco Diogo de Morais, ao Secretário de Estado da Fazenda e Presidente do Real Erário, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o pedido do príncipe regente, D. João, “de enviar para o reino, cascas, plantas medicinais e de sementes, acompanhadas de um catálogo descritivo.”, datado de 08 de janeiro de 1801; um ofício (minuta) do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Visconde da Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, ao Intendente das Boticas da Marinha, João Filipe da Fonseca, “sobre o envio para o jardim botânico de vários exemplares de plantas recebidas do Brasil.”, datado de 21 de julho de 1802; um ofício do bacharel, Manuel Bernardo de Sousa e Melo, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Visconde da Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, “sobre as diligências efectuadas pelo sargento-mor de milícias do Piauí, Inácio Pires Pereira Pinto, na procura de cascas de peruviana ou quina e outros produtos naturais, durante quatro anos nos sertões da dita capitania.”, datado de 24 de julho de 1802; um ofício de Manuel Joaquim Henriques de Paiva, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Visconde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, “sobre seu parecer acerca da qualidade da quina ou casca de peruviana descoberta na capitania do Piauí e as suas qualidades terapêuticas.”, datado de 03

de janeiro de 1804; um ofício do governador do Piauí, Carlos César Burlamaqui, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Visconde de Anadia, José Rodrigues de Sá e Melo Menezes e Souto Maior, "sobre remessa de quina para o reino.", datado de 22 de agosto de 1806.

As principais fontes bibliográficas estudadas foram: "Quinografia portugueza ou collecção de varias memorias sobre vinte e duas especies de quinas tendentes ao seu descobrimento nos vastos dominios do Brasil", por Frei José Mariano Veloso; e "Observações sobre a propriedade da quina do Brasil", por André Comparetti. Obras que datam, respectivamente, dos anos de 1799 e 1801. Ambas apresentavam as qualidades terapêuticas e botânicas da cinchona e visavam a substituição da quina estrangeira por espécies nativas ou aclimatadas no território colonial português. Regiões cujos paralelos eram semelhantes aos da região da Loja peruana receberam uma atenção especial, como a capitania do Piauí e terras do continente africano que ficavam na altura da linha do Equador. Isso se dava pela noção de que paralelos semelhantes proporcionavam climas e vegetações semelhantes. As descrições botânicas e farmacológicas do vegetal, de suas variedades e virtudes mais tarde serviram para a identificação por parte dos exploradores dos recursos naturais do Brasil.

Também estudamos um ensaio elaborado na ocasião de uma viagem filosófica realizada por Vicente Jorge Dias Cabral e o padre Joaquim José Pereira entre os anos de 1799 e 1803, denominado de: "Ensaio Economico da Quina Quina do Piauhi". Outros documentos foram analisados e compõem nossas referências, mas pela viabilidade da pesquisa, precisamos nos voltar com mais atenção para aqueles de maior impacto no trabalho. Assim, os demais foram usados como instrumento para melhor compreensão das fontes eleitas.

Os primeiros contatos entre portugueses e outros grupos humanos durante o processo de expansão ultramarina sempre foram objetos de pesquisas no âmbito da História. No entanto, nas últimas décadas, com a ampliação do conceito de fonte histórica e das possibilidades de investigação propostas pelas correntes historiográficas que marcaram o passar do século XX, novos vieses têm sido explorados e feito parte dos espaços de discussão acadêmica. Tendo em vista que os contrastes evidenciados com a aproximação desses povos além de étnicos eram paisagísticos ou se ligavam diretamente a elementos da flora, da fauna, da geografia, um grande número dos trabalhos produzidos procura compreender a relação do homem com estes últimos (Almeida, 2020; Dean, 1996; Luizi, 2019; Thomas, 2010). Naturalmente, torna-se possível vislumbrar levantamentos e comparações entre regiões

distintas, alguns a nível local, outros em grau intercontinental, por contemplarem América, África e Índias. Assim, o Atlântico aparece frequentemente como protagonista nesses debates.

Muitos viajantes que circulavam pela unidade do Estado do Grão-Pará e Maranhão tinham em suas incursões o cuidado de averiguar as potencialidades naturais que cada lugar podia oferecer. A urumbeba, o cacau, os cânhamos, o salitre, o anil e a quina-quina (Cinchona), por exemplo, fariam parte do repertório de análise dos exploradores. Diante dessa compreensão de funcionamento da natureza, autoridades coloniais (re)interpretavam o mundo à sua volta, conectando regiões distantes, como a capitania do Piauí, México Colonial e Índias, a partir de suas experiências comerciais com as ervas. Sabendo bem explorar os produtos do Reino vegetal, tais agentes buscavam recursos no mercado global de especiarias.

Sabe-se da importância do Estado do Grão-Pará e Maranhão no seio do sistema colonial que perdurou no Brasil aproximadamente de 1500 a 1822. A região contou com esforços da Coroa para seu povoamento, dada sua posição de raia frente a ataques estrangeiros às terras lusitanas. Por outro lado, pode ser pensada a partir de sua participação na produção e no comércio de drogas e outros bens, tendo em vista que sua flora nativa há muito era explorada pelo homem. Encontram-se relacionados a esse território estados pertencentes ao Norte e ao Nordeste do Brasil hodierno. Desse modo, a Amazônia entra nesse debate historiográfico como um objeto de curiosidade e inspira uma gama de interpretações (Chambouleyron, 2010).

Mesmo atingindo a costa brasileira ainda no início do século XVI, é no século XVII que os portugueses dedicam sua atenção para a colonização efetiva da porção mais setentrional do território. A priori, o rei Filipe IV (III de Portugal) determinou em 1621 a divisão das colônias do Brasil em duas unidades de administração, a saber: o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil. O primeiro compreendia as capitanias reais de Maranhão, Ceará e Grão-Pará. Apenas depois, em 1751, as capitanias do Maranhão e Grão-Pará foram reunidas administrativamente. Uma decisão assinada pelo Marquês de Pombal, cuja intenção foi facilitar o governo e a arrecadação de impostos onde chegasse o domínio Real. Entre 1772 e 1774, aconteceu o desmembramento da unidade em Estado do Grão-Pará e Rio Negro e Estado do Maranhão e Piauí.

A ascensão do Pará aconteceu justamente pelo seu potencial na produção de drogas e outras especiarias rentáveis. Nas primeiras duas décadas, decide-se pela fundação de Belém, que passou a representar um centro econômico e administrativo dentro dos limites do Estado. Nesse ínterim, São Luís emergiu no Maranhão com função afim, em 1612. Ao abordarmos a economia, nos referimos, sobretudo, à exploração das ditas “drogas do sertão”, à cana-de

açúcar, ao cacau e outros itens que se destacaram em meio aos recursos naturais alcançados pelo extrativismo. Naturalmente, o conflito de interesses entre os recém-chegados e as populações preexistentes geraram uma série de disputas pelos saberes e pelos lucros da terra. Além do papel das drogas do sertão no âmbito econômico de tal porção da colônia, a exploração da borracha e da pesca foi importante para o fortalecimento do Grão-Pará e Maranhão. Sua posição de fronteira não lhe trouxe apenas os pesares de se combater as invasões estrangeiras, mas lhe conferiu também uma das características essenciais de uma rota comercial aproveitável. As correntes marítimas estavam a seu favor, as movimentações típicas das águas do Atlântico permitiam que o tempo de transporte dos produtos que eram exportados fosse reduzido.

Para este estudo, dividimos a escrita em três capítulos, a saber: “Luzes sobre o mundo natural”, “Circunstâncias históricas e espaciais”, e “O encontro e a circulação de saberes, produtos, pessoas e doenças”. Cada um dos capítulos foi subdividido em tópicos com perspectivas relacionadas ao seu tema central. No primeiro capítulo de desenvolvimento, trouxemos construções narrativas sobre a natureza do Brasil; nesta oportunidade, apresentamos também contatos entre o homem e a dita “árvore da febre”; e encerramos a primeira seção com uma discussão em torno do reformismo ilustrado luso-brasileiro. O capítulo segundo de desenvolvimento aborda circunstâncias históricas e espaciais do Estado do Grão-Pará e Maranhão; noções sobre o termo “sertão”; e informações a respeito da capitania do Piauí de então. O terceiro capítulo de desenvolvimento versou sobre o encontro e a circulação de saberes nesse recorte temporal e espacial, investigando autoridades coloniais em sua interação com a quina; olhares sobre esta na viagem filosófica ao Piauí (1799-1803); e o alcance de saberes e produtos nas referidas circunstâncias.

O primeiro subtópico do capítulo 1, intitulado “Percepções sobre a natureza do Brasil e do mundo”, propôs uma reflexão crítica sobre construções históricas que olharam para a natureza do Brasil. O segundo subtópico do capítulo 1 tem por título “Uma árvore tem produzido resultados milagrosos”. Nessa oportunidade, aproximamos o leitor da história da quina. O terceiro subtópico do capítulo primeiro, “Aspectos do Reformismo Ilustrado luso-brasileiro”, atenta para as especificidades desse movimento no Brasil e em outras partes do universo colonial português.

O subtópico 1 do capítulo de número 2 se dedica à compreensão do Estado do Maranhão e sua relação com o estado do Brasil e outras partes do mundo. A entidade colonial do Estado do Maranhão e Grão-Pará, criada para facilitar o controle e a defesa da porção norte do Brasil incluía as capitanias do Maranhão, do Pará, do Piauí, além de outros territórios. O

capítulo 2, em seu segundo subtópico, apresenta uma análise sobre diferentes concepções semânticas do termo sertão. Isso porque a palavra passeia entre uma concepção geográfica colonial e imperial, quando pensado como um interior desconhecido ou em oposição ao litoral; política e administrativa, quando significava jurisdições territoriais indefinidas; cultural, simbólica e/ou literária, no momento em que simboliza resistência, a dureza da vida, identidade regional, adversidades climáticas, um espaço mítico e/ou de marginalidade; ou ainda moderna e regional, ao ser usada para designar microrregiões do interior nordestino. O subtópico 3 deste capítulo procura apontar circunstâncias históricas da capitania do Piauí entre o final do século XVIII e o início do século XIX.

O subtópico 1 do capítulo terceiro trata da interação entre autoridades coloniais e a quina-quina. O panorama documental do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) apresenta o esforço sistemático que agentes coloniais, governadores, comerciantes e naturalistas empreenderam para identificar, classificar, explorar e comercializar espécies com valor medicinal. O segundo subtópico do capítulo terceiro aborda "O olhar sobre a quina na viagem filosófica ao Piauí (1799-1803)". Com ele procuramos entender como a expedição liderada por Vicente Jorge Dias Cabral e o padre Joaquim José Pereira correspondeu aos interesses de Portugal. O terceiro e último subtópico do terceiro capítulo versa sobre diferentes fluxos no Piauí colonial. Encabeçamos uma discussão sobre as doenças no Piauí setecentista, práticas de cura e saberes populares, a quina como um remédio e uma mercadoria, e trouxemos para a pesquisa mais agentes e mais documentos históricos.

Outrossim, achamos por bem esclarecer que, além de transcrevermos os textos escritos da documentação, os trouxemos para o português contemporâneo.

Desse modo, pudemos observar que em um contexto de disputas comerciais contra espanhóis, franceses e holandeses, as chamadas "drogas do sertão" confeririam uma vantagem substancial à coroa de Portugal. Nesse ínterim, não só as plantas, animais, minerais e rios foram averiguados, mas também os nativos indígenas. Suas práticas de cura e outros saberes relacionados ao uso da natureza a favor da espécie humana compuseram um dos eixos mais importantes desse processo de conhecimento.

Diante disso, procuramos reler os materiais que fizeram parte do projeto de pesquisa e ampliar o número de fontes empregadas, acrescentando a elas documentos do Arquivo Público do Piauí. Somado a isso, buscou-se analisar as impressões de outros atores da colônia e da metrópole a respeito das espécies naturais, paisagens e das aplicações desses componentes na recuperação da saúde humana, da quina-quina em especial; e compreender

melhor, como proposto, as experiências de contato entre naturalistas-viajantes, mestiços, escravizados, indígenas, autoridades coloniais e suas práticas de cura.

2 LUZES SOBRE O MUNDO NATURAL

2.1 Percepções sobre a natureza do Brasil e do mundo

Infinitos caminhos podem ser percorridos quando buscamos compreender a relação do ser humano com o mundo natural. De um lado, temos suas interações entre si e com o meio e seus vestígios materiais. De outro, as narrativas sobre a natureza, que são construídas desde que o povoamento e a capacidade de narrar coexistem. As pinturas rupestres são registros exemplares de observadores, ao tempo em que constituem objetos arqueológicos cuja análise requer algum nível de abstração para a construção de um saber novo.

Conforme Vera Regina Marques (1998), em todos os tempos o ser humano fez uso de espécies animais, minerais e vegetais em suas práticas de cura. Desde o homem de Neandertal aos letrados, se tem registros de tais usos e aproveitamentos. Papiros do Egito antigo já apontam o emprego e os préstimos de plantas medicinais na Índia, na China, e em outros lugares. O Império Asteca contava com jardins de plantas medicinais. Houve personagens como Hipócrates, Galeno, Teofrasto e Aristóteles, com obras que tratavam da história das plantas e sua origem. Plínio e Dioscórides estudaram plantas com fins terapêuticos. Na Idade Média, as proibições das experimentações e de práticas consideradas mágicas (estas eram vedadas), mas com o dito “renascimento”, a volta a interesses como os de Galeno, pautados na experimentação.

Aqui, procuramos articular os primeiros registros coloniais com pensamentos contemporâneos. Incluímos na análise as primeiras interações entre os povos indígenas e os europeus, que repercutiram em relatos admirados, ao tempo em que expuseram a lógica utilitária e exploratória estrangeira. Nos documentos investigados, a natureza aparece como um campo simbólico e material em disputa. Cartas, relatos de viagem e outros textos revelam como a ciência, a religião e os interesses econômicos e políticos influenciaram a descrição do meio ambiente, apropriada e transformada ao longo dos séculos.

Figuras como Pero Vaz de Caminha, Hans Staden, Jean de Léry, Gabriel Soares de Sousa e naturalistas como Alexander von Humboldt, Augusto de Saint-Hilaire e Alexandre Rodrigues Ferreira foram mobilizados para esse entendimento. Buscamos valorizar o papel ativo dos sujeitos coloniais, fossem eles moradores locais, guias, jangadeiros, coletores ou outros. Pessoas que desafiaram narrativas tradicionais com suas histórias. Assim, procuramos contribuir com discussões que afetam também o presente dos povos.

É certo que o encontro entre os povos originários das Américas e os europeus significou o surgimento de novas representações do mundo natural. Pero Vaz de Caminha,

ainda em 1500, em carta a “El-Rei Dom Manuel” falou sobre o achamento do Brasil. Nessa oportunidade, ofereceu a primeira descrição conhecida da terra, destacou a exuberância de sua natureza, a fertilidade do solo e a aparência dos povos indígenas.

Caminha concluiu que a terra era “de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá.” (2015, p.14). A comparação com o clima de regiões produtivas de Portugal chamava atenção para a fertilidade da Ilha de Vera Cruz. A abundância de água também foi relatada: “Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.” (2015, p.14). Com seu valor para a agricultura, a navegação e o desenvolvimento das sociedades, constituía um recurso estratégico (Caminha, 1972).

Hans Staden foi mais um a anotar suas impressões sobre o Brasil. O soldado alemão teve duas oportunidades de visitar o Brasil e o livro “Duas viagens ao Brasil” (2004) é o produto dessas vivências. Entre 1547 e 1548, Staden fez uma viagem breve pelo litoral brasileiro, além de algumas observações. A segunda incursão neste território ultramarino se deu entre 1549 e 1555, quando o personagem foi capturado por tupinambás e a maior parte do trabalho tomou forma. Como o pano de fundo de sua experiência foi a expansão marítima europeia, a reforma protestante e as investidas francesas, sua narrativa era permeada de mistérios e revelava o interesse dos europeus pelo “Novo Mundo”.

Avançar sobre as águas do Atlântico exigia coragem, pois muitos relatos alimentavam o imaginário dos habitantes do “Velho Mundo”. Escrevia-se sobre monstros marinhos e paisagens deslumbrantes. Visões idílicas, fantasiosas, ou mesmo aterrorizantes espalhavam-se. Fato é que tais representações influenciaram a forma como foram descritos os povos indígenas e o meio ambiente que habitavam.

Conquanto influenciada pelo eurocentrismo e o etnocentrismo, a perspectiva de Staden permitiu que soubéssemos mais sobre os americanos, sobretudo os Tupinambás. Seu filtro moral, religioso e étnico-racial enxergava as práticas nativas como bárbaras e afirmava a que esses povos eram crueis em suas práticas canibais. Assim, “Duas viagens ao Brasil” revela não só aspectos do Brasil indígena dos 1500, mas também o olhar europeu diante do diferente. Acerca da natureza, deixou registrado o deslumbre com as espécies que considerava exóticas, além de uma perspectiva utilitária.

Setenta e oito anos depois de Pedro Álvares Cabral aportar na costa baiana, foi publicada a experiência de Jean de Léry, um missionário protestante francês, integrante da expedição que tentou estabelecer a França Antártica no Brasil no século XVI. Na "Histoire

d'un voyage fait en la terre du Brésil, autrement dite Amérique", conhecida em português como "Viagem à Terra do Brasil", Léry fez apontamentos sobre a paisagem tropical, a fauna e flora brasileiras, os costumes e práticas dos Tupinambás, além de comparações entre indígenas e europeus.

Componentes da flora, como o pau-brasil, árvore bastante representativa da América portuguesa, a bananeira (pacoére), o ananás (abacaxi) e espécies da fauna, como a anta, foram objetos de interesse do teólogo. Sobre a bananeira, ele disse: "A 'pacoére' é um arbusto que tem […] dez a doze pés de altura […] o fruto […] se assemelha ao pepino […]. Crescem de vinte a vinte e cinco unidos em um só cacho […] a fruta é boa […] mais doces e mais saborosos do que os melhores figos de Marselha." (Léry, 1960, p.130).

A forma encontrada por Léry para fazer chegar mais facilmente à Europa um tanto da experiência que teve no Brasil foi comparar as espécies das terras americanas com tipos encontrados em Portugal. Enfim, a obra é uma referência como fonte etnográfica a respeito dos povos indígenas tupinambás e da paisagem, flora e fauna do Brasil do século XVI.

O "Tratado Descritivo do Brasil", de Gabriel Soares de Sousa (1851), trazia consigo uma visão utilitária e colonizadora sobre a natureza. Ao enaltecer a extensão territorial, o potencial para colonização e ocupação demográfica, as qualidades do clima e da saúde do ambiente, algo comum nas descrições idealizadas do Novo Mundo, e referir-se a produtos de valor comercial (como especiarias e madeira), deixava claro seu interesse econômico. Logo, Sousa continuou uma tradição de descrições pragmáticas e técnicas, que se voltaram para as riquezas naturais e possibilidades para a agricultura e para o povoamento. Nesse viés, a natureza está para servir ao homem.

Mais tarde, o Frei Vicente do Salvador (1564-1636) produziu o que é considerada a primeira história do Brasil escrita por um brasileiro: a "História do Brasil" (1982). O frade franciscano fazia referência ao "descobrimento"[1], às primeiras expedições portuguesas ao Brasil, à conquista e catequese dos indígenas, aos embates causados pelas invasões francesas, à formação das capitanias hereditárias, à economia açucareira e ao trabalho escravizado.

Apesar de ser uma visão colonizadora, o frei Vicente teceu críticas à violência aplicada no processo e à falta de um projeto efetivo de colonização. Na verdade, muitos colonizadores eram críticos dos métodos empregados no processo (era o caso de Bartolomé de las Casas e

[1] Uma perspectiva decolonial problematiza o termo "descobrimento" por ignorar a história milenar dos povos indígenas que já habitavam as Américas antes da chegada dos Europeus. Ademais, o verbete ratifica equivocadamente o protagonismo europeu no encontro e mascara a violência das práticas colonizadoras. Ver mais em Saldanha (1944), Soares (2021) e Sosa (2010).

do Padre António Vieira). A obra nos interessou por carregar consigo elementos físicos, sociais e culturais da América portuguesa.

Desde a época que assumiu a primeira denominação dada pelos europeus, a Ilha de Vera Cruz era descrita pelos colonos como um ambiente de fertilidade e abundância, com potencial exploratório capaz de movimentar as relações econômicas do reino. As experiências relatadas sobre esse espaço convergiam para narrativas, muitas vezes, extravagantes e fantasiosas. Em grande parte dos escritos analisados, notam-se tons de persuasão, com o intuito de convencer o rei sobre a veracidade das observações feitas. O padre João Daniel (2004), em meados do século XVIII, registra suas impressões sobre o meio ambiente colonial se referindo aos recursos como "tesouros":

> abunda tanto em gêneros e especiarias não só estimáveis, mas em todo o mundo preciosos, que bastariam ao canonizar pelo mais rico rio, dos que aponta por grandes a geografia, e ricos as histórias; já houve quem, além dos menos principais, lhe contou trinta e tantos gêneros preciosos, e comerciáveis a todo o mundo, como são âmbar, açúcar, anil, bálsamos, cacaus, café e muitos outros; e como estas são as principais riquezas do seu grande tesouro, não só por estáveis, mas comuns a todos os seus habitantes, delas daremos agora alguma notícia neste Tratado para que os leitores vejam que são realidades da verdade, e não hipérboles de historiador (p. 523).

A narrativa do clérigo é permeada pelo encanto com a fartura que encontra ao visitar a colônia. Nesse recorte, ele compara a riqueza natural da região com os mais ricos rios de que se tinha conhecimento. É uma animação que desemboca em um mar de relatos semelhantes de colonizadores que percebiam as terras brasileiras como uma fonte inesgotável de recursos. Ao enumerar diferentes gêneros considerados valiosos e comercializáveis, tais como âmbar, açúcar, anil, bálsamos, cacaus e café, atraía a atenção das autoridades.

A perspectiva utilizada pelo Padre João Daniel compactuava com a dos demais colonizadores, na medida em que esses bens eram postos como uma fonte imensurável de prosperidade. Era uma visão problemática porque comumente repercutia em uma exploração inconsequente, impactando o meio ambiente e a vida dos povos originários que o habitavam. Quando aborda esses recursos como "estáveis" e "comuns a todos os habitantes", sugere que o direito de aproveitá-los era de qualquer indivíduo que se interessasse. No entanto, puderam fazê-lo de fato, o que acabou levando a sociedade colonial a um lugar de imensa desigualdade econômica.

Para além das intenções já citadas, alguns escritos instruíam os colonos sobre o cultivo de gêneros, a lida com o gado, a atividade mineradora, sua relação com escravizados e outras

atividades. Foi o caso das obras “Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas”, de André João Antonil (1649-1716), publicada pela primeira vez em 1711, e “Manual do Agricultor Brasileiro” publicado integralmente no Rio de Janeiro, em 1839, e escrito pelo francês Carlos Augusto Taunay. Este último colocava:

> Estas observações a respeito da destilação das cachaças aplicam-se igualmente às aguardentes de cana, muito mais finas e de preço mais subido no mercado. Este emprego da cana convém a quem tem posses medíocres, porque pode principiar com uma engenhoca e dez pretos, e não existe gênero algum de cultura capaz de oferecer lucros tão avultados [...] (p.116).

Trata-se de um texto que não só revela o interesse técnico de seu autor, como sua relação de conformidade com a sociedade em que vivia. O livro traz instruções para o cultivo da mandioca e outros gêneros, em um período no qual Portugal via o futuro na agricultura. Por outro lado, a objetificação do negro, ao ensinar como este deveria ser tratado por seus senhores e precificá-los, revelando uma contradição entre os avanços tecnológicos inspirados no Iluminismo e as questões sociais da época. Considerarmos que a ciência dessa realidade nos ajuda a compreender a complexidade das trocas de informação e espécies naturais sob domínio real no território do atual Brasil.

Sob essas circunstâncias, a circulação de correspondências informativas entre a região fronteiriça das terras do Brasil e a metrópole se torna uma constante. Proliferam-se tentativas de representação visuais e manuscritos detalhados acerca da natureza. Logo, as investidas em catalogação e mapeamento das áreas de interesse passam a contar com o financiamento régio. O material resultante dessas empreitadas que marcaram o século XVIII e início do século XIX foi fundamental para incentivar expedições científicas em solo que, hoje, pertence ao Maranhão, Piauí, Pará, Amazonas, Amapá e Roraima.

Os intercâmbios potencializados pelos viajantes que circularam os territórios coloniais em busca de saberes e novas fontes de riqueza foram parte de uma expansão dinâmica, desenvolvida a partir de vários pontos, em múltiplos sentidos. Uma das regiões de interesse evidente da coroa portuguesa foi o Estado do Grão-Pará e Maranhão, unidade administrativa surgida em 1751, que abarcava as capitanias do Maranhão, Pará, Piauí e Rio Negro. Ao ser criada, tomava o lugar do antigo Estado do Maranhão. Este, separado do Brasil, visava assegurar a proteção das terras conquistadas ao norte pelo rei Felipe III, no início do século XVII (Oliveira, 2011).

Desde o século XVI, nota-se principalmente na Europa o aquecimento de discussões filosóficas e uma guinada cientificista no ideário intelectual. A matemática, a astronomia, a física, as ciências naturais e outras ganharam cada vez mais espaço nas academias, e os intelectuais envolvidos passaram a receber financiamentos maiores para darem seguimento às suas atividades investigativas (Brigola, 2000).

Nos séculos finais do período colonial, o desenvolvimento da ciência se manifestou através da produção de um farto material a respeito da natureza e das paisagens do novo mundo. Cada descoberta que acontecia sobre os próprios territórios tomados e seus potenciais fomentaram o interesse dos europeus em conhecê-los. A compreensão era buscada através de estudos botânicos, zoológicos e do mapeamento das áreas sob o domínio luso. O objetivo era explorar da melhor forma os recursos naturais daquele espaço geográfico (Brigola, 2000).

Estudiosos como o sueco Carl von Linné (1707-1778), realizaram trabalhos no âmbito da botânica que permitiram a classificação sistemática das plantas, abriram portas para a realização de expedições em nome da ciência e lançaram base para formas de organização que usamos até hoje. Através de seus achados, Linné colaborou direta e indiretamente com o conhecimento de vegetais no Brasil e nas demais colônias européias, especialmente por seu papel no desenvolvimento da taxonomia moderna. A taxonomia permite concepções mais detalhadas a respeito das espécies, como a associação de propriedades específicas a determinados tipos vegetais. Características febrífugas, anti-inflamatórias, por um lado, toxicidade e letalidade, por outro, podem ser separadas por variações de um mesmo gênero (Prestes, 2009).

Já o papel de naturalistas, como o alemão Alexander von Humboldt (1769-1859), foi crucial para a coleta de informações acerca da flora, do clima e outros elementos naturais. Sua caminhada pelo Brasil perpetuou ainda visões idílicas vinculadas a nossas espécies:

> Poucas semanas depois, no final de fevereiro, quando o Beagle aportou na Bahia (na atual cidade de Salvador), no Brasil, o espanto de Darwin continuou. Tudo era tão onírico que parecia uma cena mágica de *As mil e uma noites*, ele explicou. Repetidas vezes Darwin escreveu que somente Humboldt chegou perto de descrever os trópicos. 'Quanto mais eu o leio, mais meus sentimentos equivalem à admiração', Darwin declarou numa carta para a família e, em outra, 'Antes eu admirava Humboldt, agora eu quase o venero'. As descrições de Humboldt eram incomparáveis e sem igual, disse Darwin no dia em que viu o Brasil pela primeira vez, por causa da 'rara união de poesia com ciência' (Wulf, 2016, p. 445).

Humboldt percorreu as Américas e colheu informações diversas. Em uma das obras mais completas sobre suas investigações, o livro "A invenção da natureza: a vida e as

descobertas de Alexander von Humboldt", de Andrea Wulf (2016), percebemos, ao longo de sua passagem pela América do Sul, atuação de indivíduos locais não só nos serviços de guiar esses intelectuais e alertá-los sobre os perigos que poderiam enfrentar (fome, sede, ataques que animais, etc), mas como fonte de informações sobre as particularidades de cada raiz, folha ou espécimes animais que viessem a encontrar.

A tese de Gabriela Berthou de Almeida (2020), intitulada "Rios de conhecimentos: os povos das conquistas e expedições científicas na Amazônia e na África Oriental Portuguesa (1780-1798)" atesta que

> Ao atuarem como remeiros, pilotos, guias, línguas, carregadores e informantes, colocavam os seus saberes em uso e, consequentemente, em circulação. Desempenhavam, portanto, papéis importantes no processo de construção do conhecimento sobre o mundo natural e os territórios que habitavam (p.135).

A pesquisadora identifica ainda indígenas envolvidos na coleta, preparo e remessa de amostras de produtos naturais para a Europa. Cipriano de Souza e José da Silva, por exemplo, participaram, no século XVIII, de uma expedição científica liderada por Alexandre Rodrigues Ferreira, na Amazônia. Ambos foram reconhecidos pela competência nessas funções, José da Silva chega a contribuir no Museu Real de História Natural e Jardim Botânico de Lisboa. Essa abordagem esclarece que esses indivíduos não eram meros objetos de estudo, e também não exerciam apenas atividades práticas, com base no conhecimento comum.

Outro naturalista que nos chama atenção por ter oferecido contribuições na coleta de dados dentro dos limites do território brasileiro foi o francês Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853). Após Dom João VI e sua corte instalarem-se no Brasil, o botânico bateu uma porção extensa das terras deste lugar, dando mais atenção às províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais. Isso resultou na publicação de "*Voyages dans l'interieur du Brésil*", publicada entre 1830 e 1851, em Paris. Todavia, a maior colaboração deste viajante aconteceu só após sua morte, pois foram publicados relatos muito mais ricos, que totalizam aproximadamente três mil páginas (Biblioteca Nacional Digital, 2023).

Fora os textos científicos, alguns outros gêneros estão disponíveis para uma interpretação histórica sobre a natureza. Os textos de Leonardo Castelo Branco, com os quais tivemos contato durante a pesquisa, são poemas e, neles, cada movimento da natureza está inteiramente associado ao agir de Deus. Existe uma separação entre homem e o restante da natureza, mas esta existe em função daquele. Ademais, ela aparece como uma obra pronta, acabada.

Por outro lado, em escritas como as de Goethe (1993) conseguimos ver a natureza agindo por si. As metamorfoses, a diferenciação entre as espécies são uma representação da independência da natureza. O homem surge em par de igualdade (ou existe ao menos uma aproximação) com os demais seres vivos. Em Humboldt, há uma visão mais aproximada da de Goethe (levando em consideração que ambos são textos de caráter científico).

Com base nos debates que emergiram nessas circunstâncias, retomamos a ideia de que a ciência feita no Ocidente era uma narrativa que se impunha hegemônica e imperialista. O pertencimento essencial da ciência moderna ao Ocidente, para Kapil Raj (2013), é "alienante e desumanizante". A preocupação que chegava a mover os cofres da monarquia visava encontrar recursos rentáveis, frente a um mercado que se tornava mais forte a cada dia: o das drogas medicinais. Para mais, pensemos sobre os impactos ambientais destas empreitadas. Boa parte dos remédios explorados eram extraídos da mata virgem e sua reposição à natureza não acontecia como uma regra.

A depender da espécie e de seu modo de apresentação (folhas, cascas, raízes, pós, etc.) é que se decidia seu modo de remoção e comercialização (Chambouleyron, 2010). O desmatamento encabeçado para a venda de madeira, mais atividades associadas à agricultura, tão considerada nas políticas de povoamento do Reino, foram responsáveis por mudanças significativas nas paisagens que se tinha. Há que se levar em conta, fora isso, o emprego da mão de obra escrava.

Uma grande quantidade de pessoas migrou, algumas vezes voluntariamente, outras, não, de porções distintas do globo para o povoamento da Amazônia Colonial entre os anos de 1600 e 1700. Entre esses indivíduos, apareciam personagens livres e escravizados, que vinham do Estado do Brasil, de Açores, da ilha da Madeira, etc. Parte dessas pessoas viajou por conta própria, o restante recebeu apoio da coroa (Chambouleyron, 2010).

José Augusto Drummond defende que, ao menos nas matas litorâneas brasileiras, no período colonial, o desmatamento "se deveu mais à queima e à derrubada para a abertura de campos agrícolas e pecuários do que ao corte sistemático de árvores derivado de um grande empreendimento comercial madeireiro" (2001, p.237). Isso fez com que enormes áreas florestais sofressem danos, afetando os ecossistemas. Até nossos dias permanecem essas práticas e seus vestígios.

Nos debates científicos em torno da fauna e da flora, cabe a reflexão filosófica que confronta as diferentes relações entre o homem e o meio ambiente. As noções interpretativas com as quais mais comumente nos deparamos, desaguam nas ideias dicotômicas do homem como parte da natureza ou como um ser independente. Na primeira destas, tem espaço uma

abordagem que entende que a função da natureza não é servir à humanidade. O homem é natureza.

Outros, no entanto, como percebe Ailton Krenak, por meio do subjugo da natureza, se "descolam" do organismo que é a terra. Metaforicamente, se interliga à ela através de veias, artérias, nervos, vasos linfáticos…(2019, p. 11). De acordo com o líder indígena, em "Ideias para adiar o fim do mundo", "Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados nessa terra são aqueles que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina" (p.11).

Com base nisso, pensamos os conceitos de "antropocentrismo" e de "biocentrismo". A visão antropocêntrica fundamenta o usufruto indiscriminado de uma fonte de matérias-primas que supostamente existe para este fim. É uma perspectiva encontrada em obras do Humanismo e em muitos outros escritos que tratam do planeta Terra. A percepção biocêntrica reconhece o ser humano, não como centro do universo, mas como mais uma forma de vida que possui valor moral. Dado que, do grego, *bios* significa "vida"; e *kentron*, "centro".

Conforme Pádua (2010), a História Ambiental tem origem concomitante com reflexões políticas e sociais relacionadas ao meio ambiente, mas não pode ser confundida com ambientalismo. Em 1970, as consequências da exploração humana com as quais tivemos que lidar nos levou a pensar em uma ética própria nesse sentido. Tratou-se de discutir princípios e valores a serem colocados em prática em detrimento de ações desrespeitosas e insustentáveis para as gerações futuras. Falou-se a respeito de uma ética que pensava o equilíbrio entre as nossas necessidades e a capacidade de regeneração dos biomas. Constitui-se uma compreensão que prezava pela manutenção de nossa espécie, de todos os demais seres vivos e dos componentes que encontramos para sobreviver na natureza - ar, água, terra, florestas, rochas. Chegamos, então, ao que se refere ao termo "sustentabilidade", tão comum nos nossos encontros científicos dos últimos anos.

Outro conceito que surge em meio a esses é o de "ecologia profunda", criado por Arne Naess (1973) e desenvolvido por Fritjof Capra (2006). Essa concepção vai além do que alcança o termo sustentabilidade. Segundo ela, o cuidado com a natureza não deve se dar meramente para garantir que os recursos nela contidos sejam capazes de servir as gerações futuras, como tem servido os grupos de até então. Este pensamento ainda seria afim do viés antropocêntrico. Crê-se, assim, que a natureza possui um valor intrínseco e por isso deve ser preservada. Para Fritjof Capra (2006, p.17),

> A ecologia rasa é antropocêntrica, ou centralizada no ser humano. Ela vê os seres humanos como situados acima ou fora da natureza, como a fonte de todos os valores, e atribui apenas um valor instrumental, ou de 'uso', à natureza. A ecologia profunda não separa seres humanos – ou qualquer outra coisa – do meio ambiente natural. Ela vê o mundo, não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e interdependentes. A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como um fio particular na teia da vida.

Todos os seres vivos, assim, estão interconectados. De acordo com essa noção, não existe uma razão utilitária para tal, mas espiritual, que vê o ser humano como parte do cosmos. Assim, complementa:

> Toda a questão dos valores é fundamental para a ecologia profunda; é, de fato, sua característica definidora central. Enquanto que o velho paradigma está baseado em valores antropocêntricos (centralizados no ser humano), a ecologia profunda está alicerçada em valores ecocêntricos (centralizados na Terra). É uma visão de mundo que reconhece o valor inerente da vida não-humana. Todos os seres vivos são membros de comunidades ecológicas ligadas umas às outras numa rede de interdependências. Quando essa percepção ecológica profunda torna-se parte de nossa consciência cotidiana, emerge um sistema de ética radicalmente novo (p.19).

Em síntese, em "A teia da vida", de onde partem esses excertos, Capra nos leva a perceber, ao lado dos autores citados antes dele neste trabalho, que as produções científicas que documentam a exploração ocorrida no território do Brasil durante o Período Colonial servem também como baldrame para reflexões filosóficas detalhadas sobre o homem e o meio ambiente. Isso nos interessa na medida em que contribui com nossos esforços de explicar como se deram as relações intersubjetivas e entre estes sujeitos e seu habitat ao longo do tempo em que a quina-quina se destacou como objeto de interesse historicamente comprovado nos documentos do Arquivo Público Nacional.

Enfim, tudo isso constitui objeto de interesse do que se construiu e se denominou de "História das Ciências". É de sua alçada a evolução do pensamento científico humano ligado a fatos, observação, premissas, conceitos, descobertas, mas não se restringe a isso. Nas décadas mais recentes, fatores menos objetivos têm sido considerados nas construções científicas e aspectos sociais, culturais e políticos se incluem nas discussões sem que se perca o caráter de cientificidade dos trabalhos. O conhecimento dos sujeitos que queremos com esta pesquisa pede que nos alinhemos à perspectiva que considera suas subjetividades, que os reconheçamos e valorizemos no agenciamento da produção de conhecimento científico.

2.2 Uma árvore tem produzido resultados milagrosos

> Uma árvore, que eles chamam de 'árvore da febre', cresce na região de Loja. Sua casca, da cor de canela, moída em pó na dose equivalente ao peso de duas pequenas moedas de prata, quando ministrada como bebida, cura as febres comuns e as febres terçãs e produziu resultados milagrosos em Lima (Calancha, 1638, p. 123).

O trecho em destaque foi extraído da obra "*Crónica moralizada del Orden de San Agustín en el Perú: con sucesos egemplares vistos en esta monarquía*" (1638), de Antonio de la Calancha (1584-1654). O frade agostiniano foi um dos primeiros a estudar os nativos sul-americanos, incluindo seus conhecimentos medicinais. No escrito, reconhece a eficácia da quina contra febres, principalmente a febre terçã, ligada à malária. Vemos a interação europeia com o conhecimento nativo quando o sujeito instrui sobre a posologia: "dose equivalente ao peso de duas pequenas moedas de prata". A moeda de prata, um elemento do universo simbólico europeu, toma o lugar de termos indígenas para especificar a quantidade do remédio que deve ser tomada para alcançar os objetivos desejados, um modo de uso foi apreendido dos americanos.

A planta medicinal nativa da região da Loja Peruana há muito era utilizada por indígenas para tratar febres. Como veremos adiante, suas propriedades a fizeram ser cultivada e comercializada, de tão caras a investidas coloniais e militares. Isso porque a planta é eficaz no combate a febres, sobretudo as provocadas pela malária. Por ser esta uma doença característica de regiões intertropicais, contar com os benefícios da quina representava maiores chances de dominação nestes lugares.

No Brasil, sob influência do reformismo ilustrado, registraram-se também esforços de localização e cultivo da espécie. A capitania do Piauí foi um dos espaços que se destacaram nesse sentido. Retomamos, neste tópico, marcos que influenciaram os rumos da relação do homem com a quina e reformularam concepções na medicina, na botânica e na economia colonial.

Além do referido nome e de muitos outros, a planta em questão é conhecida pelos nativos da região andina como "*cascarilla*". Ambos os termos significam "casca". Logo, o termo "quina" pode se referir tanto à planta quanto à sua casca. "Quina-quina", "cinchona", "casca dos jesuítas", "pau pra tudo", "casca peruviana" também são modos comuns de se referir ao vegetal. Ela pode se apresentar como árvore ou arbusto e é originária de países como Equador, Bolívia, Peru e Colômbia, podendo chegar a uma altura de 5 a 15 metros (Laws, 2013).

Entre as lendas relacionadas à sua descoberta, duas se destacam. A primeira diz que indígenas notaram a recuperação de animais doentes que bebiam a água de uma lagoa onde havia caído cascas da árvore. A segunda, de origem espanhola, traz muitas semelhanças com a primeira. Ela relata a experiência de um soldado espanhol acometido pelas “mal arias”, que teria bebido a água marrom de uma lagoa com cascas de quina e se curado (Almeida; Martinez; Pinto, 2017). Uma terceira versão traz outra alternativa de interpretação, ao relatar que “incas perceberam onças doentes mordendo o tronco de algumas árvores e se curavam” (Fraga, 2023, p.1).

A casca em pó da dita planta era usada pelos ameríndios no combate à febre. Uma lenda diz que ela teria curado a Condessa de Chinchon, esposa do vice-rei do Peru que atuou entre os anos de 1629 e 1639. Após acessos de febre forte, Francisca Henriques de Rivera recebeu dos nativos a quina na forma de um pó branco, com o qual realizou um tratamento contínuo, depois do que teria se curado. Em consequência disso, o gênero foi batizado de Cinchona por Carlos Lineu (1707-1778). Depois disso, os jesuítas fundaram, no Colégio São Paulo de Lima, um laboratório farmacêutico para enviar a casca à Europa, tamanha sua procura nos anos que se seguiram (Schulz, 2023).

Em 1706, Anton van Leeuwenhoek apresentou uma visão morfológica do vegetal com base na microscopia ótica. Leeuwenhoek foi um construtor de microscópios holandês. As imagens criadas com a ajuda da microscopia enriqueceram as representações com uma visão morfológica interna dos exemplares. As descrições continuam a ganhar detalhes com o decorrer do tempo e as classificações tornam-se mais precisas.

Ainda no século XVIII, a planta aparece em tratados de referência no âmbito da medicina e da biologia, sendo mencionada em pesquisas importantes da Missão Geodésica Francesa, em 1736, e em estudos botânicos de Celestino Mutis (1732-1808), em 1780. A Missão Geodésica Francesa compreendeu uma série de expedições científicas organizadas pela Academia Francesa de Ciências no século XVIII. Celestino Mutis foi um padre, matemático e botânico espanhol. Sua formação corrobora com a alta participação de religiosos nos estudos sobre botânica. Isso é resquício da forte relação entre a educação e o universo religioso, bem acentuada nas nações ibéricas. É interessante observar como as informações colhidas do contato com o mundo natural interagiram com sua perspectiva clerical.

Em 1797, Aylmer Bourke Lambert (1781-1842)[2] publica em Londres "A description of the genus Cinchona", em português: "Uma descrição do gênero Cinchona", com a seguinte representação:

Desenho 1 - *Cinchona Officinalis*



Fonte: Lambert (1797).

A imagem é parte de um tratado sobre a quina do botânico britânico. Percebemos na imagem o cuidado de caracterizar a planta em perspectivas macro e micro. Isso facilitaria estudos posteriores, por detalhar a disposição das estruturas do vegetal e facilitaria sua identificação por indivíduos encarregados de extraí-la. A imagem ilustra a *Cinchona officinalis*, a quina típica da Loja peruana, considerada a melhor e mais eficiente já encontrada.

A produção de tratados descritivos e das chamadas "memórias" era uma prática comum para que os conhecimentos reelaborados não se perdessem. O objetivo era a produção de um "inventário" sobre o mundo natural. Por isso, valorizava-se um grande detalhamento e variedade de informações. O medo de que informações já alcançadas pela humanidade se

[2] Aylmer Bourke Lambert (1781-1842) foi um botânico britânico cujo interesse pela Cinchona resultou na obra "Uma descrição do gênero Cinchona". Lambert era dono de um herbário vasto e outras espécies receberam sua atenção, o que se traduziu em mais obras sobre o mundo natural (Lambert, 1797).

perdessem, como já havia acontecido em outros momentos da história, levava os colonos ao cuidado de gerar várias cópias e dispersá-las pelo reino, colocando-as em mãos que consideravam certas.

Nem todos os documentos produzidos circulavam livremente. Em primeiro lugar, porque nem todo conhecimento deveria chegar ao alcance de todos na colônia. A circulação de impressos acontecia com muita cautela, perante o medo que autoridades coloniais nutriam da difusão de ideais vindos da Europa, que pudessem prejudicar a estabilidade do reino. Em segundo lugar, porque o saber registrado podia facilitar conquistas de nações rivais.

No contexto dos textos enciclopédicos, os dicionários constituíram uma fonte privilegiada. Conforme o dicionário de Rafael Bluteau (1638-1734), a quina-quina

> é a casca de uma árvore do Peru, que na província de Quito, nasce em uns montes, perto da cidade de Loja. É quase do tamanho de uma cerejeira, dá folhas redondas, e adentadas, lança uma flor comprida, tirante a vermelho, ao pé da qual sai uma bainha, em que está encerrada uma espécie de amêndoa, chata, branca, e em volta em uma delgada membrana. Há duas espécies de quina-quina, uma mansa, e outra brava; aquela é muito mais estimada, que esta. Os Castelhanos lhe chamam 'Palo de calenturas', porque é remédio contra febres. A boa Quina é compacta de cor quase vermelha, e amarga, tem muito fal e muito óleo. Os que as falsificam, a misturam com casca de cerejeira. É quente no segundo grau, e alguma coisa defecativa, incide, e atenua o humor melancólico, e por isto destrói a febre quartã, e as mais febres intermitentes, das quais algumas vezes só suspende as sezões pelo espaço de três, ou quatro semanas, ainda nos corpos bem purgados, porque as purgas diminuem a matéria, da qual procede a febre, e precipita o humor quando se vai fermentando dá-se em pós, a dose é de um escrúpulo, até duas dramas, também se infunde em vinho, ou em outros licores. É necessário guardar-lhe de dar a quem tem apostema no corpo, porque engenharia gangrena. Os Médicos, e Boticários lhe chamam Cortex febrilis, ou cortex Peruvianus, ou Kinkina, ou Kina Kina. (Porque os antigos não deram Quinaquina a alguém, não daremos nós, quando vemos, que aproveita a todos que tem sezões? (1728, p.62).

O escrito de Bluteau evidencia características botânicas, medicinais e discursivas associadas à cascarilha em consonância com o saber europeu do início do século XVIII. O esforço de observação naturalista também traz algo sobre as variedades e propriedades medicinais da espécie, suas formas de uso e precauções. No entanto, a principal revelação do texto é a resistência da sociedade letrada da época ao novo. Quando coloca: "Porque os antigos não deram Quinaquina a alguém, não daremos nós, quando vemos que aproveita a

todos que têm sezões?", Bluteau critica o aprisionamento limitante ao conhecimento antigo, possivelmente se referindo a filósofos apegados à tradição de Hipócrates e Galeno[3].

Aparentemente, o estudioso validava as descobertas de outrora, mas não se fechava para as possibilidades surgidas do contato com o novo mundo. Isso nos faz pensar que outros o faziam, provavelmente pelo orgulho (disfarçado de desconfiança) de não recorrer aos saberes originários das Américas. Além do mais, retoma a ligação da cinchona com uma enfermidade, antes atribuída aos maus ares (*mal aria*), a malária, também chamada "febre dos pântanos".

Apesar de ser comumente associada a regiões intertropicais, "Médicos pesquisadores e antropólogos acreditam que a doença foi levada da África e da Europa para o Novo Mundo" (Almeida; Martinez; Pinto, 2017, p.1134). Antes de mais esclarecimentos sobre a doença causadora dos acessos de febre, atribuía-se sua origem aos miasmas, ao clima, a fontes de água contaminada, à alimentação, etc. Inferimos que o lexicólogo concebia a febre como doença por si só, e não como uma resposta do corpo a uma perturbação da saúde. Essa percepção era compartilhada por seus pares.

Bill Laws (2013) descreve a malária como uma "Doença debilitante, caracterizada por uma sucessão de febres frias-secas, quentes-secas, quentes-úmidas - uma doença que enfraquece tanto o paciente que este acaba morrendo de exaustão" (p.43). E acrescenta "Alguns [...] experimentam uma única crise que proporciona [...] por toda a vida. Outros sofrem recaídas súbitas ao longo dos anos, mas acredita-se haver pessoas, com grupos sanguíneos específicos, que são completamente imunes à doença. A malária ainda é um mal misterioso" (p.43). Embora a malária ainda não fosse identificada e conhecida no período ilustrado tal como é hoje, seus sintomas característicos permitiam a discriminação.

Detecta-se um alto fluxo de sementes e mudas entre vários lugares. Cascas também eram removidas de regiões próximas à raiz para que a planta se regenerasse. Outra possibilidade era a extração de tiras longitudinais e após isso depositava-se musgo na área descoberta, a fim de que ele atuasse como um antisséptico natural, permitindo um novo ciclo. Segundo Laws, até a década de 1860, o mais comum era que as árvores fossem derrubadas e aproveitadas uma única vez.

---

[3] Hipócrates foi um médico grego do século V a.C., considerado "pai da medicina". Há muitas lendas em torno de sua atuação. Alguns sequer acreditam que tenha existido. De todo modo, é conhecido por ter organizado fundamentos que foram seguidos por outros praticantes da medicina ao longo do tempo (Ribeiro Júnior, 2005).
Galeno, por sua vez, teria sido um dos intérpretes de Hipócrates. Também médico e filósofo, foi importante na construção da medicina da Idade Média. Nasceu em Pérgamo, na Ásia Menor (século II a.C), e foi amplamente referenciado até meados do século XVIII (Rebollo, 2006).

Em 1861, temos o registro do contrabando de sementes pelo inglês Charles Ledger, que conseguiu com um indígena Aymara amostras de uma espécie comum na fronteira entre Bolívia e Peru. Vendeu-as por 20 dólares aos holandeses. Manuel Incra Mamani, o nativo que mediou a entrega, nem sequer recebeu o pagamento (Laws, 2013). O caso atesta a complexidade das relações interétnicas da colonização, porque: primeiro, o não pagamento revelou uma injustiça. Por outro lado, uma negociação. Não devemos reduzir o que aconteceu a uma história de vencedor *versus* vencido, "empurrando" o europeu para o lugar de explorador e reservando ao indígena o papel de explorado. Essa é uma atitude nociva, porquanto reforça preconceitos e tenta impedir que esses grupos falem por si. Mamani foi movido por interesses próprios ao protagonizar o pacto, mas foi ludibriado por Ledger. Não por inocência ou incapacidade de se proteger, muito menos podemos relacionar o ocorrido ao fato de Mamani ter sido um indígena.

Como quer Warren Dean (1989, p.35), "[...] o cultivo da cinchona para a obtenção da quinina era um acontecimento de imensa importância histórica, já que facilitava o colonialismo europeu nos trópicos". Em outras palavras, nas circunstâncias do avanço português, a superação das doenças endêmicas nos domínios tropicais interessava à Coroa porque facilitava seu avanço. O empecilho da doença ou até da morte reduzia os exércitos, tornando a empreitada mais morosa, quando não a impossibilitava. Mas foi a Espanha quem manteve o monopólio comercial da droga, fato explicado por seu domínio sobre a Loja peruana. A alta demanda refletia a presença da malária nas metrópoles da Europa e nas novas colônias, que se achavam infestadas pela doença. Nessas circunstâncias, a extração desenfreada do vegetal quase o extinguiu.

Índia (então colônia britânica) e Java (sob o domínio holandês naquele momento) apresentaram o ambiente ideal para a aclimatação da planta, destacando-se em produção com relação aos demais (Schulz, 2023). Em 1930, a ilha de Java se destacava ao produzir 97% da quinina mundial, que era processada e distribuída em Amsterdam. A Grã Bretanha via nos jardins botânicos um instrumento para sua ascensão no mercado das ervas. Por isso, investiu em uma rede que contava com mais de 100 desses espaços, distribuídos entre suas colônias.

A rede era comandada pelo Kew Gardens, em Londres. Nesses lugares, estudavam-se possibilidades de transferências e aclimatação da espécie entre seus domínios. Assim, a quina domesticada foi enviada à Índia, onde foi largamente cultivada. Por sua vez, os holandeses aplicavam esforços parecidos. Em Java, o trabalho conjunto de plantadores, cientistas e autoridades da administração aumentou a produção de quina, de modo a reduzir seu preço mundialmente. Mais tarde, eles seriam fixados pelo Acordo do Quinino (Fraga, 2023).

Embora o pó dos Jesuítas tenha sido considerado por protestantes da Europa como instrumento de "penetração do mal" ou de "influência maligna papal", por sua associação àqueles clérigos, a aversão foi superada posteriormente por razões econômicas e imperialistas. O médico inglês Robert Talbot publicou um relato em 1672 sobre a "descoberta" de um remédio eficaz contra a malária. Talbor deixava claro que dois dos ingredientes eram nativos da Inglaterra, ao passo que os outros dois não eram. A omissão do ingrediente chave, a Cinchona, se explicou pela resistência de seu público protestante. O curioso é que Talbot publicamente tachou o pó dos Jesuítas como charlatanismo. Mesmo com tantos contras, curou com a erva membros importantes da nobreza, entre os quais, reis e rainhas em Inglaterra, França e Espanha (Schulz, 2023).

Claude Toussanit, em 1746, foi o primeiro a tentar isolar a substância ativa que dava as qualidades tão queridas da planta, mas falhou. Depois dele, Antônio François de Fourcroy tentou sem sucesso em 1790. Só em 1820 os franceses Pierre Joseph Pelletier (1788-1842) e Joseph Bienaimé Caventou (1795-1877) isolaram a quinina (homenagem ao nome da árvore em quechua[4]). Em 1854, foi estabelecida sua fórmula molecular pelo alemão Adolph Strecker (1822-1871). De um pó feito simplesmente com a trituração das raízes, a forma de apresentação da *Cinchona* passou a um pó branco, sem cheiro e amargo, com o isolamento da quinina (Almeida; Martinez; Pinto, 2017).

Os esforços de catequização dos povos indígenas por parte dos Jesuítas favoreceu a troca de saberes. Nas décadas de 20 e 30 dos anos 1600, aprenderam práticas de cura com o uso da *Cinchona* com indígenas da cordilheira dos Andes. A partir disso, empreenderam um comércio do produto em pó, daí a denominação "pó dos Jesuítas" pela Europa. Bartolomeu Tafur compartilhou esse conhecimento com outros religiosos em Roma. Em consequência disso, em 1655, aconteceu o primeiro conclave papal livre de mortes por malária (Almeida; Martinez; Pinto, 2017).

Além de sua apresentação em pó, a quina costumava ser administrada na forma de sulfato para tratar as febres persistentes. Ela demonstrou bons resultados em campanhas militares, como a guerra da Espanha (1823) e a expedição à ilha de Moreia (1828). Foi o médico François Maillot que em 1834 conseguiu provar sua eficácia contra a malária. Isso

[4] "Quíchua (qhichwa simi ou runa simi) é também chamado de quechua ou quéchua, é uma importante língua indígena da América do Sul, ainda hoje falada por cerca de dez milhões de pessoas de diversos grupos étnicos da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru ao longo dos Andes. Possui vários dialetos inteligíveis entre si. É uma das línguas oficiais de Bolívia, Peru e Equador" (Almeida; Martinez; Pinto, 2017, p.1152).

impulsionou as plantações da cinchona pelos ingleses e holandeses, de modo que a Espanha perderia sua hegemonia (Almeida; Martinez; Pinto, 2017).

Como querem Almeida, Martins e Pinto (2017, p.1134), “no final do século XVIII, 25 mil quinas eram cortadas a cada ano”. A intenção das metrópoles era que suas colônias pudessem se tornar uma fonte contínua das cascas. Demonstrada sua atividade antimalárica, os ingleses desenvolveram o gim-tônica, bebida à base de gim e quinino, a fim de prevenirem-se do mal. Mesmo não apresentando resultados nesse sentido, a bebida continuou tendo espaço no mercado.

André Fraga (2023) diz que o vegetal não só conseguiu livrar a humanidade da “peste das pestes”, mas foi responsável pela ascensão de impérios, bem como do primeiro cartel farmacêutico do mundo e colaborou com a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Há relatos sobre a malária em escritos antigos chineses. A febre que também foi chamada de “febre romana” pode ter influenciado a derrocada desse império. A troca colombiana entre os séculos XV e XVI, ou seja, a “transferência em larga escala de plantas, animais, cultura, populações humanas, tecnologia, doenças e ideias entre as Américas, a África Ocidental e a Europa” (p.1), teria trazido a malária para as Américas. Segundo o autor, a doença acontece porque “O Plasmodium entra no ser humano, destrói as células vermelhas do sangue (hemácias) e provoca febres altas e intensas a cada dois ou três dias, seguidos de calafrios, dores de cabeça e no corpo, vômitos e suor excessivo.” (p.1). A quinina age controlando a febre, aliviando as dores e matando os parasitas.

No caso de Portugal, as investidas na procura da Cinchona foram direcionadas para a América Portuguesa, por outro lado, os demais espaços colonizados por Portugal, principalmente em África, foram escolhidos para transferências e aclimatações. É evidente no contexto reformista o incentivo à descoberta da árvore no Brasil, com vistas para a independência portuguesa com relação à Espanha no comércio da espécie. Durante o final do século XVIII e início do século XIX, os espanhois monopolizaram o mercado da planta. Na tentativa de se destacar, Portugal assimilou estratégias de nações que obtiveram sucesso na mesma empreitada (Estevam, 2021).

A estratégia da publicação de obras com vistas para a identificação das quinas foi uma ferramenta importante entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Por volta de 1785, um material cujo título era “Descripção da quina quina (*Chincona das Officinas. L.*)” foi publicado em Portugal. Suas páginas continham informações acerca da *Cinchona officinalis*, detentora de maior poder antifebril entre as quinas. Os textos tinham “o objetivo de facilitar a percepção de sujeitos ligados à esfera científica, que dotados de conhecimento

das principais características, saberiam definir se o tipo se tratava de uma árvore do gênero das Cinchonas ou qualquer outra semelhante" (Estevam, 2021, p.14). Conforme Estevam (2021), o documento não diz sobre seu autor, tampouco de sua data de publicação. Estima-se o ano de 1785 por sua aproximação com a incursão na qual o botânico francês Joseph Dombey (1742-1794) acompanhou os espanhois Hipólito Ruiz e José Pavón ao Peru e ao Chile entre 1777 e 1787.

Em 1799, o frei José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811) publicou, com financiamento régio, sua "Quinografia portugueza ou collecção de varias memorias sobre vinte e duas especies de quinas tendentes ao seu descobrimento nos vastos dominios do Brasil". Antes disso, havia ficado conhecido por sua notável "Flora Fluminensis", na qual documentou as espécies vegetais da região do Rio de Janeiro. A quinografia do clérigo era repleta de descrições, classificações e imagens das quinas consideradas verdadeiras e das consideradas falsas. É possível perceber nas fontes analisadas que esse material foi distribuído por autoridades da administração colonial a representantes da ciência que se encontravam a explorar o reino, como foi o caso de Vicente Jorge Dias Cabral ao receber um exemplar de Dom Diogo de Souza, então governador e Capitão General do Maranhão (Estevam, 2021).

Os avanços na botânica mais tarde revelaram que espécies da família *Rubiaceae*, do gênero *Cinchona*, só existiam nas partes altas dos Andes. Hoje, sabemos da existência de mais de 40 espécies de quina, nem todas apresentam propriedades medicinais. Algumas, inclusive, são venenosas. Entre todas, a que contém maior quantidade do princípio ativo quinino é a *Cinchona ledgeriana*, que recebeu esse nome em homenagem a seu contrabandista (Fraga, 2023).

No entanto, o período anterior foi marcado pela crença de que investidas em locais de paralelos semelhantes ao Peru levariam ao seu encontro. A crença comprovada justifica a escolha do Maranhão e Piauí como destino da viagem de Vicente Jorge Dias Cabral. O naturalista Veloso era um dos que acreditavam ser possível encontrar ou aclimatar reservas da quina dita peruana em lugares que não fossem os Andes. Indicou que franceses e ingleses o tinham conseguido em suas respectivas colônias. Assim, procurava convencer o rei de que o mesmo procederia no Brasil uma hora ou outra (Estevam, 2021).

Alba Moya Torres (1994) é um exemplo de autora latino-americana a falar da *cascarilla*. Segundo ela, a exportação da árvore apresentou um aspecto peculiar, que a diferenciou de outros produtos, como o café, o cacau, o algodão, a cana-de-açúcar e outros: ela era um produto silvestre. E o extrativismo foi sua principal forma de exploração por muito tempo, sendo cultivada somente a partir da segunda metade do século XIX. Mais uma

peculiaridade é a incrível diversidade de apresentações da planta, que além de possuir um extenso número de espécies e variedades, um mesmo tipo se mostra de modos também divergentes em cada ambiente. Ademais, partes da mesma árvore podem apresentar distintas características. Por isso, estruturou-se um comércio irregular, no qual comerciantes eram acusados de falsificar e misturar as cascas.

A árvore da febre e boa parte da vegetação de seu entorno foram destruídas para facilitar sua localização para o momento da coleta. Ademais, nem todas as partes da planta eram aproveitadas. Nos Andes era comum que apenas as partes banhadas pelo Sol fossem aproveitadas e o restante fosse descartada. Pedro Jose Xavier Valdivieso, administrador da Loja e comissionado da administração do ramo da quina assinalava que a casca levava entre 40 e 50 anos para atingir espessura adequada. Isso quando localizada em "montanha alta" (Moya Torres, 1994). Por isso, os "*cosecheros*", ou coletores, eram forçados a cumprir seus compromissos com agilidade, sob pena de cárcere, castigos físicos e/ou confisco de seus bens. Os *cosecheros* também tinham pressa, visto que recebiam por quantidade coletada.

Em síntese, a árvore da febre teve sua importância medicinal reconhecida por nativos e posteriormente por europeus. Estes últimos atribuíram-lhe ainda valor econômico e colonial. Crenças indígenas perpetuadas através da oralidade e relatos escritos atestam o uso empírico da planta, como foi o caso da Condessa de Chinchón, inspiração do nome dado por Lineu ao gênero. A participação jesuítica foi fundamental na disseminação do uso da quina pela Europa. Tanto que seu nome foi associado à erva por muitos anos. Procuramos revelar as tensões entre saberes antigos e descobertas do Novo Mundo. A extração da planta repercutiu em uma intensa atividade extrativista, que prejudicou o equilíbrio ecológico, ameaçando sua disponibilidade.

2.3 Aspectos do Reformismo Ilustrado luso-brasileiro

A importação de ideias estrangeiras marcou a chegada das luzes em Portugal e no Brasil. No entanto, há que se pensar que o movimento se manifestou de forma própria em cada lugar. No exemplo luso-brasileiro, influenciou reformas institucionais, científicas e educacionais. Com a participação de personagens como o Marquês de Pombal e Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, vimos a reestruturação de instituições, a circulação de ideias e agentes científicos, o desenrolar do projeto científico e institucional de Domenico Vandelli, novas relações entre centro e periferia, políticas de sistematização do conhecimento sobre a natureza, a racionalização econômica do mundo português e a função utilitária da ciência no antigo regime.

O final do século XVIII representou o auge da Ilustração em Portugal. A criação da Real Academia das Ciências de Lisboa, em 1779, foi um marco nesse sentido. A chegada das Luzes era vista como uma forma de superação de questões sociais, políticas e econômicas que assolavam o cotidiano das pessoas. Delegou-se à Universidade investigações científicas e econômicas para sanar esses problemas. Estabeleceram-se contatos entre instituições do Novo e do Velho Mundo que compartilhavam fins semelhantes. Isso repercutiu numa produção intelectual tocante a diversos campos (Cardoso, 1989; Falcon, 1993).

Socialmente, Portugal passava por uma desigualdade social profunda. Boa parte de sua população vivia na pobreza, camponeses e trabalhadores urbanos eram vítimas de uma estratificação imposta por uma nobreza e clero dominantes, cujos privilégios incluíam isenções de impostos e poder sobre terras e pessoas. O analfabetismo e a baixa instrução atestavam a precariedade da educação. O desenvolvimento econômico e a circulação de ideias era dificultado pelo analfabetismo. O letramento estava restrito ao clero e às elites. A influência institucional e cultural da igreja católica sobre a experiência cotidiana determinava a educação, censura e a moral pública, resultando em poucas chances de alteração da estrutura vigente (Hespanha, 2007).

Politicamente, o rei detinha a maior parte do poder. Quando um pouco de autoridade escapava de suas mãos, respingava na nobreza ou na igreja, mas nunca na população mais pobre. O clientelismo e a corrupção aliavam-se a uma administração burocrática ineficiente, os tributos eram recolhidos sem planejamento e qualquer tentativa de movimentação a favor de seus interesses econômicos era atrapalhada pela relação de dependência com a Inglaterra. Tudo isso dava contorno a uma máquina estatal pesada (Sideri, 1978; Monteiro, 2003).

Economicamente, a estagnação da agricultura se perpetuava com técnicas rudimentares usadas em latifúndios improdutivos. A dependência de importações, causada pela demora da industrialização, fazia com que Portugal importasse manufaturas, desfavorecendo a indústria local e trazendo desequilíbrio à balança comercial. Apesar do pacto colonial, Portugal não foi capaz de transformar sua estrutura econômica, pois as dívidas com a Inglaterra lhes podaram as chances disso acontecer. E o golpe final era um comércio colonial controlado por monopólios, como o da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Esses monopólios não eram vantajosos, pois concentravam lucros nas mãos de poucos e gerava insatisfação daqueles que ficavam de fora dessas mercês. Em alguns casos, gerou conflitos dispendiosos (Macedo, 1989).

Diferentemente do restante da Europa, nas terras lusitanas houve uma descontinuidade entre as ideias e as ações inspiradas nas Luzes. Somado a isso, podemos atribuir outro contorno ao iluminismo português: a frequente importação das ideias. Diante de uma difícil situação econômica e cultural, acreditava-se na ida de intelectuais para o exterior, a fim de retornarem à pátria carregados dos ares modernos. Essa prática também foi comum entre os intelectuais nascidos no Brasil, que adquiriam experiência na Europa, sobretudo na Universidade de Coimbra, e voltavam à América portuguesa. Acreditava-se, pois, na filosofia dos países "mais adiantados" para solucionar as mazelas internas (Novais, 1984).

Embora tenha se tornado lugar comum referir-se a um suposto atraso português com relação aos demais países europeus para tratar das Luzes. Aqui, assumimos a perspectiva de que o Iluminismo aconteceu de forma diferente em cada um dos países que alcançou. Com base nisso é que pensamos seus impactos em Portugal. Mesmo não assumindo uma posição central na geração de pensamento ilustrado, ao lado da Espanha, Portugal deu início às grandes navegações que caracterizaram a chegada da Era Moderna. Desde o século XVII, discutiam-se meios para melhorar a agricultura, a indústria e a economia e assumir o controle do comércio ultramarino. Feitas essas considerações, reconhecemos que Portugal esteve na vanguarda da modernidade.

Nos primeiros séculos de colonização, o Brasil assumia uma posição essencialmente periférica com relação à metrópole (sabemos que as noções de centro e periferia dependem do ponto de vista adotado pelo observador e do critério de análise por ele escolhido). A imposição cultural praticada por Portugal impedia que a colônia alcançasse níveis mais elevados na educação. Isso explica a migração de intelectuais para a Europa em busca de títulos superiores. Os espaços promotores de ensino se restringiam aos colégios jesuíticos. Ademais, a circulação de livros e ideias eram impossibilitados, assim como o estabelecimento

de imprensas no território colonial. Diante do receio da disseminação dos ideais jacobinos, o estado de vigilância das autoridades era visível na maior parte dos anos 1700, repercutindo na censura a um grande número de suportes bibliográficos. No entanto, conseguiu controlar esse fluxo apenas em determinada medida, visto que muitos livros europeus se encontravam nas bibliotecas coloniais (Russell-Wood, 1998).

No final do século XVIII, nota-se uma descentralização em termos políticos, econômicos e culturais no Brasil, pois "a história do Brasil colonial representa uma trajetória em direção a uma crescente e autonomia, que se retro-alimenta, se expande e corrobora para a criação de uma identidade que se pode chamar de 'brasileira'" (Russell-Wood, 1998, p.1). Durante a maior parte do período colonial, Portugal dependia do Brasil para sobreviver economicamente. A manutenção do exclusivo colonial favorecia a metrópole e dependia das políticas e atitudes ditadas pelas leis e os conselhos lusitanos. Apesar do ressentimento com a Metrópole, os colonos a tinham como "referência daquilo que a colônia deveria se constituir em termos mentais, morais ou de saúde espiritual" (p.5). Mas nem sempre se tratava de uma via de mão única, em determinados momentos, podia-se falar da flexibilidade destas normas, negociações comuns e que se tornaram mais frequentes no século XVIII.

Por muito tempo não houve um órgão que representasse os interesses coloniais perante o reino. Esse status era aceito por uma parcela de brasileiros, visto que a situação permanecia. A autonomia cresceu em níveis regionais e locais, em virtude de questões pessoais, ligadas à mercês e parentescos. Tal movimento foi estimulado por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, que também se encarregou de instalar sua própria rede para compartilhar a administração Colonial, contribuindo para a nacionalização da economia luso-brasileira. A relação de centro e periferia entre o reino e a colônia se estendia ao âmbito das ciências. A existência de instituições acadêmicas e de indivíduos letrados também faziam parte da disputa de poder entre as aristocracias envolvidas (Maxwell, 1996).

Nesse momento, Pombal foi chamado para o cargo de primeiro-ministro do rei D. José. Considerado um déspota esclarecido, o marquês tomou uma série de medidas que visavam fortalecer o reino e a administração da colônia: as Reformas Pombalinas (1750-1777). As iniciativas que mais repercutiram foram a expulsão dos Jesuítas em 1760, reformas educacionais, do comércio, da administração, da política, da economia e do trato com os indígenas. A ordem jesuítica, com sua ampla presença nos colégios e universidades, era um obstáculo à efetivação da política educacional pombalina. Sobretudo, porque dificultavam a introdução de disciplinas de caráter científico. A criação das aulas régias transferiram ao Estado português a responsabilidade sobre o ensino das primeiras letras. As

ações do ministro foram umas das peças mais importantes do Iluminismo lusitano. Com essa política, Portugal se tornou um dos primeiros a iniciarem as reformas (Maxwell, 1996).

Mais um propósito das ideias de Pombal era o de criar instrumentos de difusão de ideais políticos do Estado. Os espaços acadêmicos eram locais privilegiados para esse fim, dado seu alcance e sua construída legitimidade. À época, sua administração funcionava com base em secretarias, a saber: a Secretaria de Negócios do Reino, a da Marinha e Ultramar e a de Negócios Estrangeiros e da Guerra. A priori, Pombal foi convocado para esta última (menos importante das três), mas sua atuação na reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755 o fez ascender à primeira e mais relevante (Franco, 2007).

A reforma da Universidade de Coimbra foi uma continuidade da Revolução Científica, a qual refletia os esforços de modernização da administração. O conceito da universidade reformulada refletia a presença do Iluminismo e do racionalismo. A esperança na universidade para responder às crises colocava esse espaço de legitimação do conhecimento sob os olhos do Estado. As principais mudanças foram a secularização do ensino, a revisão do currículo da Faculdade de Medicina e a criação das Faculdades de Matemática e de Filosofia Natural. O Museu de História Natural e o Jardim Botânico da Ajuda surgem nessas circunstâncias (Magalhães, 2019).

Existe dúvida se o complexo científico de história natural da Ajuda assumiu na prática as determinações da Coroa inspiradas no reformismo econômico. É certo que nenhuma instituição afim se equiparou a ela em termos de relevância no cenário português. As viagens filosóficas no Ultramar estiveram entre as principais atividades desempenhadas com supervisão dos filósofos da Ajuda. O papel da administração lusitana era de financiar e coordenar as investidas. Não se sabe ao certo em que medida o suporte financeiro régio influenciou a aplicação dos métodos e conceitos científicos. Consideremos também que a eleição da maioria dos indivíduos para funções administrativas e de atividades filosóficas estava relacionada ao sistema de mercês que era comum no mundo colonial português e no cotidiano dos seus domínios (Brigola, 2000).

Na década de sessenta do século XVIII, universitários italianos foram convocados para a missão de lecionar para a nobreza em Portugal, com a fundação do Colégio dos Nobres. Sua razão de ser era a preparação da nobreza para cargos militares e intelectuais. A presença desses indivíduos mudou o rumo das instituições museológicas do reino. O Museu de História Natural e o Jardim Botânico da Ajuda também foram construídos com a justificativa da educação filosófica da aristocracia, como os príncipes D. José e D. João (Brigola, 2000).

Desde o final da Idade Média, o envolvimento do reino com as novas descobertas foi

acompanhado da prática de juntar objetos, animais e plantas vindas de outros espaços. Coleções e gabinetes de curiosidades precederam os museus. Tal movimentação partia de simples curiosidade ou para estudo. Era comum a existência de coleções de espécies de animais e vegetais vivas ou empalhadas. As primeiras iniciativas nesse sentido foram de particulares, entre eles nobres, clérigos e membros da corte. Muitos olhares estavam voltados para o mundo natural. Via-se neste a possibilidade de "aumentar os saberes ao serviço da Medicina e da farmacopeia e secundariamente ao serviço da tinturaria e da própria alimentação humana" (Braga, 2016, p.553). Mas foi no século XVIII que o utilitarismo e o pragmatismo econômico prevaleceram entre os esforços de conhecimentos da natureza.

Na fundação dessas instituições, entra em cena o naturalista italiano Domenico Vandelli (1735-1816). Vandelli era reconhecido por colecionar espécies animais, vegetais e minerais, e isso atraiu a atenção da coroa. O filósofo chegou inclusive a vender uma de suas coleções ao reino para fins educacionais. Ademais, contribuiu para a profissionalização das viagens filosóficas, ao relacionar dicas e construir manuais para as viagens. Um grande número de viajantes naturalistas amadores circulava pelos domínios da Coroa, sujeitos que, apenas com alguma noção de como registrar e tratar os materiais apanhados, percorriam trilhas em busca do conhecimento da natureza. Vandelli produziu um texto instrutivo voltado para esse fim, que foi usado por seus contemporâneos da academia, entre eles, os viajantes Alexandre Rodrigues Ferreira e Vicente Jorge Dias Cabral, de modo a padronizar as ações e potencializar os resultados das investidas (Brigola, 2000).

O projeto vandelliano continha estratégias que visavam a participação da Academia Real das Ciências de Lisboa no domínio econômico. Além de um centro de produção de conhecimento científico, a Real Academia foi um espaço político e de sociabilidade, onde intelectuais se reuniam e se apadrinhavam, em consonância com uma rede clientelar que sobrepunha o Atlântico. A essa altura, a História Natural se afirmava na sociedade como principal intérprete do mundo natural. Fundada nas últimas décadas do Antigo Regime, o espaço se ergueu no contexto da queda de Pombal. Assim como as demais instituições acadêmicas contemporâneas a ela, esforçava-se para trazer resultados favoráveis à economia do Reino.

Vandelli manteve-se por mais de quarenta anos ligado aos museus de história natural e jardins botânicos da Ajuda (1768-1810) e de Coimbra (1775-1791), tendo participado ativamente de sua fundação, instalação e direção. Para Brigola (2000), os principais pontos da atuação do italiano foram

> a rede internacional de contactos científicos dos nossos museus públicos com personalidades e instituições museológicas de toda a Europa; a colaboração especializada com o coleccionismo privado obtendo, de alguns proprietários, a doação de gabinetes para incorporação nas colecções públicas; a autoria da parte dos Estatutos da faculdade de Filosofia Natural dedicada ao ensino da Química e da História Natural, incluindo a criação dos respectivos equipamentos museais; a formação académica, em Coimbra, e a preparação profissional, na Ajuda, dos naturalistas com missões ultramarinas; a autoria de compêndios universitários, de instruções aos viajantes naturalistas, e de dezenas de alvitres, memórias e relatórios, além de numerosa correspondência oficial, donde é possível extrair, se não um pensamento museológico teoricamente inovador, ao menos uma persistente reflexão, de carácter utilitarista, sobre os objectivos, as estratégias e as condicionantes da praxis, bem como propostas para a sua superação (p. 96).

O plano era somar à "racionalização da agricultura tradicionalmente praticada e a introdução de novas técnicas que rentabilizariam e tornariam mais produtivas as atividades agrícola, mineralógica e industrial, tal como eram habitualmente praticadas" (Domingues, 2021, p. 829). Claro que não podemos restringir as viagens e a manipulação das informações resultantes pelos homens de ciência ao utilitarismo. Na verdade, grande parte dos documentos estudados apontam o entusiasmo desses indivíduos pelas descobertas, mesmo que não fossem úteis ao mercado, à saúde ou a qualquer que fosse o fim.

Além disso, não se pode dizer que o viés utilitário nasce com o reformismo ilustrado, pois desde antes das reformas existia na sociedade portuguesa a percepção de que a natureza estava para servir o homem. Isso tem a ver com a influência do catolicismo na Europa, visto que a ideia está contida nas escrituras bíblicas. Todavia, devemos perceber que essa perspectiva coexiste com outras visões do homem com relação ao meio ambiente. Especialmente entre as populações ameríndias era comum que o homem se sentisse parte da natureza.

Exemplo de entusiasmo com o mundo natural foi o de Alexandre Rodrigues Ferreira ao andar pela Amazônia. Ferreira partiu cedo para Coimbra, aos 14 anos. Foi preparador de história natural (aprontava espécimes para estudo ou exposição) e atuou no Museu da Ajuda. Logo mais, em 1780, passou a ser membro da Real Academia de Ciências. Em 1783, foi convidado pela rainha D. Maria a liderar uma expedição científica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro Mato Grosso e Cuiabá. Nessa oportunidade, fez anotações sobre a flora, a fauna e comunidades originárias. A investida foi fundamental para o conhecimento da Amazônia e se estendeu de 1783 a 1792.

Mas conforme Raminelli, o viajante foi encarregado de atribuições divergentes do que se espera para um filósofo naturalista:

> Obstinado agente da administração lusa, Ferreira chegou ao requinte de arrolar roupas dos padres, paramentos para missa, estado de igrejas e condições dos cemitérios locais. Esses aspectos também constituem o corpo do Diário da Viagem Filosófica, relatório enviado à Secretaria por intermédio do capitão-geral da capitania do Rio Negro, João Pereira Caldas. Nada escapava, portanto, a esse fiel agente colonial. A multiplicidade de tarefas, certamente, prejudicou um tratamento mais científico e aprofundado da natureza amazônica (2008, p.104).

Logo, de acordo com Raminelli (2008), Alexandre Rodrigues Ferreira precisou informar detalhes das aldeias, e denunciar possíveis contatos entre seus líderes e os colonizadores espanhois ou holandeses. Fez registros sobre técnicas agrícolas, elaborou mapas e coletou um amplo número de amostras para remeter a Lisboa. Para além dos esforços de diversificação da agricultura, estava a preocupação com a expansão espanhola sobre as terras americanas e o mercado mundializado. A agricultura sustentava o povoamento, pois o plantio dependia de mão de obra presente. O projeto reformista tinha especificidades para os povos indígenas de Grão-Pará e Maranhão e da América portuguesa como um todo, prevendo ideias para a agricultura e a subsistência desses grupos, a fim de efetivar o povoamento da região. Mas era igual o interesse por avanços tecnológicos para demais domínios reais. Já na África, os britânicos foram o empecilho.

A variedade de atribuições foi o principal fator de diferenciação entre as viagens filosóficas e as incursões feitas com o intuito de explorar os domínios reais. Tal diversificação de funções pode ter sido um problema para a aplicação dos métodos científicos, como os propostos por Lineu. Por isso, devem ser consideradas as intervenções das autoridades sobre os resultados das viagens para que se tenha uma narrativa mais aproximada da realidade luso-brasileira durante a Ilustração. Essa interferência denota a precariedade do cargo emergente (Raminelli, 2008).

Encontramos evidências de que o Estado foi negligente com os sujeitos que encabeçaram as viagens filosóficas e suas experiências. Moléstias, fomes, sedes e outras condições os afligiam durante os percursos. Isso era uma manifestação da falta de suporte na execução do projeto. Ainda assim, não deixaram de realizar as atividades para as quais foram incumbidos. E mesmo quando se lograva êxito na coleta e no repasse dos materiais e das informações de viagem, havia uma dificuldade na análise do que chegava aos gabinetes. As

memórias de Alexandre Rodrigues Ferreira, por exemplo, ficaram inéditas por muitos anos, permanecendo como esboços em Lisboa (Raminelli, 2008).

A ideia de se produzir um inventário do mundo natural contava com as viagens filosóficas para coletar e descrever espécies, analisá-las e classificá-las. Para isso, era imprescindível a estrutura dos museus do Velho Mundo. Por isso, exemplares eram enviados em caixotes, surrões e outros meios pelos navios. Para além do estudo das espécies, os viajantes manipulavam minerais, domesticavam plantas e animais, "Os naturalistas atuavam, portanto, como economistas e etnógrafos, coletando as técnicas nativas de transformação da natureza" (Raminelli, 2008, p. 97). Depois de serem estudadas, as sementes e mudas eram encaminhadas para os jardins e hortos portugueses e, se aclimatadas, serviriam para a diversificação da agricultura das colônias (Raminelli, 2008).

As intempéries no transporte dos itens coletados aos centros da metrópole demandavam o tratamento especial dos materiais pelos remetentes. Cuidados no embalo de plantas e animais tornaram-se objeto de discussão, fato que implicou na produção de materiais de instrução para a preparação adequada. Nesse processo, "Todo o cuidado era pouco para preservar os fragmentos e os testemunhos da longa viagem em busca do conhecimento. O material era catalogado e rapidamente comparado a exemplares já descritos e estudados pelos sábios" (Raminelli, 2008, p. 97). Mais um indício da precaução que se tinha era o envio de materiais em duas vias, por embarcações distintas, a fim de assegurar que ao menos uma chegasse ao outro lado do Atlântico. Entre esses materiais, estavam amostras dos três reinos e observações escritas correspondentes.

A educação de nobres no período foi fundamentada em princípios ilustrados e culminou na ascensão de muitos deles a cargos administrativos relevantes, onde fizeram valer os caracteres de sua formação. Esse foi o caso de Dom Rodrigo de Souza Coutinho (1755-1812) uma peça importante do Reformismo Ilustrado luso-brasileiro. Dom Rodrigo nasceu na Vila de Chaves, Portugal. Filho de Francisco Inocencio de Sousa Coutinho Paim e Anna Luisa Joaquina Teixeira da Silva de Andrade, trouxe no sangue ao mesmo tempo privilégios e desvantagens (Coutinho, 2002).

O fato de seu pai ter sido governador em Angola revela a hereditariedade dos privilégios do Período Colonial. Por outro lado, sua ascendência materna o fez ser visto com maus olhos pela vinculação a trabalhos mecânicos (atividades manuais, que não eram bem vistas pelas camadas mais favorecidas da sociedade colonial). No entanto, seu avô materno, Matias Barbosa, não só foi um rico contratador dos caminhos para Minas Gerais como foi dono da Capitania. Isso se sobressaiu na carreira de Coutinho, favorecendo sua chegada à

posição de Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos (1795-1801), posteriormente, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1801-1801) e, por fim, presidente do Erário Régio (1801-1803) (Coutinho, 2002).

Acrescente-se a isso o fato de que o nobre foi afilhado de Sebastião José de Carvalho e Melo, o notável Marquês de Pombal. Não há dúvidas sobre as vantagens que essa proximidade significou para a carreira do intelectual. Mas, concomitantemente, Dom Rodrigo ganhou mercês e inimizades, pois as desavenças de Carvalho e Melo se prolongaram aos seus. Na família de Sousa Coutinho, seu irmão mais novo, D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho (1764-1823) foi governador do Grão-Pará entre 1790 e 1803. O período de tempo coincidente entre o governo de D. Francisco Maurício e o desempenho da função de Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos por seu irmão com certeza favoreceu a efetivação da política ilustrada deste último. A escolha dos governadores coloniais revela a lógica de redes construída para a exploração econômica do território. Outro de seus irmãos, D. Domingos Antônio Sousa Coutinho, foi embaixador na Inglaterra e colaborou com a vinda da família real portuguesa para o Brasil (Costa Júnior, 2023).

D. Rodrigo foi apontado para esse cargo no momento do afastamento de D. Maria por problemas de saúde. D. João, enquanto regente e admirador da ciência o convidou para o cargo, uma ação que teve sua legitimidade questionada por algum tempo, em virtude do papel provisório que D. João assumia na corte. Como quer Costa Júnior (2023), ele "era filho das reformas administrativas pombalinas e suas escolhas para ocupar os cargos chaves da burocracia imperial tinham essa base, em que indivíduos formados academicamente, ou pelo menos, que demonstrassem notório saber científico" (p. 28). É fácil perceber nos documentos e na política de Coutinho o quanto "a natureza era parte fundamental do projeto econômico português e que para dominá-la era preciso conhecê-la" (p.28-29). Com relação à situação econômica da colônia, podemos dizer que as viagens colaboraram com o Exclusivo Colonial, visto que reforçaram a relação econômica desigual entre colônia e metrópole. Ele, assim, incentivou a vinda de naturalistas para conhecer a fauna, a flora e os minerais, sistematizando e ampliando geograficamente a atuação desses profissionais.

Já havia pessoas encarregadas de registrar potencialidades nas terras colonizadas antes de seu governo. Porém, a maioria delas não tinha formação para tal. Seu despreparo impactava na qualidade das observações e especialmente das amostras. O preparo e a conserva de remessas para estudo requeriam alguma instrução por parte do preparador. Cada uma das amostras de plantas, sementes, madeiras, minerais, insetos e animais possuía uma forma própria de preparação. Os modos de conservação mais comuns eram a secagem de

plantas e prensagem em herbários, o armazenamento de sementes e frutos secos em caixas e sacos e a conservação de animais em álcool ou aguardente. Os exemplares minerais eram separados e rotulados (Pataca, 2015).

Em conclusão, a importância que o Brasil assumia na economia do Império pedia a modernização das técnicas agrícolas e o melhor conhecimento dos domínios. Foi nesse sentido que caminharam muitas das iniciativas da política mariana. Enquanto as demais nações europeias prosperavam, eram necessárias medidas que mantivessem o crescimento português e a busca pela quina se efetivou nesse contexto. Constatamos, assim, que não era a busca pelo conhecimento científico que movia a engrenagem, mas a necessidade de se manter no topo para sobreviver no universo de disputas que se acirrava com a chegada da contemporaneidade.

O reformismo ilustrado luso-brasileiro correspondeu ao esforço da coroa portuguesa de modernizar o Estado e reestruturar práticas antigas. Porém, a trajetória dessa corrente em Portugal foi marcada pela importação de ideias de países como França e Inglaterra. O peso de uma administração ineficiente, das desigualdades sociais e dos condicionamentos impostos pela igreja impediu que a nação fosse um centro de produção das ideias reformistas e isso causou a desaceleração das mudanças.

Entretanto, o papel desempenhado por figuras como o Marquês de Pombal e Dom Rodrigo de Souza Coutinho foi importante na racionalização da administração imperial. Suas políticas tinham em comum o interesse de transformar a natureza em um recurso produtivo. A institucionalização do conhecimento científico só aconteceu porque houve reformas educacionais, na universidade e o financiamento da atividade museológica. Estas ações foram possíveis porque esses sujeitos fizeram funcionar uma nova concepção de governo.

3 CIRCUNSTÂNCIAS HISTÓRICAS E ESPACIAIS

3.1 O Estado do Grão-Pará e Maranhão

Consideramos o entendimento das circunstâncias um dos principais pilares da pesquisa histórica e tendo em vista que o Estado do Grão-Pará e Maranhão coexistiu por longos anos com o Estado do Brasil e foi centro administrativo das principais capitanias mencionadas neste trabalho, achamos justo explorar seus aspectos políticos, econômicos e sociais. Sua história como unidade representativa do governo português traz as marcas de conflitos que os povos indígenas das Américas estabeleceram entre si e com povos europeus, bem como da política pombalina.

Embora seja comum pensarmos a América portuguesa como uma estreita e contínua faixa litorânea, que unia o Pará ao Rio Grande do Sul, essa percepção não explica satisfatoriamente a América portuguesa anterior ao século XIX. No começo do século XVI, somente algumas poucas vilas e feitorias dispostas pela costa Atlântica sustentavam a ocupação portuguesa no continente.

Por sua dimensão e escassez de conexões que facilitassem o deslocamento humano, a colonização da Amazônia não poderia acontecer de outra forma que não fragmentada, lenta e desigual. Os primeiros anos desse processo são caracterizados por uma presença tímida de colonos, que se dá concomitantemente com a fundação de fortes, vilas e outras edificações que poderiam servir à administração e manter a comunicação com a Metrópole. Uma aceleração perceptível acontece com os projetos estatais de exploração que vêm acompanhados de projetos de infraestrutura. Só recentemente disputas políticas deram à Amazônia o caráter de fronteira socioambiental (Becker, 2009).

Conforme Damasceno e Miranda (2021), na segunda metade do século XVII, a Amazônia colonial portuguesa era administrada através das capitanias do Maranhão, Grão-Pará, Ceará, Cametá, Alcântara, Caeté, Cabo do Norte, Piauí, São José do Rio Negro e Marajó. Durante a União Ibérica (1580-1640), já se esboçava uma divisão de governo entre Norte e Sul na América portuguesa. O Estado do Grão-Pará e Maranhão foi separado do Brasil em 13 de junho de 1621 e perdurou até 1772. A sequência cronológica dos eventos que culminaram nesse modo de organização foi a seguinte: em 1621, a foi criado oficialmente o Estado do Brasil, composto pelas capitanias do Rio Grande do Norte e aquelas localizadas ao sul desta, ao passo que ao Norte foi criado o Estado do Maranhão, englobando as capitanias do Ceará, Maranhão e Pará, onde ficava grande parte da região amazônica.

A capital escolhida para a porção setentrional foi a cidade de São Luís. Com a restauração da Coroa portuguesa e o fim da União Ibérica, o Estado do Maranhão foi reincorporado ao Brasil no ano de 1652, mas foi restaurado em 1654 com a alcunha de "Estado do Maranhão e Grão-Pará". Aproximadamente cem anos depois, sofreu nova alteração, sendo designado então por Estado do Grão-Pará e Maranhão e a capital foi transferida de São Luís para Belém. Enquanto isso, o Estado do Brasil crescia, empurrando seus limites para o oeste e para o sul, avançando sobre costumeiros domínios espanhois (Damasceno; Miranda, 2021).

Mapa 1 - O Estado do Grão-Pará e Maranhão



Fonte: Dias (1970).

A configuração do espaço e território ilustrada no mapa de Manuel Nunes Dias (1970) se deve a ataques de franceses, holandeses e ingleses. A disputa internacional para explorar o pau-brasil, bem como a cana-de-açúcar gerou inconstância na ocupação. A instalação da França Equinocial (1612) no Maranhão atestou a vulnerabilidade das porções norte e nordeste a tais ataques, e pedia reforço militar e a construção de fortificações. É certo que "a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo e, externamente, as pressões exercidas

por outros grupos ou pelo governo da sociedade dominante moldam outras formas territoriais" (Oliveira, 2011, p.2), e

> Desta forma, o território deve ser visto como uma área natural sobre a qual um dado "poder" projeta a ocupação dessa área e a transforma em função da sua afirmação de domínio. Assim, a característica fundamental do território não é a área natural, mas a existência de um poder de dominação sobre essa área (p.2).

A segunda metade do século XVIII foi decisiva para a territorialidade do que viria a ser o Brasil. Isso porque as ações pombalinas sobre a dinamização da economia e a defesa do território e os tratados de Madri (1750), El Pardo (1761) e Santo Ildefonso (de 1777) foram essenciais para juntar o território colonial português na moldagem que estamos familiarizados. Os novos acordos puseram abaixo os ditames do tratado de Tordesilhas (1494) (Oliveira, 2011).

Assim como o Estado do Brasil, o Estado do Grão-Pará e Maranhão foi dividido em capitanias hereditárias, que se mantiveram até o século XVIII. Algumas delas foram cedidas a donatários, que com recursos próprios tratavam de construir a estrutura de dominação daquele espaço - como fazendas, plantações e feitorias. Outras dessas capitanias permaneciam na posse do rei, que dispensava materiais da Real Fazenda para custear a manutenção dos aparatos de poder necessários para a execução do projeto de ocupação (Oliveira, 2011). Naturalmente, a acomodação desses instrumentos de poder não aconteceu sem resistência indígena e do restante da natureza. As paisagens virgens significaram inúmeras vezes um ambiente hostil e os grupos pré-existentes desferiam ataques quando não tinham a intenção de negociar conforme seus interesses.

O Estado do Maranhão e Grão-Pará continha a região Norte do país e parte do nordeste. Apesar de seu governo e o do Estado do Brasil serem independentes um do outro, por tratarem seus assuntos diretamente com a coroa portuguesa, as ordens administrativas dirigidas às duas unidades eram próximas. Mas a proximidade não impediu que cada um desses territórios tivesse uma história própria. A ligação direta de suas capitais, São Luís e Belém, com Lisboa colaboraram com sua longevidade, uma vez que permitia comunicação muito mais rápida e eficiente, dispensando a necessidade ou a obrigatoriedade de passar ou por Salvador ou pelo Rio de Janeiro e agilizando os negócios (Oliveira, 2011).

Francisco Adolfo de Varnhagen (1956) era um dos que acreditavam na necessidade dessa divisão administrativa para consolidar a dominação portuguesa nas terras do norte. Para

ele, a estratégia era uma medida prudente da coroa, que permitia administrar um território vasto e muito distante de Salvador. Seu olhar concebia a colonização como uma obra civilizadora, que tinha na fé, na ordem e na cultura europeia um guia. Tais esforços iriam integrar o território, com a incorporação da sociedade colonial. As ordens religiosas, bem como a economia amazônica foram ferramentas para esse objetivo. Varnhagen reconhecia sua importância, embora fosse cauteloso com sua participação excessiva e livre. Mas a historiografia posterior mostra uma colonização do norte mais exploratória do que civilizadora, dados os interesses econômicos envolvidos.

Caio Prado Júnior (1981) analisa os impactos da estrutura colonial sobre nossa sociedade e economia. As drogas do sertão são para o autor parte de uma empresa exploratória voltada para o lucro e o abastecimento do mercado europeu. O mesmo autor aponta a dificuldade de escoamento dessas drogas. A população estava predominantemente disposta no litoral, pois a preocupação lusitana, a priori, era garantir o povoamento próximo aos portos. Essa característica contrastante com o modo de agir castelhano ganhava corpo com determinações régias que dificultavam, e até mesmo proibiam o deslocamento para o interior. Nessas circunstâncias, a exploração das drogas do sertão foi vista com os mesmos olhos que viram a agricultura como instrumento para o povoamento.

Letícia de Oliveira Raymundo (2006) acredita que a política indigenista e a política econômica propostas pelo Marquês de Pombal partiam de um mesmo projeto de secularização na organização Colonial. Na pessoa de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, seu meio-irmão, o marquês orientou a criação da companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, a declaração de “liberdade” dos povos indígenas e a supressão do poder temporal dos missionários. Conforme a autora, o discurso de liberdade para os indígenas não significou sua emancipação, mas a transferência de domínio dos religiosos, em especial dos jesuítas, para a administração lusitana.

O Diretório dos Índios foi um instrumento usado para controlar e regulamentar o trabalho indígena em conformidade com os interesses da Companhia de Comércio, a partir da integração dos indígenas à sociedade colonial. Vê-se que o espaço amazônico serviu de laboratório para o modelo de dominação inspirado no Reformismo Ilustrado. A combinação da dominação econômica com o disciplinamento social foi uma expressão desse esforço. Logo, os indígenas foram compulsoriamente integrados à economia colonial sob um discurso civilizatório (Raymundo, 2006).

A mineração se desenvolveu nesta parte desde o final do século XVII e se destacou durante boa parte do século XVIII, reforçou a importância econômica do Estado do Brasil e a

proximidade do Rio de Janeiro com as regiões mineradoras fez com que esta capitania se tornasse sua capital em 1763. Mas mesmo com o êxito obtido através da mineração, coexistiram os Estados do Grão-Pará e Maranhão e o Estado do Brasil durante boa parte do século XVIII (Raymundo, 2006).

A construção do espaço amazônico como um lugar vazio, uma floresta intocada, um reservatório de recursos naturais cujo pleno aproveitamento era impedido pelo "atraso" era usado para justificar as ações dos colonos. A Amazônia era habitada há mais de 10000 anos quando recebeu os aldeamentos missionários comandados pelos Jesuítas para a catequese de sua população. O trabalho forçado e a construção das vilas viabilizaram a extração das drogas, que se mostravam como alternativa a um sistema de plantation de cana-de-açúcar ameaçado pela concorrência de holandeses, espanhóis, franceses e ingleses (Raymundo, 2006).

Para manter a posse do território apropriado e evitar invasões, Portugal investiu na busca pelas "Drogas do Sertão". As chamadas "Drogas do Sertão" eram representadas por especiarias que por motivos medicinais ou não possuíam valor comercial. Entre elas, estavam a própria quina, o urucum, o cacau, o anil, a salsa e muitas outras. A mão de obra indígena, de início, foi a principal força na coleta das matérias-primas do sertão. Isso acontecia pela carência de mais indivíduos que pudessem realizar tal trabalho. Para isso os sujeitos que ali viviam, além de terem seu modo de subsistência alterado, tiveram suas terras expropriadas, sendo escravizados, aldeados ou coagidos ao trabalho extrativista. O destino principal desses produtos era o mercado Europeu (Venâncio; Cervo, 2025).

Quando tratamos de expropriação, não nos referimos apenas à perda de terras dos povos que ali viviam, mas do impedimento de suas práticas agrícolas. As jornadas forçadas significavam menor disponibilidade para o cultivo de interesse próprio, levando-os a "trabalhar como escravos". Alegavam sobrar pouco "tempo para podermos tratar de nossas lavouras" (Marapirão, 1649). Era o que denunciava o "índio principal do Maranhão", Antônio da Costa Marapirão, em carta ao rei, ao atribuir o problema às jornadas, guerras, cativeiros e roças. O termo "índio principal" era usado para designar uma liderança reconhecida pelos colonizadores portugueses. Ele e outros índios principais o faziam (Santos, 2012).

No intuito de enfrentar as expropriações, desenvolveram estratégias de reconstrução de espaços de autonomia por meio da agricultura. O mecanismo de resistência foi observado por Chambouleyron, Arenz e Melo (2020). Segundo os autores, alguns indígenas das vilas pombalinas, em meio às jornadas ao sertão, encontravam oportunidade para cuidar de cultivos de interesse pessoal. Logo, sua atividade agrícola, negligenciada nos documentos oficiais, também se mantinha fora das missões.

A presença de africanos escravizados na Amazônia é atestada por um fluxo de elementos da cultura material durante os séculos XVIII e XIX. Louças, cerâmicas, garrafas, moedas e outros objetos encontrados na região de Santarém (PA) mostram que embora em menor número, quando comparado a outras partes do território, pode-se falar da presença negra na região amazônica. Como nas outras partes, o espaço foi usado para a fuga de escravizados e a formação de quilombos (Muniz, 2019).

Tiago Silva Alves Muniz (2019) identifica fluxos de materiais e pessoas, rotas usadas para o comércio de seres humanos e para suas fugas. A resistência e as práticas culturais africanas se expressam no uso de símbolos Bakongo e nas "monkey jars". Esses tipos exerciam papel simbólico de remeter à cultura iorubá, envolvendo etnicidade e conexão entre pessoas distantes. Os bens materiais acompanharam o movimento da diáspora dos povos que os construíram. Portanto, um é válido para o estudo do outro. Desse modo, reconhecer a Amazônia Negra e refletir sobre seu agenciamento na circulação das Drogas do Sertão é imprescindível para este trabalho.

Assim, as Reformas Pombalinas contrastaram com o controle da exploração que era encabeçado pelos missionários de forma descentralizada. Apesar de servir aos interesses coloniais, havia uma forte presença da igreja no negócio das drogas. Àquela altura, a coroa dependia da igreja para executar seu plano. Boa parte do lucro, portanto, ficava retido nas mãos de religiosos e comerciantes que levavam os produtos de um lugar a outro. A chegada do Marquês de Pombal à cena provoca a centralização do poder na Coroa. A mão de obra marcadamente indígena ceder lugar à força de trabalho africana, controlada pela CCGPM, embora a exploração continue se manifestando de outras formas.

Quando Pombal sai de cena, já em 1777, concomitantemente à morte de Dom José I, ocorrem mudanças nas políticas coloniais, notavelmente na Amazônia. Com base nos documentos analisados e em suas datações, vemos que a ascensão de D. Maria I ao trono português e a queda do Marquês de Pombal em 1777 deram uma nova face ao Reformismo Ilustrado. Os intelectuais e técnicos formados em Coimbra continuaram com seus papeis administrativos e seus estudos filosóficos e a ideia de "inventariar" a natureza recebeu um investimento tão importante quanto o de reservar postos administrativos a simpatizantes das ciências, diferentemente do que aconteceu antes de 1777.

Dito isso, sabemos que o Estado do Grão-Pará e Maranhão teve sua economia baseada na agricultura, na pecuária e na exploração de recursos naturais. Logo, sua criação não refletiu somente a dificuldade de governar toda a extensão da colônia e proteger regiões como a foz do rio Amazonas de invasões estrangeiras, mas também o interesse de explorar a região

amazônica em todo seu potencial e garantir seu povoamento com atividades agrícolas. Neste tópico, procuramos estabelecer reflexões nesse sentido.

3.2 Múltiplos Sertões

> Dado os constrangimentos da administração portuguesa, os sertões poderiam se localizar para além do alcance do governo ou, na verdade, tão distantes como se estivessem efetivamente fora do império. Assim sendo, eles tinham um alto grau de autonomia. Para todos, salvo para os sertanejos, o sertão era um estado de espírito e de percepções: descrevê-lo como simples periferia é ignorar a multiplicidade de conotações que a palavra e a região evocam. (Russel-Wood, 1998, p.11).

Por ser complexo, polissêmico e difuso, o termo "sertão" atrai o interesse de muitos pesquisadores. Seja como objeto principal dos trabalhos ou como instrumento para se chegar à compreensão de algum outro problema, como acontece nesta pesquisa, a riqueza de significados que detém o torna digno de ocupar algumas linhas. Surpreendentemente, a palavra perpassa os campos da História, do Jornalismo, da Literatura, entre outros, e dá origem a verbetes igualmente ricos de sentido, como "sertanejo". Pensar o sertão e suas derivações é indispensável para nos aproximarmos do objetivo desta investigação, dado que com frequência se referiram de tal forma aos nossos espaços e personagens. A região amazônica, o Estado do Maranhão e Grão-Pará, a capitania do Piauí, ao lado de outras partes descritas pelos europeus, estão associadas aos símbolos que caracterizam o sertão.

Nos espaços há "investimentos afetivos, emocionais, passionais, pulsionais, imaginários, utópicos em uma dada territorialidade, ou seja, exige o investimento em uma dada territorialização da existência [...]" (Albuquerque Júnior, 2008, p.61). Dessa forma, as regiões e os regionalismos são históricos e só se constituem do modo como se apresentam em determinado contexto histórico, sendo, pois, uma construção social e histórica. Logo, não é a simples delimitação geográfica que concebe o espaço tal como o conhecemos. Pensá-lo requer que reconheçamos sentidos diversos e entendamos "[...] a circunscrição de uma espacialidade como sendo o suporte para a vida subjetiva de um dado sujeito individual ou coletivo" (p.61).

Forças políticas, econômicas e culturais fazem com que as regiões mudem através dos tempos. Albuquerque Júnior reforça que "A região é produto das elaborações poéticas, literárias, pictóricas, teatrais, cinematográficas, midiáticas, escultóricas, icônicas, fotográficas, realizadas por aqueles que a tomaram como o objeto e o objetivo de suas práticas." (p. 62-63). Assim, noções como a de "Nordeste", por exemplo, mudam. Desconsiderar essa mudança é tentar apagar os conflitos, disputas e transformações históricas que o espaço traz. Em suma, não há neutralidade na região. Trata-se de um objeto cuja análise pode esclarecer quem o inventou e quais as intencionalidades por trás de sua invenção.

Simon Schama (1996) acredita que natureza e cultura são indissociáveis, porque a paisagem só é experimentada pela memória. A percepção do observador a constrói. Nossos sentidos a apreendem e a reformulam, assim como a própria realidade. Como exemplo disso, temos as compreensões em torno do espaço do Estado do Maranhão e Grão-Pará, que para portugueses e indígenas com certeza foram distintas (Melo, 2017). As ressignificações elaboradas com base em suas características políticas e geográficas por certo foram reconhecidas pelos portugueses, mas não fizeram sentido para os povos nativos e as construções simbólicas destes tampouco foram apreendidas pelos que vinham da Europa.

É possível identificarmos concepções semânticas políticas, administrativas, simbólicas, literárias, modernas e regionais no sertão. Uma das mais fortes ideias é a de um interior desconhecido, bravio e inexplorado, "habitado por índios, feras e seres indomáveis" (Oliveira, 1998, p.197), em oposição ao litoral, conhecido, domesticado e povoado. Trata-se, este, de um olhar geográfico, pertencente ao universo colonial e imperial, a partir do qual o sertão comumente é abordado como um lugar indefinido por jurisdição.

Era esse o modo como o sertão era visto pelo habitante comum da cidade. A perspectiva simbólica, bastante explorada pela literatura, traz em si o elemento da resistência, da vida dura, cheia de adversidades provocadas pela marginalização, pela seca, pelo isolamento e consequentemente pela fome e pela miséria. Há também a representação do sertão como microrregião do interior nordestino, a qual constitui uma percepção mais moderna e regional (Oliveira, 1998).

A efetivação do domínio sobre as novas terras está diretamente relacionada à identidade nacional. Nesse sentido, as bandeiras têm participação no pensamento social brasileiro por remodelar as fronteiras, então associadas ao sertão. Na perspectiva dos bandeirantes, embora fosse um espaço com muitos perigos, era inegavelmente um lugar de riquezas. Os governantes das capitanias, vindos de Portugal, enxergavam nele um ambiente adequado para o exílio. Os que eram rejeitados pela sociedade colonial viam nele a esperança de se aventurar em dias melhores (Oliveira, 1998).

A literatura também representa isso em retratos fantásticos ou ameaçadores a respeito das novas "conquistas", em sintonia com o que aconteceu nos primeiros anos de colonização. Tudo isso integra a formação da identidade nacional. Na literatura, o sertão e o sertanejo atraíram os olhares de autores como Euclides da Cunha, que tomou o sertão como inferno, ao denunciar um ambiente hostil e flagelado pela seca; Guimarães Rosa, que comparou o sertão ao purgatório, sendo este um lugar de penitência e reflexão; Catulo da Paixão Cearense e Afonso Arinos, que lhe trouxeram uma perspectiva romântica. Além destes, José de Alencar,

Bernardo Guimarães, Franklin Távora, Alfredo d'Escragnolle Taunay e mais nomes expressivos. Cada um deles apresentando mais de uma visão. É possível uma classificação intrínseca à literatura, que se encontra na divisão entre a tradição romântica e a tradição realista. O modo de vida do habitante sertanejo, suas habilidades entram em contradição com o problema que o sertão pode representar para a nação por suas mazelas e perigos (Oliveira, 1998).

Euclides é o primeiro a denunciar o descaso pelas autoridades com relação ao sertanejo. Para ele, o sertanejo possui a sensação de estranheza, de não-pertencimento, mesmo habitando suas próprias terras e o sertão um lugar onde muito ainda se pode construir. Em outras palavras, é como uma folha em branco, onde se pode desenhar novos personagens, cenários e escrever novas histórias. Sob essa perspectiva, entendemos melhor as construções simbólicas em torno das bandeiras. Sua escrita que conjugava romance e jornalismo apontou a irresponsabilidade dos governantes com o habitante do sertão e sua atitude foi reiterada por Monteiro Lobato, mas neste momento era o sertanejo do Sul que entrava em cena. A expressão máxima desse aspecto na obra de Lobato foi o personagem Jeca Tatu, prejudicado por doenças e estereótipos. Ambos provocados pela negligência da sociedade (Oliveira, 1998).

No século XIX, acrescentam-se os efeitos das teorias raciais, com o cientificismo em voga. As concepções pseudocientíficas do século XIX apontavam para uma hierarquia de raças classificada com base nas características fenotípicas dos indivíduos. Tal concepção serviria de base para um conjunto de políticas racistas de imigração cuja finalidade era branquear a população. E naquelas circunstâncias (dos sertões) habitavam muitos dos indivíduos acusados de degenerar a raça (Souza, 2007).

Conforme Janaína Amado (1995, p.150), “desde o início da História do Brasil, portanto, sertão configurou uma perspectiva dual, contendo, em seu interior, uma virtualidade: a da inversão. Inferno ou paraíso, tudo dependeria do lugar de quem falava”. No entanto, Amado entende que outros significados e olhares apontam para uma variedade ainda maior de concepções ligadas ao verbete. Entre elas estão a construção do homem valente e daquele que tem habilidade para encontrar soluções criativas para os problemas do cotidiano. A autora concorda que a construção social do litoral assume uma posição muitas vezes contrária à elaborada para o sertão, quando este é analisado a partir de sua cultura, geografia e sociedade.

Embora o que se entenda por “Nordeste” seja em grande parte tomado pela noção de sertão, não é esta a única região que carrega consigo tal essência. Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso têm em si caracteres que são reconhecidos e difundidos numa concepção similar. Em

Santa Catarina, o verbete é empregado para designar o extremo oeste do estado. No Paraná, utiliza-se a palavra para denominar porções territoriais de outro estado, cremos que contíguos. Em São Paulo, são chamadas assim regiões próximas a Sorocaba. No Amazonas, o termo "sertão de dentro" funciona para nomear a região fronteiriça entre o estado e o território venezuelano. Contrariamente, "sertão de fora" dá nome à divisa do Uruguai com o Rio Grande do Sul, sendo um termo comumente usado por este. E conforme o IBGE, porções áridas e pobres do Nordeste recebem a alcunha (Amado, 1995).

Cronistas e viajantes que andaram pelo país, aos quais se incluem sujeitos desta pesquisa, produziram relatos a respeito do sertão desde o século XVI. A partir dos 1600, a construção de narrativas mais elaboradas, como a do Frei Vicente de Salvador, é registrada. Entre os séculos XIX e XX, a noção era pré-requisito para se discutir a nação. O conceito pode ser vivido como experiência histórica. O "'sertão' constituiu, desde cedo, por meio do pensamento social, uma categoria de entendimento do Brasil, inicialmente na condição de colônia portuguesa e, após o século XIX, como nação" (Amado, 1995, p.146). Esta é a análise do sertão como uma categoria do pensamento social, com base na diferenciação feita por Janaína Amado.

Já o compreendemos como uma categoria cultural, com lugar na literatura, na pintura, no teatro, no cinema e na música. É válido pensarmos também que foi uma categoria construída ao longo do processo de colonização. Era comum que em Portugal se chamasse "sertão" ou "certão" localidades distantes de Lisboa, mas que pertenciam ainda à nação portuguesa. Áreas conquistadas e seus arredores, sobre os quais pouco ainda se sabia, também eram batizados assim. Alguns acreditam que a palavra deriva de "desertão", outros creem que sua origem pode estar associada aos verbetes "serere" ou "sertanum", que, em latim, significam "trançado", "entrelaçado" ou "embrulhado". Outra possibilidade está nos termos também oriundo do latim, "desertum" ou "desertanum", que querem dizer, respectivamente, "desertor" e o lugar para onde o desertor foi. Isso porque o sertão é o lugar que recebia muitos dos desertores do mundo luso, descumpridores das normas reais (Amado, 1995).

Essas formas circularam por África, Ásia e América, o significado nesses diferentes continentes convergiam para a ideia do desconhecimento ou da pouca informação. Saint-Hilaire (1779-1853) deixou em seus registros muitas referências a essas áreas. Dizia o seguinte: "áreas despovoadas do interior do Brasil. Quando digo 'despovoada', refiro-me evidentemente aos habitantes civilizados, pois de gentios e animais bravios, está povoada até em excesso [...]" (Saint-Hilaire, 1937, p.378). O botânico, viajante e naturalista francês, considerava povoamento aquele exercido pelos descendentes europeus. O esforço de

povoamento da região amazônica por pessoas vindas do ultramar, em maior quantidade de Açores, comprova o desinteresse ou a desconfiança com relação aos que já estavam presentes.

Paula Regina Pereira Dos Santos Marques Dias (2020) corrobora: “O sertão na visão do século XVI era aquele que se contrapunha ao litoral, zona terrestre conquistada ou descoberta. No entanto, o sertanejo era alguém desconhecido, provavelmente composto de povos indígenas.” (p.4). Podemos analisar essa identidade difusa em sua intencionalidade de ignorar as características dos povos que ali povoavam. A posição social, cultural e geográfica são matéria prima para as elaborações em torno das figuras do sertão e do sertanejo e, consequentemente, premissas para qualquer análise.

Acreditamos que os habitantes sertanejos geralmente eram indivíduos “expulsos da sociedade colonial - como os índios, escravos fugidos, os perseguidos pela justiça Real e pela Inquisição - o sertão era um espaço de liberdade em relação a uma sociedade que os oprimia e a esperança de uma vida melhor” (Melo, 2017, p. 30). Nele, encontravam um terreno que para muitos tinha a ver com sua alma rude. O caráter bravio dava-lhe o toque necessário para ser um refúgio seguro frente às retaliações dos senhores.

Sérgio Buarque de Holanda (1936) nos explica que houve uma preferência portuguesa pela colonização do litoral, que muito se deu pela facilidade no escoamento dos produtos da colônia. Nesse contexto, notamos um empecilho à exploração e à saída das drogas do sertão, um fator que a distanciou de se tornar um comércio relevante para o cenário econômico da época. Seus habitantes, por outro lado, são vistos como a personificação das características bravias e desconhecidas que se contrapõem ao domesticado litoral.

Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

> Há, basicamente, duas vertentes interpretativas das origens etimológicas de sertão. Uma atribui a origem do termo à palavra africana mulcetão, que designava terras distantes da costa, mediterrâneas, e ao ser incorporada à língua portuguesa assumiu a forma certão, mais tarde sertão (Barroso apud Galvão, 2001, p. 16; Neves; Miguel, 2007, p. 9). A outra vertente duvida da evolução do termo mulcetão para sertão e considera mais provável que a palavra tenha origem em ‘sertanus, advinda de sertum, particípio passado de sero, serui, sere’, que se traduziria por ‘entrelaçar’, ‘entrançar’, com o sentido de ‘o que está entrelaçado’, numa alusão à ‘vegetação contínua’ (Meyer-Lübke apud Neves; Miguel, 2007, p. 10). De qualquer forma, [...] o primeiro documento em língua portuguesa que descreve o território brasileiro – a carta de Pero Vaz de Caminha – utiliza o termo sertão para referir-se a terras distantes do litoral. Neves e Miguel (2007, p. 10) reforçam esse argumento citando ainda as cartas de doação das capitanias hereditárias, onde o termo aparece com o mesmo sentido. (IBGE, 2009, p. 11).

Ainda de acordo com o IBGE (2009, p.11), “Como a ocupação se firmava no litoral e a interiorização implicava a penetração em terras densamente florestadas, acidentadas e povoadas por índios (quase sempre tidos como bárbaros pelos europeus)”. Ao primeiro sentido foi adicionado o de terra ignota, desconhecida, perigosa. Outros significados são acrescidos com o tempo. Observemos que é no contexto em que o poder metropolitano se estabelece em regiões mais interioranas que mais significados aparecem. Isso acontece porque a densidade populacional aumenta, deixando de fazer sentido a ideia de vazio. É aí que a diferenciação de áreas ganha vez.

Em certo ponto do processo de colonização, verificou-se a necessidade de conectar o Estado do Maranhão com o Estado do Brasil e expedições de entrada foram pensadas para suprir essa falta. O Piauí era um percurso comum na tentativa de realizar esse objetivo. Para além da agricultura e da guerra movida entre os povos indígenas, a criação de gado foi uma estratégia de povoamento das terras sertanejas. As grandes extensões de terras ocupadas com a pecuária mostram a raiz de questões agrárias e ambientais que fazem parte de nossas discussões atuais. O efetivo controle político português na capitania do Piauí foi um desafio tão difícil quanto a consolidação do catolicismo nestas terras. Soma-se a estes a exploração econômica do mundo natural (Almeida; Carvalho, 2024).

A posição do Piauí o tornava um corredor para a circulação de pessoas e consequentemente uma troca cultural e material. Todavia, a mesma característica era o pivô de conflitos institucionais e interpessoais, envolvendo, assim, a coroa portuguesa e os diversos indivíduos conhecedores da natureza e do sertão. O fato acontecia quando seus interesses convergiam na exploração dos recursos ou na ocupação de postos privilegiados na estrutura da capitania (Almeida; Carvalho, 2024).

Desse modo, as características inerentes ao sertão deram o contorno que adquiriu a exploração da quina: com as limitações de uma realidade desafiadora em aspectos sociais, políticos, econômicos e físicos. Uma paisagem complexa combinou a esperança de uma potência marítima que queria ir além e a resistência de povos excluídos da dinâmica colonial que se construía com a ilustração e o processo colonizador.

3.3 Capitania do Piauí: um espaço de disputas

Ligada a todos os símbolos que permeiam o sertão está a capitania do Piauí, objeto de observação de seus próprios habitantes e de estrangeiros, como os filósofos naturalistas do século XVIII. O interesse de historiadores em um período menos recuado (como Odilon Nunes, Abdias Neves, entre outros) nos ajuda a compreender seu processo de formação e organização e de que forma repercutiram na circulação das drogas do sertão, especialmente da quina-quina.

Antes de tudo, devemos nos lembrar da estreita relação entre Piauí e Maranhão durante o período colonial. Isso se estende a outros territórios do que hoje entendemos como Região Nordeste. Houve momentos em que foram unidos com o interesse político de facilitar a administração dessas regiões contíguas e de contato significativo com a Europa e outros em que sua separação fez mais sentido para as estratégias de governo.

Assim, nos referimos à capitania do Piauí por ser esta uma área de visível interesse dos colonizadores para a aclimatação e o extrativismo da árvore da quina, mas cientes de que seus limites e seu entendimento variaram bastante ao longo dos anos. Este tópico deve ajudar a pensar as circunstâncias históricas envolvidas no comércio da quina. Ele traz aspectos espaciais, socioeconômicos, políticos, culturais e outros do Piauí, com mais atenção para o século XVIII.

Este século e seu antecessor compreenderam disputas entre religiosos e criadores de gado. Esses conflitos caracterizaram seus respectivos anos. Enquanto os missionários visavam à catequese indígena, os criadores de gado procuravam expandir seus rebanhos. O problema estava no choque desses interesses, que caminhavam em sentidos opostos. A evangelização dos povos indígenas pressupunha sua defesa contra a escravidão. Por outro lado, para os curraleiros, sua submissão ou extermínio era um passo imprescindível para o sucesso da criação. Os atritos envolveram a família Ávila e representantes do clero dessas terras. O adentramento nas terras sertanejas teve início com expedições bandeirantes, muitas com viés punitivo, que aconteciam para reduzir a ação de grupos indígenas hostis. Foi o caso da bandeira liderada por Domingos Barbosa Calheiros, em 1658 (Nunes, 2007).

Figuras como Domingos Afonso Sertão e Domingos Jorge Velho são as mais citadas quando procuramos entender o processo de colonização do Piauí. Com o intuito de combater o Quilombo de Palmares, Sertão e Velho rumaram em 1687 a essas terras quentes. No entanto, em 1676 já estavam estabelecidas sesmarias que seriam a base da autoridade lusa no território, assim como a distribuição de patentes militares (Nunes, 2007).

A participação religiosa foi importante para legitimar o domínio. Com a fundação da matriz de Nossa Senhora da Vitória, no brejo que ficou conhecido como “Vila da Mocha”, o Padre Miguel Carvalho conseguiu reunir adeptos que garantiram o povoamento da localidade. A resistência dos latifundiários esteve presente desde esses primeiros momentos (Nunes, 2017).

É consenso que a pecuária sempre assumiu uma posição central no povoamento e na economia piauiense. O gado que vinha da Bahia e do Pernambuco permanecia no Piauí e era mantido e vendido para várias partes. Segundo o Pe. Miguel de Carvalho (2009):

> Tem o sertão do Piauí, pertencente à nova Matriz de Nossa Senhora da Vitória, quatro rios correntes, vinte riachos, com cinco riachinhos, dois olhos d'água e duas lagoas, à beira das quais estão 129 fazendas de gados, que moram 441 pessoas entre brancos, negros, índios, mulatos e mestiços. Mais lagoas e olhos d'água tem, em que moram algumas pessoas que, por todas as de sacramento, fazem o número de 605, em que entra um arraial de Paulistas, com muitos tapuias cristãos, o qual governa, o Capitão Francisco Dias Siqueira (p. 21).

Essas fazendas eram administradas por seus próprios donos ou a função de geri-la era delegada aos vaqueiros, que recebiam como pagamento uma em cada quatro cabeças de gado que nasciam. Logo, o que caracterizou a criação foi um sistema de arrendamento, no qual os moradores poderiam desfrutar de determinados bens com o pagamento de dívidas e foros aos senhores donos das terras (Nunes, 2009).

Mais tarde, no século XIX, trabalhadores livres pobres ainda assumiam as funções acima. Agora eram alvo de estratégias de controle social a partir da construção pelas elites de um perfil de “vadios” ou “ociosos”, usada no discurso desses grupos privilegiados para justificar ações coercitivas. A verdade, para Gleison Monteiro (2016), é que essa população exercia diversas atividades, como o cultivo de milho, feijão, arroz e mandioca. Além disso, dedicavam-se à pecuária, ao extrativismo e a pequenos negócios.

Faziam parte dos mecanismos de controle social o recrutamento militar forçado, a Casa de Prisão com Trabalho e a fiscalização constante dos indivíduos da província. O serviço militar era usado como punição para infrações e outras atitudes rejeitadas pelas autoridades. De acordo com Monteiro (2016), “a Casa de Prisão com Trabalho foi uma ação que procurava encarcerar os criminosos e acabar com a impunidade, mas fazer, a fina força, com que estes homens saíssem dessa instituição preparados para o ‘mercado de trabalho’” (p. 325). A fiscalização constante dos habitantes do Piauí se manifestava do permanente e crescente policiamento da província, assim como o planejamento dos meios de contenção social. Todos

esses eram parte do projeto pretendido para a nação recém independente. Mas em oposição ao projeto estavam os planos traçados pelos homens livres para vivenciar o processo de independência. Como sujeitos, também lutavam por uma autonomia que era dificultada pelos grandes latifundiários.

A vida difícil e rústica que os levou à situação descrita foi relatada pelo padre Miguel de Carvalho em documento escrito ao Bispo de Pernambuco. Segundo o religioso, os habitantes de sua nova Freguesia de Nossa Senhora da Vitória usavam uma vestimenta restrita, com a presença constante de peças de couro. Igualmente restrita era sua alimentação, que pela ausência de panelas, estava limitada ao preparo de assados. Os sujeitos daquele lugar também não tinham acesso a água de qualidade, contentando-se com a água salobra de poços e lagoas para matar a sede e para realizar os afazeres domésticos. Essas eram as condições de vida daquela gente (Carvalho, 2017).

O padre Miguel de Carvalho (2009) acrescenta que essa sociedade era composta por brancos, negros, índios, mulatos e mestiços. O clérigo conseguiu listar trinta e seis nações indígenas que iam de encontro ao trabalho dos colonizadores.

Tabela 1 - Grupos indígenas que habitavam a capitania do Piauí entre os séculos XVII e XVIII

Nação Indígena	Localização	Observações / Características
1. Os Aroaquizes	Cabeceiras do Rio Parnaíba	-
2. Os Carapotangas	Cabeceiras do Rio Parnaíba	-
3. Os Aroquanguiras	Riacho Savauhy (entra no Parnaíba)	-
4. Os Precatis	Riacho Uruçuí (entra no Parnaíba)	-
5. Os Acuruás	Cabeceiras do Gurgueia	-
6. Os Rodeleiros	Cabeceiras do Gurgueia	Pelejam com rodelas (escudos).
7. Os Beiçudos	Cabeceiras do Gurgueia	Usam um batoque grande como laranja no beiço.
8. Os Bocoreimas	Riacho que se mete no Gurgueia	-
9. Os Cupequacas	Riacho que entra na Parnaíba	-
10. Os Cupicheres	Riacho que entra na Parnaíba	Têm o cabelo muito comprido.
11. Os Gutanez	Rio Mearim	-

12. Os Goiás	Rio Mearim	-
13. Os Anicuaz	Cabeceiras do Rio Preto	Descritos como comedores de brancos.
14. Os Aranhez	Rio Parnaíba	-
15. Os Corerás	Riacho que se mete no Parnaíba	-
16. Os Altetus	Abaixo dos Corerás	-
17. Os Abetiras	Abaixo dos Altetus	-
18. Os Beirtés	Mesma região dos Abetiras	-
19. Os Gruarás	Rio Parnaíba	-
20. Os Mocamaçus	Moni e Iguará	-
21. Os Nongazes	Riacho que entra na Parnaíba	Descritos como comedores de brancos.
22. Os Tremembés	Junto da barra da Parnaíba	Têm pazes com os brancos.
23. Anassus e Alongaz	Serra da Guapava	Retiraram-se para a serra com medo dos brancos.
24. Os Aruás	Riacho São Vitor	Têm paz com os brancos.
25. Os Ubatês	Serra do Araripe	-
26. Os Meataus	Serra do Araripe	-
27. Os Corsiãus	Rio Gurgueia	-
28. Os Lanceiros	Rio Gurgueia	-
29. Os Araiêz	Cabeceiras do Piauí	-
30. Os Acumêz	Cabeceiras do Piauí	-
31. Os Guaratizes	Cabeceira do Canindé	-
32. Os Jaicós	Cabeceira do Canindé	-
33. Os Jendoiz	Junto à serra do Araripe	-
34. Os Icós	Junto à serra do Araripe	Têm barbas grandes.
35. Os Uriús	Serra do Araripe	-
36. Os Cupinharoz	Canindé	Causaram grandes danos; os Precotis se enterram e correm muito.

Fonte: Carvalho (2009, pp.25-27).

Além de oferecer um panorama da realidade do Piauí à época, com base em sua composição social, a quantidade significativa de grupos indígenas listados acima aponta para um encontro local de saberes, além do encontro que aconteceu a nível de América, África e Europa. Isso explica a variedade dos modos de administração dos remédios da natureza

registrados nos arquivos. Boa parte dessas formas de utilização pré-existiam antes da intervenção dos estudiosos europeus na lida com a casca.

Os principais troncos linguísticos dessa população eram o Tupi-Guarani (Tupi), Jê, Caraíba (Caribe) e Cariri. Os representantes do tronco Tupi estavam distribuídos pelo litoral e eram representados majoritariamente pelos Tabajaras. Os Jê, situados no interior (devido à rivalidade com os Tupi, que acabaram os expulsando do litoral), englobavam Acroás, Gueguês, Jaicós e Timbiras. Caraíbas eram encontrados ao sul do território, uma população constituída, sobretudo, pelos Pimenteiras. Cariris, ao redor da Ibiapaba englobava os Tremembés (Baptista, 1994).

Em virtude dos conflitos, alguns adotavam um estilo de vida nômade, mas o mais comum era que fossem sedentarizados. Em geral, esses povos viviam da caça e da pesca, bem como da agricultura. Em sua base alimentar estavam a mandioca e o milho e suas vestimentas se restringiam a protetores sexuais, sendo mais comum a nudez. Entre as armas que usavam, estavam o arco, a flecha e o tacape, peça de madeira alongada, semelhante a uma clava (Baptista, 1994).

A vinda dos bandeirantes foi classificada pela historiografia tradicional como expedições de "pacificação" desses povos. Nessa oportunidade, muitas tribos foram aldeadas, onde receberam o catecismo católico. Foi o caso de São Gonçalo e Amarante. As crenças que prevaleciam no sertão do Piauí antes desses fatos era caracterizada pelo respeito a Tupã e outras figuras, a depender do grupo. A forma como explicavam sua realidade se dava frequentemente na associação dessas entidades com elementos da natureza (Baptista, 1994).

Acreditamos que o uso das drogas do sertão em associação com rituais místicos, como acontece com a ayahuasca, se dá pela relação de proximidade com o mundo natural. Desse modo, a cura dependia de uma combinação de forças, como a atividade do próprio remédio, a vontade da natureza e a intermediação de um pajé. Esta pessoa de destaque no grupo atuava como curandeiro, era respeitado como sábio e assumia também o papel de líder espiritual no seio daquele grupo. Portanto, a cura envolvia um conjunto de crenças e elementos materiais.

Um problema comum era a migração de donatários do sertão para a região litorânea. Isso atrapalhava a colonização pela agricultura. Os mesmos transferiam a responsabilidade do cultivo das terras para pessoas de sua escolha em troca do recebimento de foros. Quando o plano não acontecia como esperado, eles eram denunciados à coroa por não cumprirem com o compromisso de plantação. Houve vezes em que foi determinada a perda das terras em favor de quem denunciasse tais ocorrências. O fato é que a atenção da coroa para esse povoamento

foi limitada, ficando a colonização a cargo especialmente de sujeitos como vaqueiros e bandeirantes, num trabalho solitário (Nunes, 2017).

A partir do século XVIII é que podemos falar de um amadurecimento das instituições administrativas no Piauí, processo no qual a vontade dos grandes latifundiários recua em favor da independência da capitania. À época, Bahia e Pernambuco exerciam influência sobre a região. O esforço de se livrar dessas amarras acabou repercutindo no estreitamento dos laços entre Piauí e Maranhão. A anexação do Piauí ao Maranhão permitiu mais contatos e ajudou no controle dos dízimos. Além da unificação política, houve a unificação religiosa em um mesmo bispado, o que antes se estabelecia com o Pernambuco (Nunes, 2017).

Com o desenvolvimento da economia aurífera, a pecuária piauiense se mostrou ainda mais importante. Para abastecer as regiões interioranas de exploração com a carne bovina, foi intensificada a prática. Como consequência do aumento da demanda de proteínas pelo aumento da população dos arredores das minas, a conexão entre as duas regiões precisou ser facilitada com a abertura de novos caminhos. O Piauí foi também um fornecedor de montarias, caras para o transporte de suprimentos e do próprio ouro (Nunes, 2017). Mais contatos significavam a facilitação do comércio de outros insumos, como das drogas do sertão.

Acreditamos que o fluxo contínuo de pessoas para as Minas Gerais tenha gerado a necessidade de maiores quantidades do remédio para o uso em hospitais e boticas. Embora fosse agora uma capitania e contasse com governadores, tanto a administração quanto a economia piauienses repousavam sobre uma estrutura quebradiça. O poder das elites rurais ainda predominava sobre as relações políticas e a economia do gado aquecida com trabalho das minas ainda não foi suficiente para fazê-la prosperar.

Exteriormente, o sertão do Piauí tinha por perto a importante bacia hidrográfica do rio São Francisco e o litoral do Ceará e do Maranhão. Interiormente, contava com quatro rios correntes, vinte riachos com dimensão razoável e muitos riachos menores, olhos d'água e lagoas a compor sua hidrografia. Sabemos que o transporte fluvial para o deslocamento de pessoas e produtos foi útil na capitania. Isso era possível em rios que ocupavam maiores áreas, como era o caso dos rios Parnaíba e Gurgueia. Além de encurtar distâncias com sua navegabilidade, eram fontes de alimentos (peixes) e tornavam possível o extrativismo e a agricultura, uma vez que suas proximidades naturalmente possuíam temperaturas mais amenas, terras úmidas e permitiam a sobrevivência dos trabalhadores (Carvalho, 2009).

Já sabemos que a pecuária abriu caminhos, por onde fizeram circular o gado, bem como pessoas e produtos. A freguesia que se encontrava a cerca de 80 léguas de distância do

mar, o que equivale a aproximadamente 386 km, estava ainda mais longe das importantes aglomerações de Bahia e Pernambuco, respectivamente, a 1448,41 km e 1931,21 km. Não só o gado como o algodão impulsionou a abertura de caminhos. Uma rota que ligava o Piauí ao Maranhão, por exemplo, estreitou as relações entre esses dois lugares (Carvalho, 2009).

Logo, entender as características sociais, culturais e econômicas desse espaço é importante para imaginarmos como aconteceram as trocas comerciais das drogas e também de informação. Inferimos que esse processo de circulação foi facilitado pelos contatos estabelecidos nos "caminhos do gado". Com o estudo deste tópico, desmistificamos a ideia de que a capitania permaneceu amplamente isolada ao longo do processo de colonização.

Embora a comunicação com outras partes não acontecesse de modo tão fluido como nas demais capitanias, é fato que houve uma comunicação constante. Sua economia baseada na agropecuária, o uso da mão de obra escravizada e suas trocas comerciais influenciaram a circulação de produtos, pessoas, doenças e saberes. Trata-se de uma constatação que nos ajuda a desmistificar a ideia do isolamento absoluto da capitania. De modo contrário, revela uma dinâmica atlântica e global tímida, mas real de suas relações.

4 O ENCONTRO E A CIRCULAÇÃO DE SABERES, PRODUTOS, PESSOAS E DOENÇAS

4.1 Autoridades coloniais voltam-se para a quina-quina

Dom Rodrigo de Souza solicitou que os governadores das capitanias informassem por meio de relatórios os recursos naturais e humanos do território. Em 15 de fevereiro de 1763, João Pereira Caldas, então governador do Piauí, envia de Oeiras um ofício ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a remessa de amostras de Quina, pedra hume e capa-rosa encontradas na vila de São João da Parnaíba.

Caldas havia sido encarregado de fundar vilas na capitania. Com esse fim, se deslocou de Oeiras em direção ao norte, onde lhe foram apresentadas as amostras na altura de São João da Parnaíba, vila criada um ano antes por Domingos Dias da Silva. O documento não diz sobre os indivíduos que viram importância em comunicar ao governador a existência dos tipos naturais, mas demonstra sua afinidade com um esforço de conhecimento sobre a natureza que se tornou mais evidente nos anos seguintes. As amostras foram mandadas em duas vias, junto à notificação para que o secretário as mandasse examinar, caso achasse válido:

> Na ocasião da segunda jornada, que no ano passado fiz nesta capitania; para concluir a diligência a fundação das vilas, que sua majestade me mandou se estabelecer nela se me apresentaram na Freguesia da vila de São João da Parnaíba, de amostras de quina, pedra hume e capa-rosa, por duas vias remeto a vossa excelência, para que parecendo a vossa excelência justo mandar examinar a qualidade desses efeitos, se possa vir no conhecimento de sua boa ou má qualidade em ordem de saber se se poderá ou não fazer conta. Dizem-me que a pedra hume há em quantidade naquela freguesia; e que da Quina há também nela bastante. A capa-rosa porém há menos, porque só nasce em alagadiços, rompendo a terra em forma de Canudos; mas segura-me que é tão boa, ou melhor do que [...] e se usa (p.1)[5].

Ao corresponder ao secretário sobre a remessa de, o senhor João Pereira Caldas endossa o que foi revisado na literatura: as correspondências entre as autoridades coloniais indicaram o interesse da coroa na exploração da flora na região do Piauí. Aos governadores

[5] "Ofício do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a remessa de amostras de quina, pedra-hume e capa-rosa, encontradas na Vila de São João da Parnaíba.", datado de 15 de fevereiro de 1763. AHU, Piauí, cx. 9, doc. 519 (Avulsos).

foram solicitadas informações e amostras que sustentassem investidas para o aproveitamento das reservas de quina.

Em 30 de junho de 1787, o governador e capitão-general do Maranhão e Piauí, José Teles da Silva, enviou do Maranhão ofício e amostra de sementes de Quina ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro. O documento versava sobre a descoberta de Quina nos Sertões do Piauí, cuja casca a autoridade afirmou ser semelhante à peruviana, existente na Europa. Abaixo, um excerto da carta enviada por Teles da Silva a Melo e Castro, informando a descoberta de quina nos sertões da capitania. Trata-se também de um direcionamento de amostras da casca ao rei português.

> Não tendo eu perdido uma só ocasião de mostrar a Vossa Excelência os grandes desejos, que sempre me acompanharam de fazer o meu governo útil, e tendo o meio justo de o conseguir, empregar todas as diligências possíveis em descobrir algumas utilidades novas nesta Colônia; tenho a satisfação de ver estas minhas diligências bem sucedidas, pois que contando-me, que nos sertões da capitania do Piauí prodigiosa natureza a mesma casca que a Europa conhece pelo nome de "casca peruviana", mandei àquele sítio, distante desta capital cento e cinquenta léguas, buscar uma amostra da sobredita casca, que tenho a honra de pôr na presença de Vossa Excelência [...] (p.1)[6].

O capitão relatou estar atendendo à diligência de notificar sobre qualquer achado útil na colônia. Acreditou ter encontrado nos sertões do Piauí a mesma casca peruviana e mandou buscar "àquele sítio distante desta capital cento e cinquenta léguas" (p.2), distância equivalente a aproximadamente 724 km. No entanto, o material sofreu danos, segundo a autoridade, pela ignorância do encarregado de buscá-la, pois não soube tirá-la da árvore. Conforme experimentos encomendados por Teles da Silva, a casca produziu o mesmo efeito que a do Peru, ainda com mais sucesso.

A rivalidade com os espanhois no comércio da planta fica registrada quando o remetente afirma que o feito anularia a necessidade de consegui-la com a Espanha. No distrito em que aquela amostra tinha sido encontrada, havia muito mais exemplares da espécie. De lá, poderiam ser conduzidas aos portos para embarque. O escoamento aconteceria por Parnaíba ou Pernambuco, capitanias estas cujas matas se misturavam às do Piauí.

É difícil, a partir de documentos como este, nos aproximarmos dos sujeitos que agenciaram tais "descobertas". Pouco é apresentado sobre os moradores locais que teriam

[6] Ofício do [governador e capitão-general do Maranhão e Piauí], José Teles da Silva, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a descoberta de quina nos sertões do Piauí, cuja casca é semelhante à casca peruviana, existente na Europa, e remetendo amostra de sementes de quina.", datado de 30 de junho de 1787. AHU, Piauí, cx. 17, doc. 850 (Avulsos).

compartilhado suas experiências com as ervas, sobre aqueles que realizaram os sobreditos experimentos ou aqueles encarregados de recolhê-las em lugares tão distantes. Teles da Silva conta ter mandado buscar uma segunda amostra naquele local. O indivíduo designado para a função apareceu por acaso naquelas bandas, mas o conhecia por ter sido seu contemporâneo na universidade. Conhecera-o "fazendo alguns progressos na História Natural" (p.3). Porém, o nome do estudioso não foi citado, assim como sua naturalidade e o que fazia ali. O suporte foi enviado com sementes em anexo.

Em requerimento do ano 1792, um negociante da praça de Lisboa, José Antônio Pereira Vilela, solicita ao príncipe regente Dom João que seja enviado à Casa das Índias um aviso para que lhe sejam entregues 17 surrões de quina consignados pelo governador do Piauí. De acordo com Viviane Lima de Morais, "A bruaca ou surrão era uma espécie de bolsa feita de couro, com ou sem argola para mantê-la sempre aberta, conduzida sobre o lombo de animais para o transporte de alimentos, um utensílio bastante comum entre os tropeiros" (Morais, p.4). A cobrança de Vilela atesta o comércio internacional da quina que era extraída do Piauí, além de seu envio para estudo nas universidades.

Sérgio Buarque de Holanda descreve o uso dos surrões pelos tropeiros. Para a finalidade de transportar ervas, faz menos sentido o uso de materiais rígidos e mais resistentes. Vê-se que o termo "surrão" pode ter mais de um significado e não corresponde necessariamente àquele feito de couro. Não seria interessante transportar as cascas em recipientes pesados e caros. Provavelmente, os surrões aos quais o comerciante se refere eram feitos de materiais vegetais mais baratos e mais leves.

O que nos interessa nesta reflexão é estimar o quantitativo das cascas transportadas, mas essa é uma tarefa difícil, pois as dimensões do surrão não aparecem no documento e as referências ligadas a ele em livros e artigos dizem mais sobre o objeto de uso dos tropeiros. Este transportava entre 60 e 90 kg. Embora possamos ter uma noção dessa dimensão, tomando por base a carga que podia ser carregada pelos muares usados no transporte, não podemos dizer sobre o peso, pois as cascas que ocupavam o mesmo espaço dos cereais eram drasticamente mais leves.

É certo que a quantidade consignada pela autoridade do Piauí era significativa, pois foi tomada para abastecer os Arsenais Reais da Marinha e do Exército. A entrega era mediada pela Casa das Índias e Vilela pedia que fosse avisado à Companhia a dispensa dos três por cento que eram cobrados pelo transporte, já que se tratava de um negócio Real. A Casa das Índias se recusava a entregar os surrões porque não havia recebido um aviso formal de que se

tratava de um negócio régio. Logo, se recusava a dispensar os três por cento das fragatas. Ao mesmo tempo, Vilela se negava a pagá-los[7].

Em 12 de abril de 1795, Manuel Pinheiro Osório informa em ofício a Dom Fernando Antônio de Noronha sobre a remessa de quina branca, preta e quina-quina solicitada, "produtos que existem com maior abundância pelas vilas de Marvão, Valença, São João da Parnaíba e Oeiras do Piauí" (p.1). Noronha à época era governador e capitão-general do Maranhão e Piauí. O documento traz pontos importantes a se observar.

Primeiro, porque revela algumas dificuldades no transporte das amostras. O inverno podia atrapalhar o processo de coleta e preparação, atrasando em muitos dias a remessa. Segundo, porque aponta grupos indígenas envolvidos na exploração da planta. Terceiro porque oferece aspectos espaciais sobre sua distribuição na capitania. Havia um cuidado especial para não se molharem as cascas com a água das chuvas, pois isso poderia interferir nas suas propriedades e consequentemente prejudicar a análise pelos homens de ciência do reino.

A carta revela que entre os sertões do Ceará Grande e do Piauí, no entorno da Serra Grande (Serra da Ibiapaba) se encontravam indígenas Cariris, Jenipapo, Canindé, Choró e Quesito, aos quais eram solicitados serviços como a preparação da quina feita por um pajé para o transporte. Havia muita abundância da árvore no leste do Piauí, os moradores locais, entre eles, cariris novos, a chamavam de quina-quina. A classificação do documento separa a quina branca, da quina preta e da quina-quina. A quina branca estava presente na Ribeira de Crateús, distrito da Vila de Campo Maior. Encontrava-se a quina preta na Ribeira do Riachão (atual município de Capistrano).

O documento de 1795 faz referência a um vigário atuante na Vila de Valença, que informou a presença da quina preta naquele lugar. Por certo, esse vigário era o Padre Joaquim José Pereira, que mais tarde acompanhou Vicente Jorge Dias Cabral em sua viagem às capitanias do Piauí e Maranhão. A partir disso, podemos pensar que o clérigo detinha algum conhecimento sobre a flora local e aos poucos mostrava sua aptidão para o que lhe foi designado anos depois[8].

---

[7] "Requerimento de José António Pereira Vilela, negociante da praça de Lisboa, ao príncipe regente [D. João], solicitando que seja enviado à Casa das Índias, o aviso que determina que lhe sejam entregues os 17 surroins de quina, que lhe foram consignados pelo governador do Piauí.", datado de 31 de dezembro de 1792. AHU, Piauí, cx. 19, doc. 961 (Avulsos).

[8] "Ofício de Manuel Pinheiro Osório, ao [governador e capitão-general do Maranhão e Piauí], D. Fernando António de Noronha, sobre a remessa de quina branca, preta e quina-quina solicitada, produtos que existem com maior abundância nas vilas de Marvão, Valença, São João da Parnaíba e Oeiras do Piauí.", datado de 12 de abril de 1795. AHU, Piauí, cx. 19, doc. 993 (Avulsos).

Um ofício de Noronha dois anos mais tarde é direcionado ao secretário de estado da Marinha e Ultramar D. Rodrigo de Sousa Coutinho e mostra uma hierarquia na organização da exploração da casca. O governador e capitão-general do Maranhão recebia informações internas da província e as encaminhava a Coutinho. Além disso, era responsável por repassar as ordens de coleta mandadas por D. Rodrigo. Dessa vez, noticiava a recolha de quina, salitre e tabaco. No mesmo documento, informava a chegada do novo governador para o Piauí, D. João Amorim Pereira. Noronha se prontificava a colaborar com o projeto de exploração da quina e do salitre. Ele já havia feito remessas de amostras de terra salitrosa, quina e tabaco e via no novo governador a capacidade de continuá-lo[9].

No seu primeiro ano de governo, Amorim Pereira fez jus à expectativa de Noronha e reafirmou a grande quantidade de quina na capitania. Nesse momento, trata com a rainha D. Maria I a respeito do corte de madeiras para a venda às nações estrangeiras e sobre a necessidade de regularizar o corte da quina, que havia em grande quantidade na capitania. Segundo o mesmo documento, a descoberta da árvore teria se dado há vinte e tantos anos pelo Sargento-mor de Milícias Ignácio Pires Pereira Pinto. Pereira Pinto foi despachado pelo rei D. José Para servir nesse posto na dita capitania.

Antes disso, se encontrava em Rio Negro, onde era recebida toda a quina de Catamayo, então no Peru. Numa viagem, teve a oportunidade de compartilhar canoa com um químico botânico espanhol, que lhe apresentou nas margens do rio daquela navegação duas qualidades de quina, uma chamada "quina-quina " e outra conhecida como "quina sirigueira" que tem igual sucesso nas febres e muito boa ação nas gangrenas. D. João de Amorim Pereira remeteu pinturas deste tipo à rainha. Sua casca amarela sobre o vermelho e sua atividade antisséptica permitiam aproximá-la da que abundou no Piauí. Caso achasse justo, a monarca poderia aproveitá-la para seu povo e comercializar o excedente, dispensando a necessidade do comércio com os espanhois.

O administrador confiava na qualidade, na abundância e na facilidade do transporte, por conta de sua localização. Amorim Pereira disse ter mandado verificar a presença da árvore nos arredores. Essa ação teria repercutido na descoberta de 15 a 20 léguas de quineiras, com poucos componentes de espécies distintas. Isso equivale a algo entre 70 km e 100 Km. Venderam os primeiros 50 arrobas (150 Kg) por um valor aproximado de 10 a 5 mil réis cada um.

---

[9] "Ofício do [governador e capitão-general do Maranhão], D. Fernando António de Noronha, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a recolha de quina, salitre e tabaco, e informando a chegada do novo governador para o Piauí, D. João de Amorim Pereira.", datado de 12 de dezembro de 1797. AHU, Piauí, cx. 20, doc. 1048 (Avulsos).

A autoridade também pedia mais atenção da coroa para o corte e a comercialização do gênero, porque muitos revendedores estavam receosos de receber a quina do lugar, pela frequência de casos em que as cascas eram misturadas às de outras espécies, ou em que quinas falsas circulavam no lugar das verdadeiras. Para Amorim Pereira, seria conveniente uma casa de registro, que afirmasse a qualidade das cascas, isso influenciava positivamente sua reputação[10].

Em agosto de 1799, Amorim Pereira registra a necessidade de um naturalista para estudar e descobrir o préstimo das plantas do país. Antes disso, um ofício de D. Rodrigo de Sousa Coutinho solicitava informações sobre plantas que servissem para o fabrico de papel. O então governador do Piauí viu outras serventia nas espécies que encontrou, mas também era um dos que se queixavam da falta de pessoal preparado para reconhecê-las e classificá-las segundo suas propriedades.

O governante assegurou fazer o que fosse possível com suas capacidades, embora limitadas para essa finalidade. Isso mostra o quanto a atividade desempenhada por Cabral e Pereira era requerida pelos agentes coloniais. Amorim Pereira não se referia apenas à árvore da quina[11]. Assim o fez Francisco Diogo de Moraes, quando respondeu ao pedido do Príncipe Regente Dom João de enviar para o reino cascas, plantas medicinais e sementes, junto a um catálogo descritivo. O requerimento solicitava todas as cascas e plantas medicinais. A remessa das espécies era feita anualmente[12].

Em 21 de julho de 1802, João Rodrigues de Sá e Melo, Visconde da Anadia, em minuta, trata a respeito do envio de diversos ensaios e exemplares de plantas recebidas do Brasil. O destinatário é o intendente das boticas da Marinha, João Filipe da Fonseca. O pedido especificava que os ensaios fossem remetidos ao Senhor Paiva, intendente das boticas da Marinha, acompanhado de amostras das respectivas espécies das quais tratassem. O doutor Paiva e o doutor Alexandre são citados no documento. Eles seriam encarregados de ordenar e etiquetar as quinas para que se soubesse seu nome e natureza.

---

[10] "Carta do [governador do Piauí], D. João de Amorim Pereira, à rainha [D. Maria I], sobre o regulamento acerca do corte de madeiras para venda às nações estrangeiras, e acerca da necessidade de regularizar o corte de quina, visto haver esta em grande quantidade na capitania.", datado de 15 de agosto de 1798. AHU, Piauí, cx. 21, doc. 1074 (Avulsos).

[11] "Ofício do [governador do Piauí], D. João de Amorim Pereira, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a necessidade de um naturalista para estudar e descobrir o préstimo das plantas que há neste país.", datado de 16 de agosto de 1799. AHU, Piauí, cx. 22, doc. 1166 (Avulsos).

[12] "Ofício do governador interino do Piauí, Francisco Diogo de Morais, ao [Secretário de Estado da Fazenda e Presidente do Real Erário], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o pedido do príncipe regente [D. João] de enviar para o reino, cascas, plantas medicinais e de sementes, acompanhadas de um catálogo descritivo.", datado de 08 de janeiro de 1801. AHU, Piauí, cx. 24, doc. 1236 (Avulsos).

Àquela altura era possível confrontar essas informações com os produtos de outras investigações já feitas na América. Na mesma oportunidade, Sá e Melo encaminha um "Ensaio Botânico de algumas plantas da parte inferior do Piauí acrescentado com várias madeiras finas de construção para os navios". As espécies vegetais que aparecem são: bananeira brava, caninana do marvão, quatro patacas, janaúba, carnaúba, coroa, macambira rasteira, paratudo, paratudo cascudo, paratudo liso, palmatória de cochonilha, palmatória comprida[13].

Na secção intitulada "Botânica do Piauí", temos: castanheira do Piauí, caninana ou baba de veado, ipecacuanha branca, maracujá de moita, aroeira, angico, cipó de grajal amarelo, cipó de grajal arroxeado. Entre as madeiras finas, o violete, marfim, burubá, vinhático, cedro, jacarandá e Gonçalo-Alves. As madeiras destinadas à construção de navios e caixas eram cedro, sucupira verdadeira, sucupira rasteira, sapucaia, massaranduba, jatobá de folha miúda, pau d'arco amarelo, angico vermelho, tatajuba, aroeira, pau de chapada[14].

Entre o final dos 1700 e o início dos 1800, o sargento-mor de milícias do Piauí, Inácio Pires Pereira Pinto, enfrentou "uma fadiga contínua pelos matos do Piauí" (p.2). Ele havia sido incumbido de buscar a casca peruviana e quaisquer outros produtos úteis na extensão do continente. Segundo ele, sua incursão resultou no encontro de quatro espécies de "preciosa quina" e mais duas parecidas, mas que pertenciam a outras famílias. Achou, ademais, sal amoníaco, salitre e pedras cristalinas.

A quina, conforme Pinto, não diferenciava em nada da peruana. Era possível que se extraíssem mais de 1000 arrobas por ano, se aproveitadas. Pelo valor comercial daquela praça, a arrecadação poderia alcançar 90 contos de reis anuais e, desse modo, engrossar o comércio. O personagem havia aprendido algo sobre a quina com um químico espanhol cujo nome não é citado. Mesmo sem esta informação, podemos inferir que alguns indivíduos agiam a favor de interesses próprios, em detrimento dos de sua coroa. Esse foi o caso do químico ao colaborar com o súdito da corte portuguesa, que, no comércio da quina, era um rival emergente que

---

[13] "Ofício (minuta) do [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Visconde da Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo], ao [Intendente das Boticas da Marinha], João Filipe da Fonseca, sobre o envio para o jardim botânico de vários exemplares de plantas recebidas do Brasil.", datado de 21 de julho de 1802. AHU, Piauí, cx. 25, doc. 1311 (Avulsos).

[14] "Ofício (minuta) do [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Visconde da Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo], ao [Intendente das Boticas da Marinha], João Filipe da Fonseca, sobre o envio para o jardim botânico de vários exemplares de plantas recebidas do Brasil.", datado de 21 de julho de 1802. AHU, Piauí, cx. 25, doc. 1311 (Avulsos).

buscava desbancar a Espanha. Por fim, o documento foi autenticado por um grupo de signatários[15].

Em 24 de dezembro de 1803, a quina ou casca peruviana que Pereira Pinto disse ter descoberto no Piauí foi mandada para averiguação do renomado médico Manoel Joaquim Henriques Paiva. Alguns anos antes, em 1772, o irmão deste, o Doutor José Henriques Ferreira enviou do Rio de Janeiro duas espécies de quina verdadeira, acompanhadas de outras que circulavam com o nome de Quina. Entre estas, estavam tipo tirado de um arbusto denominado por Lineu como "*Portlandia hexandria*", mais conhecida como quina de Pernambuco.

Manuel Joaquim Henriques Paiva percebe que o produto da *Portlandia hexandria*, bem como a amostra remetida por Miranda eram da mesma espécie. Tal espécie não integrava o gênero da quina verdadeira, o que foi também observado por Cabral e publicado em seu "Ensaio Economico da Quina Quina do Piauhi". Em 1802, o provedor da Casa da Moeda, Antônio Silvério de Miranda, havia mandado para exame, pelo mesmo médico, uma porção de cascas de uma chamada "quina do Piauí".

Mas a semelhança entre essas quinas era tanta que levou muitos médicos à confusão. Curiosamente, a confusão marcou a versão em português de um dos principais tratados sobre a Quina que circularam no Brasil, intitulado "Observações sobre a propriedade da quina do Brasil" e publicado em 1801, de autoria de André Comparetti. Aparentemente, por erro do redator José Ferreira da Silva, aparece no começo da obra a estampa da *Portlandia hexandria*, que não é a quina da qual trata Comparetti. A observação foi feita pelo médico Manuel Henrique Paiva e o documento em questão foi conseguido no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, digitalizado e disponibilizado pelo Projeto Resgate[16].

Percebemos com a análise das cartas do Projeto Resgate que a comunicação portuguesa era fortemente pautada na hierarquia e no registro. A comunicação científica geralmente acontecia por intermédio de autoridades, que enviavam cópias de tratados de um estudioso a outro. Abaixo, temos as respectivas imagens da capa da obra de Comparetti (1801) e a ilustração que foi alvo das críticas de Paiva:

---

[15] "Ofício do bacharel, Manuel Bernardo de Sousa e Melo, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Visconde da Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo], sobre as diligências efectuadas pelo sargento-mor de milícias do Piauí, Inácio Pires Pereira Pinto, na procura de cascas de peruviana ou quina e outros produtos naturais, durante quatro anos nos sertões da dita capitania.", datado de 24 de julho de 1802. AHU, Piauí, cx. 25, doc. 1312 (Avulsos).

[16] "Ofício de Manuel Joaquim Henriques de Paiva, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo], sobre seu parecer acerca da qualidade da quina ou casca de peruviana descoberta na capitania do Piauí e as suas qualidades terapêuticas.", datado de 03 de janeiro de 1804. AHU, Piauí, cx. 27, doc. 1376 (Avulsos).

Imagem 1 - Observações sobre a propriedade da quina do Brasil (1801)



OBSERVAÇÕES

SOBRE

A PROPRIEDADE DA QUINA

DO BRASIL,

POR

ANDRE COMPARETTI P.P.P.

TRADUZIDAS DO ITALIANO POR ORDEM

DE

S. ALTEZA REAL

O PRINCIPE REGENTE

NOSSO SENHOR,

POR

JOSÉ FERREIRA DA SILVA

NATURAL DE SANTA LUZIA DO SABARA'.

LISBOA,

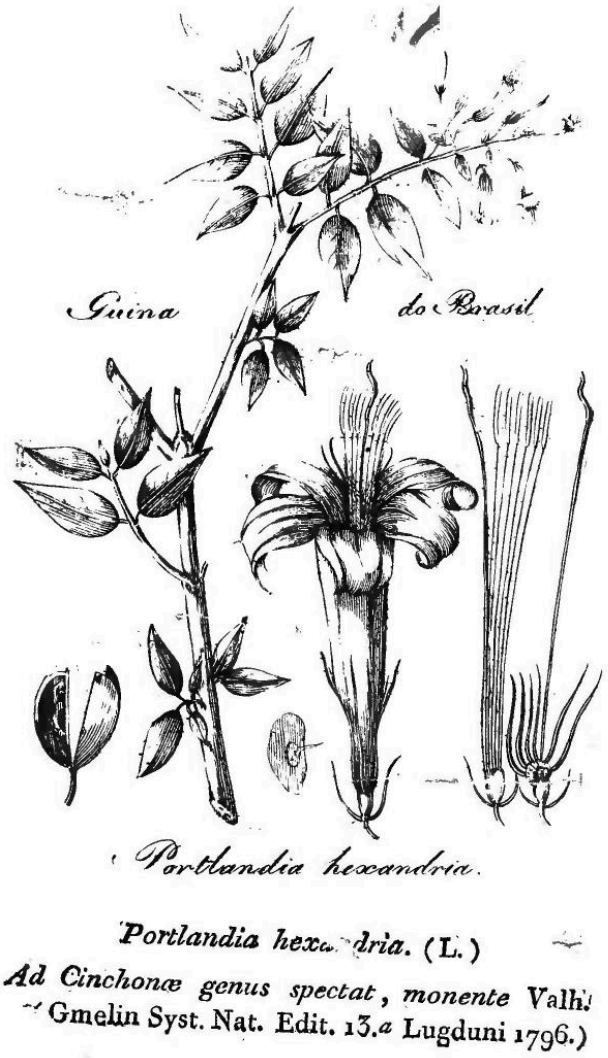
NA TYPOGRAPHIA CHALCOGRAPHICA E LITTERARIA

DO ARCO DO CEGO.

M. DCCCI.

Fonte: Comparetti (1801, p.53).

Desenho 2 - *Portlandia hexandria*



Fonte: Comparetti (1801, p.53).

É possível que isso tenha induzido muitos ao erro. Cabral escreveu em seu ensaio, no mesmo ano, sobre seu incômodo com indivíduos pouco inteligentes que faziam a vida de confundir os outros. A datação da publicação de Cabral não permite que associemos seu descontentamento ao erro do italiano, mas nos faz acreditar que era um problema comum. Enfim, a opinião de Paiva era de que a casca ou Quina do Piauí não pertencia ao gênero da quina. Mas seu parecer negativo não significava que a espécie analisada era carente de virtudes.

Depois da procura em documentos do Projeto Resgate, investigamos cartas do Arquivo Público do Piauí em busca de informações sobre a circulação da planta na capitania. O recorte temporal e o tipo de documento de nosso interesse (cartas e relatórios de presidentes de províncias) ainda estão em um estágio inicial de catalogação. Mesmo assim, encontramos alguns registros de sua procura e de seu uso em instituições. Um dos manuscritos revelou que havia um acordo de envio anual de remessas de cascas, sementes e plantas medicinais[17].

Um ofício de 19 de novembro de 1800 aponta o cumprimento desse acordo. O documento é dirigido a Dom Rodrigo de Souza Coutinho e encaminha quatro caixões de cascas, raízes, mel, resina e paus medicinais. Foram enumerados e descritos 13 produtos, entre os quais, a quina. Dois nomes comumente associados a essa planta são listados: o próprio termo "quina" e "pau chamado para tudo", o que nos faz acreditar na presença de mais de uma espécie no território da então Capitania de São José do Piauí. O remédio era indicado para diarreia de sangue, gonorreia, administradas, respectivamente, por via tópica e via oral[18].

Identificamos nos documentos do Arquivo Público do Piauí a mesma movimentação observada nos arquivos do Projeto Resgate: uma troca de relatórios informativos anexos a amostras para atender a pedidos do ministro. Consequentemente, atendia ao projeto ilustrado, pois esses materiais eram encaminhados aos estudiosos do reino. Também notamos o encaminhamento da erva do Piauí para uso em Hospitais Reais, o que indica que uma quantidade significativa era extraída.

Enfim, a instabilidade econômica favorecia a desigualdade com relação a outras partes do reino e a dificuldade de comunicação foi um empecilho para o desenvolvimento do lugar. A planta seria uma alternativa para complementar a economia. Mesmo que a quina do Piauí tenha assumido um papel secundário na economia da colônia, quando confrontado com outras fontes de riqueza, a presença dessas árvores representava uma oportunidade importante para os negócios da capitania que lidava com a insegurança. Em suma, a planta foi explorada estrategicamente, com esperança de aumentar a competitividade da capitania e da coroa portuguesa. Percebemos uma estrutura hierárquica na exploração, que envolveu diversos agentes. Boa parte dos conhecimentos sobre a natureza vinha da experiência popular e indígena, contanto atribuídas ao olhar científico europeu. Nesta seção, falamos sobre os desafios logísticos e técnicos na coleta dos espécimes, de confusões botânicas e de debates científicos da época.

---

[17] PIAUÍ (Capitania). Resposta a S.M., 1793-1805. Arquivo Público do Estado do Piauí, Códice 0012.
[18] PIAUÍ (Capitania). Resposta a S.M., 1793-1805. Arquivo Público do Estado do Piauí, Códice 0012.

4.2 O olhar sobre a quina na viagem filosófica ao Piauí (1799-1803)

Entre os anos de 1799 e 1803, aconteceu uma expedição filosófica na capitania do Maranhão e do Piauí, que percorreu 16 freguesias e 956 léguas. O objetivo era a exploração do salitre, da cochonilha, do anil e da quina. Somado a isso, buscava-se registrar informações sobre a hidrografia e possíveis canais de ligação entre as capitanias. A incursão foi liderada por Vicente Jorge Dias Cabral, que contou com o apoio de agentes locais, como o vigário de Valença, o Padre Joaquim José Pereira (Galves, 2017).

Cabral nasceu em Tejuco, povoado da comarca do Serro do Frio, atual cidade de Diamantina, em Minas Gerais. Formou-se bacharel em Filosofia no ano de 1789, em 1794, bacharelou-se pela Faculdade de Leis, em Coimbra. Curiosamente, seu tempo na cidade portuguesa foi concomitante com o de Dom Rodrigo de Souza Coutinho, quem mais tarde, em 1795, assumiria a pasta da Marinha e Ultramar. Pode-se imaginar o que o contato renderia. A ascensão de Coutinho ao cargo fez subir com ele indivíduos de seu convívio nos ambientes eruditos. Letrados por quem nutria alguma estima receberam cargos nas expedições, na administração das províncias e em outros espaços. Esse foi o caso de Cabral na incursão científica ao Maranhão e ao Piauí (Galves, 2017).

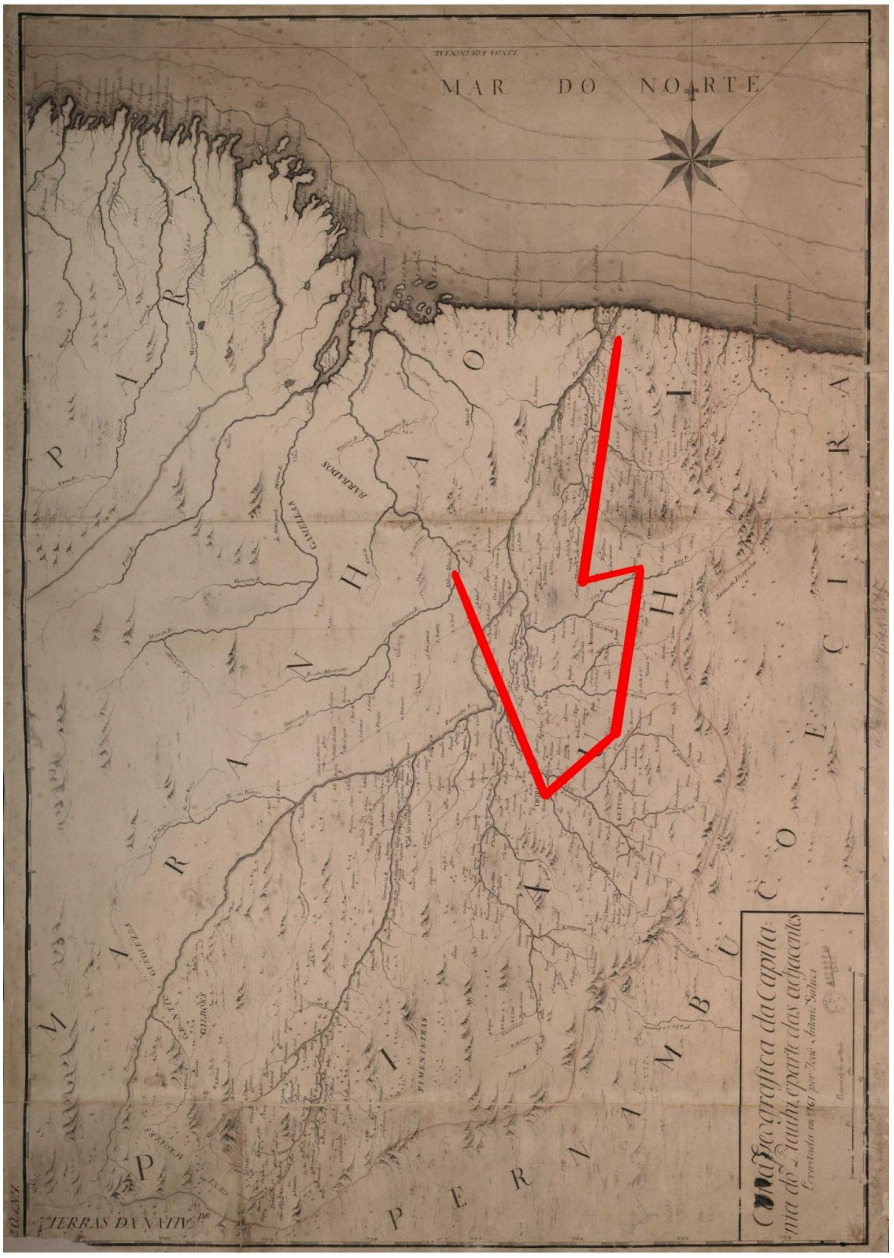
Mais um acontecimento vantajoso para o viajante foi a indicação de Dom Diogo de Souza para governar a capitania do Maranhão e do Piauí em 1798. Conforme relato do naturalista, assim que Dom Diogo chegou a São Luís, encarregou-lhe de dirigir o Horto Botânico e realizar a expedição filosófica ao sertão da capitania tão logo findasse o inverno. O naturalista havia chegado poucos meses antes para exercer a advocacia no Maranhão, mas deixou a atividade de lado para seguir caminho com as novas atribuições (Galves, 2017).

Outro personagem intrigante que fez parte dessa história foi o padre Joaquim José Pereira, vigário de Valença. Não há muitas informações na historiografia sobre esse sujeito, mas sabemos por meio de seus relatos que participou de ao menos três expedições a mando da Coroa. Em uma de suas memórias, registrou ter nascido em Carnoza Correa. Os trabalhos em História ainda não apresentam correspondências a esse lugar, não ficando claro se se trata de uma fazenda, povoado, vila, ou outro (Bonato, 2018; Ferreira, 2021).

As viagens com as quais religioso contribuiu com sua experiência foram: uma pelo sertão da Ribeira do Apody (1792-1793); uma que abrangeu as capitania de Pernambuco e do Maranhão (1792-1797); e aquela que mais nos interessa: quando, ao lado de Vicente Jorge Dias Cabral, percorreu os sertões da capitania do Maranhão e Piauí (1799-1803). O religioso partiu de São Luís em 1799, seguiu para o leste da capitania, acompanhou o rio Muni e

visitou algumas Vilas nos primeiros meses. Após isso, chegou à cidade de Aldeias Altas, onde encontrou Vicente Jorge Dias Cabral em 12 de abril de 1800 e continuaram a viagem que repercutiu na produção de diários, memórias, ofícios, análises botânicas e remessas de produtos naturais para Lisboa (Bonato, 2018).

Mapa 2 - Percurso aproximado da expedição Cabral-Pereira (1799-1803)



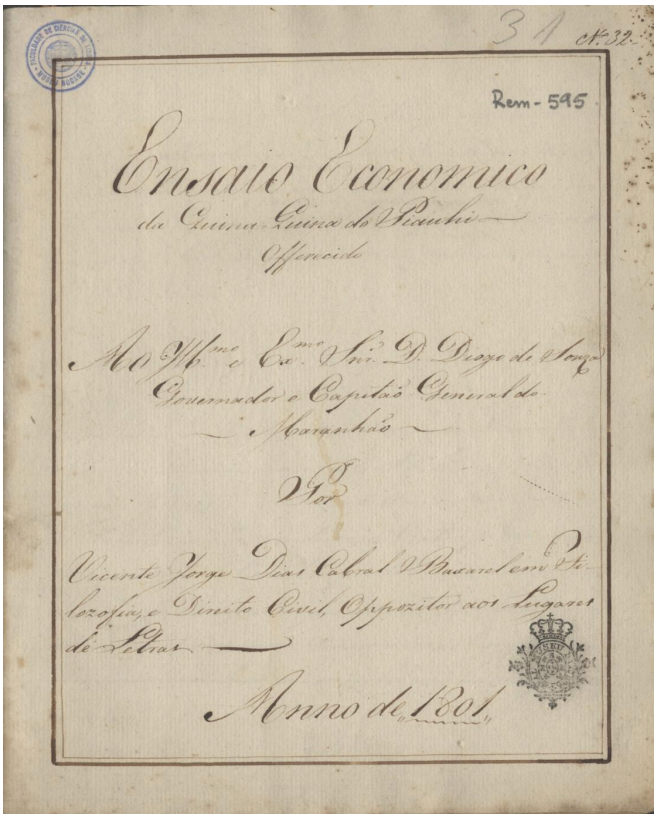
Fonte: Galluzzi (1761) (grifos do autor).

A ilustração acima é um mapa da capitania do Piauí, datado de 1761, representado por Henrique Antonio Galluzzi (1761) e disponível na Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Traçamos em vermelho o percurso aproximado da viagem de Cabral e Pereira. Embora não

seja possível representar o trajeto fielmente por conta das curvas forçadas pelo relevo e pelos cursos de água, a imagem nos oferece uma noção da dimensão da incursão.

Ao todo, os manuscritos produzidos na expedição foram: Coleção das observações dos produtos naturais do Piauí - Biblioteca Nacional Rio de Janeiro; Ensaio econômico da quina-quina do Piauí - Museu Histórico Nacional; Memórias sobre as nitreiras naturais da parte inferior da capitania do Piauí - Arquivo Histórico Ultramarino (AHU); Memórias sobre produções nativas - Arquivo Histórico Ultramarino (AHU); Memória sobre o salitre natural - Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). As três primeiras assinadas por Vicente Jorge Dias Cabral, ao passo que as duas últimas carregam o nome de Joaquim José Pereira, vigário de Valença, como autor. A ilustração abaixo representa o registro que mais nos interessa neste trabalho, o "Ensaio Economico da Quina-Quina do Piauhi":

Imagem 2 - Ensaio Economico da Quina-Quina do Piauhi



Fonte: Cabral (1801).

Em meio aos relatórios, imagens e textos descritivos, um ensaio econômico específico sobre a árvore da quina sugere sua importância curativa e alguma rentabilidade. O "Ensaio Economico da Quina-Quina do Piauhi" está dividido em cinco capítulos e começa com um "Discurço histórico da Quina-Quina do Piauhi". O capítulo primeiro diz sobre a classificação

e descrição da nossa quina; o segundo, sobre a cultura da quina; o terceiro, sobre sua "conservatoria"; o quarto, sobre seu corte; e o quinto, sobre sua exportação.

O ensaio foi oferecido por Vicente Jorge Dias Cabral a Dom Diogo de Souza, então Governador e Capitão-general do Maranhão. No documento, o autor aborda diferentes espécies de quina encontradas no Brasil, especialmente no Piauí, destacando que a quina nativa não é a mesma espécie usada tradicionalmente no Peru, conhecida por suas propriedades medicinais. Ele também menciona que as espécies que encontrou pertencem a um gênero novo na Classe Monoecia, fato confirmado por outros cientistas, como José Mariano da Conceição Veloso e seu colega de universidade, Manuel Arruda Câmara. Esse reconhecimento científico é importante, pois ajuda a distinguir a quina brasileira da famosa quina peruana, conhecida como *quina officinal*, que era amplamente utilizada na época para combater a febre.

Nessa oportunidade, Cabral retoma uma discussão histórica sobre a Quina do Piauí, tece comentários sobre sua classificação, descrição, cultura, conservação, corte, etc. No documento, o viajante relata que quando remeteu a Dom Diogo de Souza uma análise sistemática da quina do Piauí em junho, com estampas coloridas da quina roxa e amarela e de diversas espécies de velames que encontrou no subúrbios da cidade, já tinha algum conhecimento da árvore conhecida como "quina-quina". Na ocasião, Cabral certificou a autoridade de que os velames constituiriam um novo gênero e que a quina do Piauí não era a *officinal* do Peru, nem a quina-quina Piton dos Franceses, nem a de São Domingos. Em maio de 1801, Manuel Arruda Câmara, contemporâneo de Cabral em Coimbra, se pronuncia e reforça a existência de um gênero novo, mas faz uso de uma nomenclatura diferente.

Cabral expressa nesse trabalho o seu descontentamento com a confusão gerada entre as diferentes espécies de quina, causada, em parte, pela semelhança nos nomes: "enquanto a mim é a asseveração falsa de homens pouco inteligentes, nascida de confundir-se a nossa Quina com a do Peru, cuja árvore nunca viram pela identidade do nome" (p.2). Ele relata que, durante suas expedições pelo Piauí e Ceará, encontrou várias árvores da mesma espécie e reafirma que elas não são equivalentes à quina peruana, embora se acredite que possa existir uma variedade da *quina officinal* no Brasil, dada a similaridade climática com o Peru.

Por ser o Piauí uma região de latitude semelhante à da Loja, Cabral deixa registrada a esperança de nele ser encontrada a quina já explorada pelos espanhois, de que o Brasil descubra sua própria variedade da quina officinal, o que poderia aliviar a dependência das importações espanholas, que dominavam o mercado dessa planta na época, gerando lucros significativos.

No ensaio, é posto que em 25 de setembro de 1800, Dom Diogo de Souza remete um ofício ao Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, com o endosso do naturalista José Mariano da Conceição Veloso em “Quinografia portugueza ou collecção de varias memorias sobre vinte e duas especies de quinas” sobre a divergência entre a Quina-quina do Piauí e a Officinal do Peru. Isso reforça o diálogo entre esses indivíduos e a constante reformulação do saber.

Cabral reitera em suas observações de que a quina-quina do Piauí não seria a mesma encontrada no Peru e também não correspondia à “Quina-quina Piton”, dos Franceses, nem era a de São Domingos; se tratando, na verdade, de um gênero novo. A troca de informações entre os representantes da ciência é evidenciada nesse trecho do documento, quando o filósofo faz referência a folhetos publicados por Manuel Arruda Câmara e à “Quinografia portuguesa", do Frei José Mariano Veloso. Esses materiais corroboraram com a crença da existência de um gênero novo, embora os autores tenham empregado outra nomenclatura (uma escolha arbitrária, que não influencia a validade da constatação do viajante). Assim, a trajetória de Cabral se cruza com a de outros cientistas luso-brasileiros, também alinhados com o projeto reformista que se buscava para os sertões.

Manuel Arruda Câmara se dedicou a estudar a cultura dos algodoeiros. Nasceu na Vila de Pombal, Paraíba, e mudou-se para Goiana, Pernambuco, a fim de iniciar seus estudos. Dedicou algum tempo à igreja, quando se tornou o Frei Manoel do Coração de Jesus, em 1783 (Fonseca, 2010), mas foi em Coimbra, no Curso de Filosofia, onde se aproximou de Cabral, que se referiu a ele como seu "amigo e contemporâneo em Coimbra”. Segundo o ensaio, Dom Diogo de Souza teria sido o responsável por enviar tanto o folheto do Dr. Arruda quanto a “Quinografia portuguesa” para Cabral.

Para o vigário Pereira:

> Presentemente não deve ter a quina do Peru maior merecimento que a nossa quina piauiense, pelas razões que passo a ponderar. A primeira, porque a nossa quina é prodigiosa anti-febril e anti-séptica. A segunda, é um simples do próprio país. A terceira que não é adulterada com misturas de outras cascas, o que se poderia bem separar por uma inspeção sobre ela. A quarta, que a mesma inspeção conhecerá bem a avaria que pode sofrer, não somente no transporte de mar, como na demora que poderia arruinar. A quinta, que pode ser conduzida mais depressa, em razão da longitude dos portos desta América Portuguesa. Isto mesmo parece, é o que recomendam muito os maiores práticos da Medicina entre estes M. Sientand: Que um dos deveres indispensável, e essencial [sic] dos que praticam a Medicina é conhecer perfeitamente, e ter sempre em vista a natureza das diferentes substâncias que se acham nos mercados, para distinguir os

> simples que são bom dos que são maus para os usados remédios, e dos que estão alterados, misturados, falsificados, muito antigos, e arruinados: por cujo motivo deve preceder o conhecimento, e uso dos remédios do próprio país, e onde os houver se deverá somente fazer uso deles, e desterrar os de fora que sofrem a mistura e toda a avaria pela avareza: ficando o nosso país sujeito a pagar toda a usura, quase todo o remédio deve o seu préstimo a casualidade (Pereira, s.d., p.3).

Pereira defendia a quina piauiense em comparação com a do Peru. A quina era administrada em "infusão, ou em pó. [...] Conheço homens idosos que contam prodígios dela em tempos passados, mas ainda restam muitos exames a fazer: a saúde dos homens não deve ser alvo de asseverações vagas e populares para com facilidade decidir-se da bondade de qualquer simples" (p.3-5). Isso representa o encontro dos saberes ditos vulgares e o dos acadêmicos.

Para a dupla letrada, o remédio era eficaz. Bastava que fossem feitos exames para saber se a dosagem adequada seria superior, igual ou inferior à da *quina officinal* e se devia ser preparada em cozimento, infusão ou em pó. Isso dependia de uma análise química mais aprofundada. Caso as apostas se confirmassem por tais estudos, esse gênero poderia ser remetido aos Hospitais Reais para substituir o peruviano, evitando, assim, o comércio com os espanhois e favorecendo o pacto colonial.

Em 19 de setembro de 1799, receberam um ofício que os recomendava a fazer diversas remessas da quina piauiense; a serem mais extensos, especialmente na descrição da planta; informar os lugares onde eram encontrados; suas diversidades, modos de conservação, extração e remessa. Os visitantes também viram utilidade nesta quina para a tinturaria. O tipo era encontrado por toda a serra da Ibiapaba, que também era conhecida por "Serra Grande", e seus arredores.

Por outro lado, as terras próximas à costa não aparentavam ser propícias ao seu desenvolvimento. Conforme os visitantes, a diversidade da habitação implicava em variações na "configuração e qualidades internas" (p.4) do vegetal, que vigorava mais em colinas de pedregulhos do que em planícies frescas.

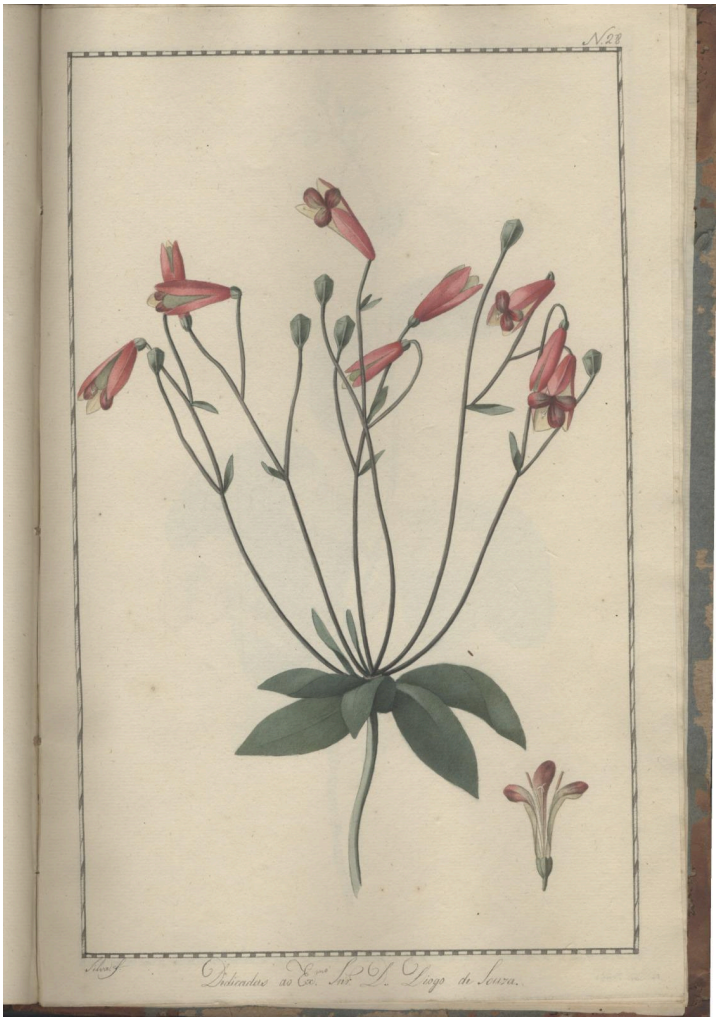
> A quina dos riachos ou lugares frescos, tem o tronco liso acinzentado, e o córtex amarelo, ou branco amarelado, o qual nunca se faz denegrido ainda deixando-se em montão sem espalhar para secar prontamente, sem fibras lignosas, e por conseguinte mais branda e macia, o sabor menos amargoso, menos resinoso, mais aquosa, e o linho não arde tão velozmente. A flor é de cor arroxeada (Pereira, s.d., p.5-6).

Entre a quina das caatingas e a quina dos riachos, não foi possível dizer sem análise minuciosa qual das duas era mais antifebril. Por ser mais amarga, a primeira era vista como menos apropriada para o uso em pó. No entanto, acreditava-se que era mais estimulante do que a quina dos riachos. No saber popular e para boa parte dos eruditos, o amargor era um indicativo de eficácia do remédio. Não conseguiram encontrar nenhuma dessas plantas nascidas de um ramo, o que os levava a crer que a propagação da espécie acontecia por meio das sementes.

Ao alertarem para abundância de quina no sertão do Piauí, mencionaram a necessidade de planejamento para sua extração, pois em pouco tempo toda a quantidade podia ser consumida, em virtude da procura pelo comércio. Incomodavam-se com a falta de um regimento nesse sentido, mas não por uma questão ambiental. Preocupavam-se com a disponibilidade da casca em um futuro próximo. O estabelecimento de normas para a extração garantiria a segurança do seu preço e também que fosse recolhida apenas quantidade suficiente para abastecer o mercado interno e o externo. Evitando-se, assim, grandes excedentes e sua consequente desvalorização.

Havendo muita quantidade, até recolherem as últimas, daria tempo de as primeiras chegarem a bom estado. Os métodos mais empregados na extração da casca eram o de decorticar a árvore, preservando o tronco (muito danoso, uma vez que a maioria não resistia à remoção da casca e à consequente interrupção do fluxo de seiva); e o de cortar o tronco junto à casca. Neste caso, o ideal era que se medisse dois pés acima do chão, para que permanecesse vivo e se regenerasse. Devia se ter, outrossim, cuidado com o fogo, pois as queimadas naquele lugar eram comuns, sobretudo nos períodos de estiagem.

Desenho 3 - Desenho da Quina - expedição de Vicente Jorge Dias Cabral



Fonte: Casa do Risco - Museu Real da Ajuda[19].

A imagem acima foi remetida por Cabral junto com outras informações sobre a planta. Por não se assemelhar com a representação da quina do Piauí apresentada pelo Frei Veloso que veremos mais adiante, acreditamos não se tratar da mesma espécie. Mas acreditamos que exista uma representação do tipo piauiense na Casa do Risco do Museu Real da Ajuda, pois há uma seção de plantas do Piauí com outros trinta desenhos.

Na "Memória sobre os nitros naturais, sal de Glauber, quina e mais produções nativas inventas na capitania do Piauí e Maranhão", o padre Joaquim José Pereira relata a descoberta de mais uma propriedade da quina do Piauí: a variedade era antisséptica. Isso foi observado

[19] Imagem compartilhada por Gabriela Berthou de Almeida. Pertence à Casa do Risco/Museu Real da Ajuda, Plantas do Piauhy. Códice 1, com 31 desenhos, todos assinados com "Silva. J". Na ilustração, o desenho de número 28 (dedicado ao Exmo Senhor D. Diogo de Sousa). Com carimbo do Real Museu da Ajuda. Publicado na Biblioteca de Botânica, G 11‑2/10, 522.

em agosto de 1800, quando um sujeito de 48 anos sofreu um acidente violento ao andar a cavalo.

O trauma repercutiu em uma grande inflamação nas partes genitais. Pereira escreveu que o indivíduo passou por dezesseis sangrias e fez uso de "remédios rústicos", mas que esses não trouxeram melhora. O mau cheiro da ferida, que assumia o tamanho de uma abóbora exalava pelo quarto e pela vizinhança do doente. Este, frequentemente urinava de dor. Permaneceu assim até que resolveram servir-lhe composto de quina, mutilar a parte tomada pela gangrena e depositar quina sobre o ferimento todos os dias. Os ataques inflamatórios pararam, até que depois de alguns dias o paciente se curou.

Mairton Celestino da Silva (2016) pensa de maneira peculiar a produção de Dias Cabral ao considerar que pode ter havido uma interlocução entre o estudioso e obras espanholas. O naturalista seria mais um a falar sobre as condições climáticas e as possibilidades agrícolas relacionadas a cada porção do globo. Celestino reforça as similitudes entre o clima e o solo de Piauí e México, fator esse que aproximaria também estratégias de exploração. Por isso, o consumo de material científico a respeito de um poderia servir para experiências com o outro. O autor também aborda a interseção entre ciência e religião, comum no antigo regime. A atuação dos agentes ilustrados muitas vezes esbarrava em resistências locais, disputas com missionários ou em problemas com a logística local.

Diante do exposto, temos que a expedição de Cabral-Pereira entre 1799 e 1803 foi uma das mais ambiciosas iniciativas ilustradas no norte da América portuguesa. A missão se alinhava ao projeto reformista e Cabral possuía perfil técnico dos letrados coloniais, além de ter sua vida facilitada por Dom Rodrigo. O abandono da advocacia para enfrentar as obrigações científicas mostra o valor que essa função angariou na administração ilustrada. O padre Pereira, por sua vez, foi uma peça-chave nesse empreendimento, por contribuir com sua experiência prática e teórica. Seu conhecimento empírico dos sertões permitiu o avanço pelas extensão dessas terras.

A intenção desses viajantes passava por explorar economicamente produtos naturais, como a quina, o salitre, a cochonilha e o anil; levantar informações sobre a geografia e a hidrografia das capitanias do Maranhão e Piauí; e promover um melhor aproveitamento de suas riquezas naturais. A viagem resulta em uma produção intelectual elaborada, que circula por meio de ensaios, memórias e relatórios. Esses textos confrontam concepções pré-existentes sobre a cinchona e, por vezes, servirão para facilitar sua identificação.

4.3 A circulação de saberes e produtos em uma remota capitania

Procuramos, neste subitem, identificar movimentações e a instrumentalização do saber pelo governo, também a importância dos saberes locais e das expedições científicas no contexto de mercantilização da natureza e de institucionalização do saber médico e botânico. Recentemente, em 2022, Gutiele Santos fez uma análise a respeito do comércio, das doenças e das práticas de cura na capitania do Piauí ao longo do século XVIII. Ela investigou problemas relacionados à movimentação causada pelo comércio e pelos deslocamentos de indígenas, africanos, de contrabandistas, tangedores, condutores de gado, colonos, naturalistas, missionárias, entre outros.

A autora procurou desconstruir a capitania do Piauí enquanto um lugar isolado e perceber o papel desse fluxo na disseminação de doenças e na circulação de saberes. Ela também nos apresenta um panorama sobre as principais doenças que assolavam a população à época, considerando as enfermidades pré-existentes e aquelas que ganham espaço com a colonização. A partir disso, elabora uma narrativa em torno dos significados ligados à saúde e à doença e práticas de cura populares na colônia.

Os contatos proporcionados nos portos pelas relações comerciais e a movimentação do tráfico negreiro são alguns dos principais disseminadores de doenças no período colonial. O grande número de pessoas que desembarcava nas regiões litorâneas trazia consigo patógenos para os quais as populações locais ainda eram vulneráveis. Por outro lado, as más condições no transporte de pessoas do continente africano para as Américas repercutiram na desnutrição desses sujeitos e, consequentemente, na sua susceptibilidade a doenças.

A realidade do piauí setecentista pode ser pensada sob a luz do conceito de "Imperialismo Ecológico", proposto por Alfred Crosby (2011). Crosby acreditava que a expansão europeia deveu grande parte de seu sucesso à introdução de patógenos letais oriundos de Europa e Ásia na realidade de nativos da América que não contavam com a imunidade necessária para reagir a essa "microbiota portátil". A varíola e a gripe, que dizimaram populações inteiras, somaram-se às armas e às estratégias políticas de avanço nas colônias.

Acredita-se que o parasita da malária tenha chegado às Américas em mais de uma leva migratória. A priori, em uma via pré-colonial, através de povos da melanésia chegados pela Oceania. A posteriori, uma variante chega nos navios europeus na Idade Moderna. O caso dessa doença é distinto porque está relacionada a esse espectro de patógenos, ao tempo em que seu tratamento emprega uma planta nativa americana que foi comercializada para muitas

partes do globo, demonstrando uma circulação intensa de doenças, produtos e saberes, na qual o Piauí estava inserido (Moon, 2017).

O gado, cavalos, porcos e plantas também foram trazidos pelos colonizadores, de modo que a paisagem foi alterada. Como os caminhos do gado funcionavam como "veias" por onde circulavam as doenças, as pessoas e as práticas de cura, podemos refletir o quanto o contato influenciou o destino da capitania. De modo geral, o processo aproximou a fauna e a flora do Brasil, aproximando-as da europeia. Com base nisso, tomamos nota de um fluxo interno, entre as capitanias da colônia, e um fluxo transatlântico, que funcionava com base em uma rede de informação e envolvia a Europa, outras colônias da América, África e outras partes (Crosby, 2011).

Santos (2022) nos traz uma lista com as principais condições que compunham o cenário piauiense da época, eram elas: "Escorbuto, Quebrado das virilhas, Convulsivo dos nervos, Aleijado das pernas, Cegueira, Sarna, Diarreia, Febre Maligna, Febre podre, Febre Intermitente, Bota sangue pela boca, Asma, Hipocondria, Sezões, Mordedura de cobra, Gallico, Feridas incuráveis, Lepra, Gonorreia, Dores de Preolis, Pancadas, Pustema, Inchaço de obstrução e Bexigas" (p. 61-62). Há que se observar a presença das febres neste e em outros trabalhos, classificada em diferentes tipos, conforme suas características.

Considerando que "o binômio saúde-doença mantém historicidades específicas conforme as temporalidades e espacialidades a que se referem, observando-se que a aplicação da perspectiva histórica não é uma análise biológica, mas fortemente vinculada às dimensões socioculturais" (Marinho; Sanglard, 2021, p.12), retomamos a difundida ideia de que em determinados momentos, a febre era percebida como doença em si, e não como um sintoma genérico de reação do corpo a uma perturbação do organismo.

Notamos com frequência uma nomenclatura relacionada a características e sintomas da doença, mas isso não era uma regra. O que mais tarde viria se chamar malária, por exemplo, recebeu denominações como, impaludismo, paludismo, febre intermitente, febre terçã benigna, febre terçã maligna, febre quartã, sezão, ou apenas febre. Com base nisto e na lista apresentada por Gutiele Santos, sugerimos a presença da malária na capitania do Piauí. Os termos febre intermitente, febre terçã, e febre quartã guardam relação com a particularidade de o quadro se manifestar de forma intermitente, apresentando picos sintomáticos geralmente a cada três ou quatro dias.

Os sintomas e sinais de adoecimento juntavam-se ao medo e à precariedade da assistência à saúde que se mostrava esquecida até o século XIX (Baptista; Nascimento; Baptista, 2021). À essa altura, meados do século XVIII, os diferentes indivíduos da colônia

usavam de toda sorte de ações para lidar com as enfermidades, desde medidas de proteção religiosas a remédios caseiros.

Práticas mágico-religiosas, embora desaprovadas pelas autoridades coloniais, eram empregadas com frequência, como as bolsas de mandinga. Muitos negros usavam-nas amarradas ao pescoço, como talismãs, numa forma de se fechar contra má sorte, doenças e outros infortúnios. As bolsas eram preenchidas de forma variada, algumas continham escritos, raízes, ossos, cabelos, pelos de animais e conjugavam outros elementos da cultura africana ao catolicismo. Também era comum o uso das mezinhas e outros remédios caseiros (Santos, 2022).

O conhecimento indígena trazia à tona os remédios da terra, interessa-nos, aqui, especialmente a quina-quina. A Cinchona ultrapassou os limites da América e alguns dos caminhos que se abriram tinham origem nos portos da metrópole. Cerca de 813.739,13 libras (o que equivale a aproximadamente 369.106 kg) de quina chegam a Lisboa e foram reencaminhadas a embarcadouros de outras unidades administrativas da Europa e de outros continentes. Apesar dos privilégios do acesso às Companhias Gerais de Comércio na distribuição do medicamento em questão pelo reino, como a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, bastantes boticários e jesuítas se mostraram influentes e cruciais para essa circulação. A quantidade de quina que adentrou os portos de Lisboa denota a força dessas atividades mercantis (Almeida, 2017).

Entre final do século XVIII e início do século XIX, intensificam-se os conflitos entre saberes e atividades curativas na colônia. Isso envolve uma gama de indivíduos, como parteiros, curandeiros, boticários, sangradores, médicos e cirurgiões. Entre eles, indígenas, africanos e jesuítas. A recorrência a saberes alternativos ao conhecimento médico era comum tanto pela confiança das pessoas quanto pela escassez de médicos na colônia.

De acordo com Ana Carolina de Carvalho Viotti (2014), entre os agentes de cura no Brasil colonial estão os médicos, os homens de saber, de letras e de ciência. A autora ressalta o papel dos jesuítas enquanto doutores das almas e dos corpos e observa a sua importância no registro do que era observado, nas práticas de cura, na apreensão dos saberes nativos. Mesmo diante das limitações da igreja, as ações jesuíticas sofreram mudanças na América portuguesa. Tudo isso era usado a favor da catequização dessas pessoas.

Primeiramente, porque os corpos deveriam estar sãos para serem cristianizados. Somado a isso, intermediar a cura de um indivíduo doente era uma forma de se impor frente aos poderes xamânicos. Logo, tinha-se controle e a remediação dos corpos como instrumento para a evangelização. Não com o interesse de docilização apresentado pela medicina

moderna, mas para manter a população saudável e viva para se manterem cristianizados e no "reto caminho".

Como já posto, a falta de escolas superiores, a desvalorização e a escassez de fármacos populares na Europa repercutia em um baixo número de licenciados. Diante disso, indivíduos como Simão Pinheiro Morão (1618-1695) protestavam a favor dos experimentados e diplomados, como fez em sua obra "Queixas repetidas em ecos dos arrecifes de Pernambuco contra os abusos médicos que nas suas capitanias se observam tanto em dano das vidas de seus habitantes". Nesse texto, Morão demonstra sua inquietação com a procura por parte da população por curandeiros, sangradores e outros indivíduos não licenciados que exerciam as artes de curar.

Os representantes da igreja católica que estavam em proximidade com a população nativa não ficaram de fora do discurso incisivo de um dos primeiros doutos a medicarem no Brasil e a produzirem um tratado sobre saúde e doença. Para ele, a população se dava "de todo coração mais aos experimentados empíricos do que aos cientes experimentados, entendendo falsamente consistir a experiência para curar só no conhecimento de algumas ervas, ou nos sucessos de algumas curas", e "até mesmo os párocos, que por preceito de Deus e da Igreja deveriam atalhar estes abusos, caem neles". Assim, a principal responsável pela difusão dos saberes "não oficiais" era a população, que acreditava piamente nos usos das ervas, sangrias e outros, e os experimentados, que assumiam o papel dos cientes (Viotti, 2014).

Há que se pensar que pouco após isso, sob a influência das luzes, são modificadas e erigidas novas Academias em toda a Europa. A reforma da Universidade de Coimbra, por exemplo, impactou a atuação de viajantes, que, de forma cada vez mais técnica, inventariaram a natureza e reuniram conhecimentos acerca da fauna e da flora, de minerais e paisagens.

Do final do século XVIII para o início do século XIX, o desgaste da relação entre Brasil e Portugal torna-se evidente. O declínio da produção aurífera, o aumento dos conflitos internos no território da colônia, a ascensão das elites locais, entre outros fatores, abrem alas para uma emancipação política e intelectual na então colônia. Nesse contexto, Ana Carolina Viotti (2014) acrescenta ainda os baixos salários que esses indivíduos que atravessavam o Atlântico recebiam. Ademais, a autora nos atenta não apenas para a coexistência, mas para as polêmicas e disputas que acontecem pelo confronto desses saberes e práticas. A recorrência aos conhecimentos alternativos à prática médica não era livre, mas constantemente fiscalizada pela Coroa. Todavia, os parâmetros curativos da medicina lusa trazida pelos doutos ao Brasil, ao interagirem com as "artes de cura" diversas preexistentes na colônia, teriam dado origem a uma prática nova, "brasileira".

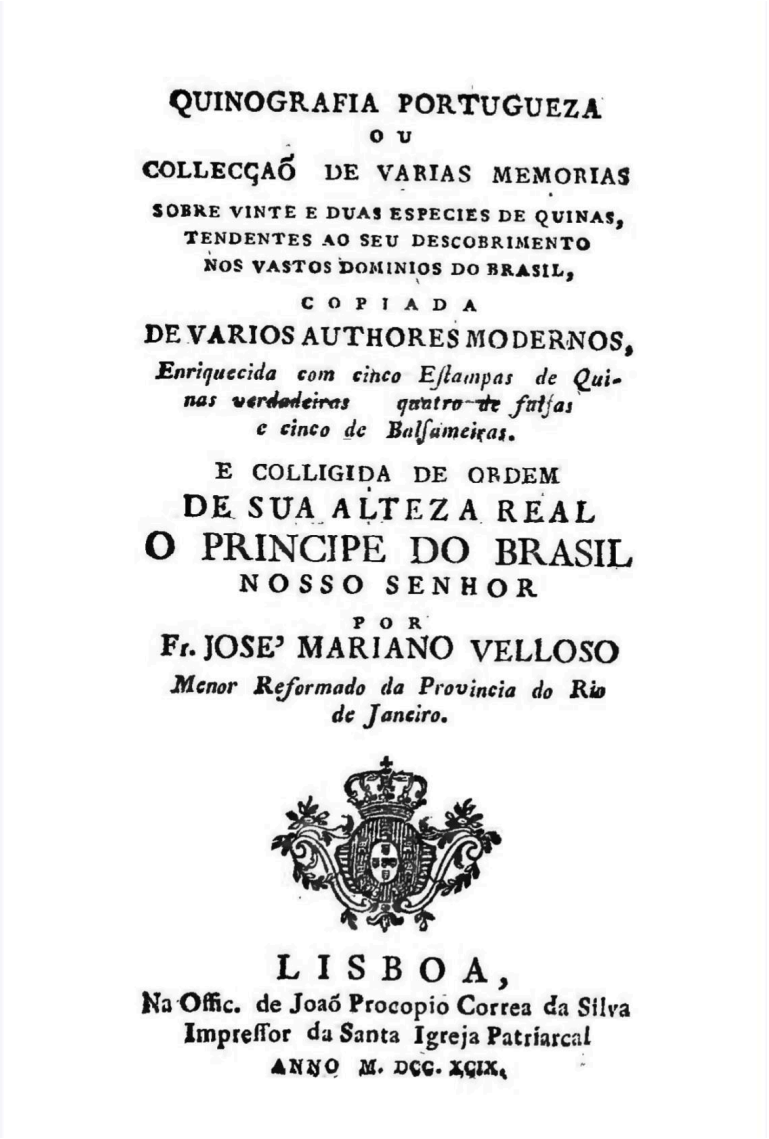
Segundo Roberto Machado (1978), isso se dava especialmente pela falta de universidades, de medicamentos europeus (que, quando transportados, chegavam às Américas em más condições ou vinham em uma quantidade insuficiente e se deterioravam pelo caminho), pela desvalorização do médico pela coroa e pelo seu desconhecimento em relação aos produtos naturais do Brasil. Mesmo em Portugal, o acesso à medicina não era facilitado aos setores sociais mais pobres e ruralizados, que também se socorriam muito mais com os não diplomados.

A demanda pela casca rubra efetivou um comércio visível entre boticários da colônia, da metrópole e de muitos outros lugares, a exemplo da Inglaterra, que se destacou pela alta procura da droga. Mas nossos documentos não demonstraram em que medida a capitania do Piauí era provedora da quina que abastecia praças fora do continente americano.

Na literatura revista e nos documentos, encontramos frequentemente a diferenciação da espécie em “quina oficial”, “quina delgada”, “quina lisa”, “quina morada”, “quina amarela”, “quina pálida” e “quina parda”. Seus valores e espaços de extração eram variados. Grande parte dos processos de compra e venda registrados e disponíveis na pasta referente ao Piauí no AHU, apresentavam uma classificação menos específica, sendo separadas em “quina boa” e “quina ruim”.

O Frei José Mariano Veloso inicia sua quinografia com a problematização do termo “peruviano” em associação à planta. José Mariano Veloso nasceu em Portugal, no século XIX e, antes de escrever "Quinografia portugueza ou collecção de varias memorias sobre vinte e duas especies de quinas tendentes ao seu descobrimento nos vastos dominios do Brasil", esforçou-se para se tornar frade dominicano e botânico. Sua produção foi condizente com as tendências seguidas pelo Iluminismo e constituiu um marco importante para a botânica e para os estudos sobre a Cinchona, especificamente (Kury, 2015).

Imagem 3 - Quinografia portugueza ou collecção de varias memorias sobre vinte e duas especies de quinas



QUINOGRAFIA PORTUGUEZA
OU
COLLECÇAÕ DE VARIAS MEMORIAS
SOBRE VINTE E DUAS ESPECIES DE QUINAS,
TENDENTES AO SEU DESCOBRIMENTO
NOS VASTOS DOMINIOS DO BRASIL,
COPIADA
DE VARIOS AUTHORES MODERNOS,
Enriquecida com cinco Eſtampas de Quinas verdadeiras quatro de falſas e cinco de Balſameiras.
E COLLIGIDA DE ORDEM
DE SUA ALTEZA REAL
O PRINCIPE DO BRASIL
NOSSO SENHOR
POR
Fr. JOSE' MARIANO VELLOSO
Menor Reformado da Provincia do Rio de Janeiro.

LISBOA,
Na Offic. de Joaõ Procopio Correa da Silva
Impreſſor da Santa Igreja Patriarcal
ANNO M. DCC. XCIX.

Fonte: Veloso (1799, p.1).

A imagem acima traz a capa da quinografia de Veloso. Ela se tornou uma das principais referências em trabalhos desse tipo. Para o frei, a capitania do Piauí, como outras partes sob domínio dos europeus, vem à tona como um sítio de exploração de quina por suas condições climáticas e territoriais serem análogas às do Peru. Por estarem posicionados em paralelos comuns, suas semelhanças climáticas poderiam repercutir em formas de vida e climas parecidos. Por isso, era um lugar privilegiado para a aclimatação da espécie. Assim, o cultivo em colônias africanas localizadas na mesma altura do planeta surge como mais uma possibilidade econômica em torno da *Cinchona*. Consoante Veloso:

> Não são unicamente as fragosas serras de Loja, menos a curta extensão de quatro graus ao Sul, o território privativo das Quineiras, ou Cinchoeiras, ou das Ganaperides, antigo nome Peruviano, como erradamente até agora se presumia. Elas reconhecem por um país próprio, e análogo à sua vegetação espontânea, os altos de todo aquele, em que o Sol assoalha os seus raios a prumo, a que os físicos chamam de entre trópicos. A Natureza, Mãe liberal, deu diferentes dotes vegetais a diferentes Climas, e dentro destes mesmos a diferentes posições físicas do terreno, mas se os paralelos forem os mesmos, e as posições se conformarem, be suprema Lei da Natureza a identidade das produções. Se houver alguma variação, ou aberração destas duas condições, variará sim a espécie, mas não negará algum indivíduo ao gênero. Isto suposto (Veloso, 1799. pp. 9-10).

A percepção surpreende por ser tomada apenas por meio da experiência empírica. Cientes de que parte das colônias portuguesas em África estavam dispostas em paralelos semelhantes, o raciocínio fundamentava investidas de aclimatação. Todavia, o plano não se efetivou, como aconteceu nas colônias inglesas e holandesas, possivelmente porque nenhuma das quinas encontradas no Brasil apresentou propriedades equivalentes à andina. Observemos a classificação construída pelo religioso:

Tabela 2 - Tipos de quina

Tipos de quina	
1. Quina officinal (*Cinchona officinalis*)	Produzida em todas as terras entre trópicos. Também chamada de "quina de Pernambuco".
2. Quina delgada (*Cinchona tenuis*)	Criam-se nos picos das serras ou cerros de temperamento frio, e chuvoso. Também chamada "Quina dos altos de Pillau.
3. Quina lisa (*Cinchona glabra*)	Habitam as montanhas dos Panathauas, pelos bosques de Cachero, Ponao, Pillao e Munho, em cerros altos, frios, e chuvosos. Conhecida pelos espanhóis como "Cascarilho bobo", por não ter as cores interna e externa das outras.
4. Quina morada (*Cinchona purpurea*)	É abundantemente encontrada nas montanhas dos Panatahuas, bosques de Pati Cuchero, por cerros não muito altos, e nas chamadas Carpales. Às vezes é misturada às três anteriores para venda. "Cascarilhos bobos de hoja morada"
5. Quina amarela (*Cinchona lutescens*)	Encontrada no Reino de Santa Fé. Identificada como "Azahar".

6. Quina pálida (*Cinchona palescens*)	Achada nos bosques reais de Puzu e Panau, sobre um terreno montanhoso, e penhascoso, em sitios pouco ventilados, e sombrios, e frondosas que vestem os cerros, e suas fraldas. Conhecida em Panau como ”Cascarilhos com cortesa de cor de pata de Galeirão”.
7. Quina parda (*Cinchona fusca*)	Abundam nas montanhas do Puzuzu e Munan em sítios baixos ou quebradas fundas, quentes donde apenas se sente fresco em noites sobre um terreno pedregulhoso. Os indígenas a conhecem por “asmenich”. Nem os indígenas a reconhecem por “Quina”.
8. Quina colorada ou vermelha (*Cinchona rubra*)	[Sem informações sobre a localização]
9. Quina de Jamaica (*Cinchona caribaeorum*)	Nasce nos piores terrenos. Encontrada nas Ilhas Caribenhas, principalmente ao norte, na Jamaica.
10. Quina-quina Piton ou de Santa Luzia (*Cinchona floribunda*)	Nasce em Martinica (Antilhas).
11. Quina de Santa Fé (*Cinchona de Santa Fé*)	Norte da América do Sul.
12. Quina penujenta (*Cinchona pubescens*)	América do Sul.
13. Quina alaranjada	[Sem muitas informações]
14. Quina roxa	[Sem muitas informações]
15. Quina amarela	[Sem muitas informações]
16. Quina branca	Menciona o Reino de Santa Fé (América do Sul).
17. Quina de folha estreita (*Cinchona angustifolia*)	Ribanceira, ou margens dos rios da Ilha Domínica.
18. Quina corimbeira (*Cinchona corymbifera*)	Entre os trópicos das Ilhas Tongatabu, e Eaoowe, situadas no mar pacífico.
19. Quina real ou quina loura (*Cinchona regia*)	[Sem informações sobre a localização]
20. Quina de Surinam (*Cinchona surinomensis*)	Colônia do Surinam.

21. Quina sobreflorida (*Cinchona floribunda*)	[Sem informações sobre a localização]
22. Quina de três flores (*Cinchona triflora*)	Jamaica.
23. Quina de pequeno fruto (*Cinchona brachicarpas*)	Freguesia de Westmoreland, Jamaica.

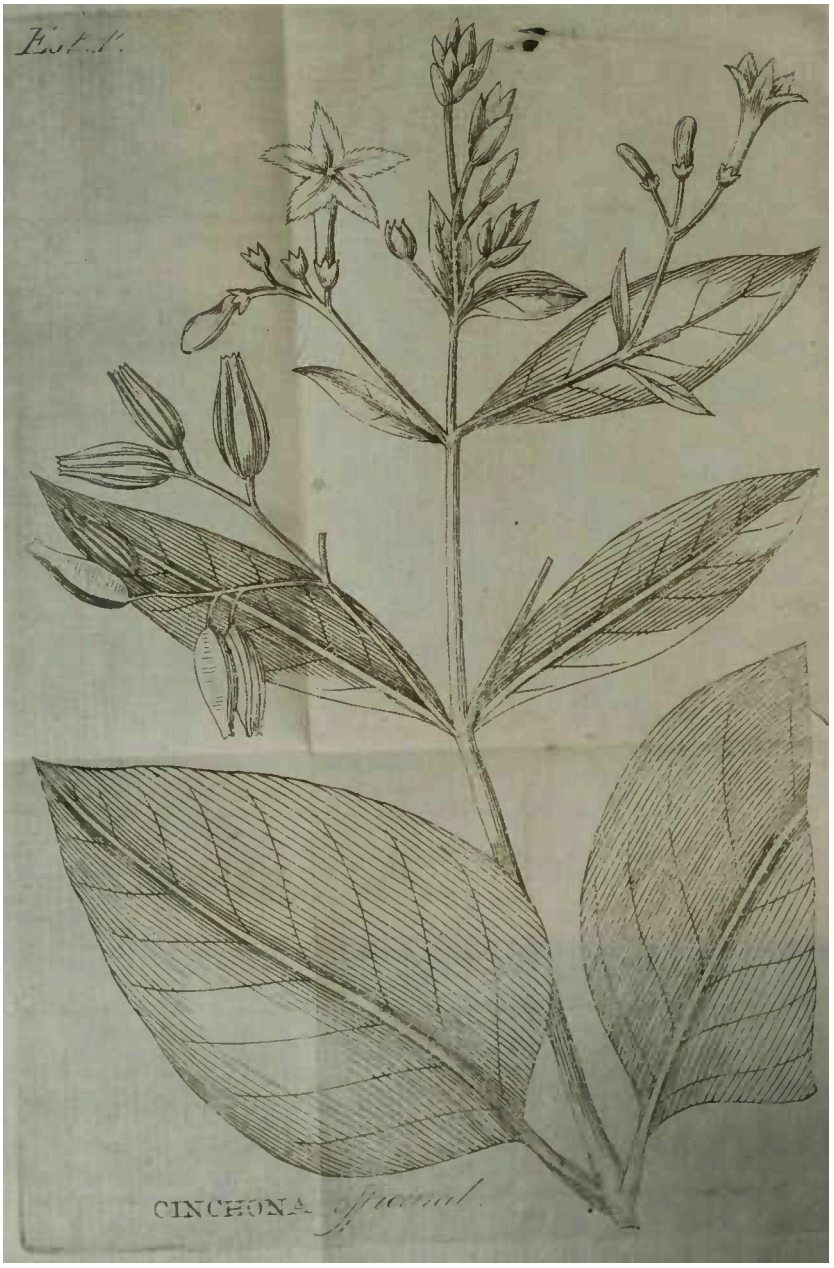
Fonte: Veloso (1799, pp.17-205).

Para além de propor essa tipificação, o Frei José Mariano Veloso detalhou características e propriedades de cada uma das espécies de quina. Ao mesmo tempo, apresentou no relato de sua investigação os lugares mais propícios à coleta da casca e as formas como eram utilizadas pelas comunidades que viviam no entorno. O clérigo também apontou plantas que falsamente se passavam por quinas. Eram elas: carqueja do Brasil (*Cacalia*), quina do Piauhy (*Solanum*?), quina de Pernambuco (*Portlandia hexandria*) e a quina de Camamu (*Coutinia illustris*). Percebemos que a espécie ainda não era cultivada significativamente em outros continentes, pois os relatos dizem respeito apenas a territórios das Américas. Seu aproveitamento devia se dar pelo extrativismo, pois não fica evidente na documentação o cultivo da planta como gênero agrícola.

Mas algumas inconsistências podem ser notadas, como a aleatoriedade das informações que se observa na segunda coluna da tabela acima. Isso pode estar ligado ao estágio de normatização do conhecimento científico que se tinha até então. Curiosamente, ele descreve vinte e três tipos de quina tidas como verdadeiras, em vez de vinte e duas, como o título sugere.

Notamos que repete o termo “nona quina” para a quina de Jamaica e a quina-quina Piton (ou de Santa Luzia). A quina-quina Piton, assim como a Florida aparecem com a especificação “*Cinchona floribunda*”, mas em outros momentos vemos o termo “*Cinchona montana*” associado à primeira. Essas inconsistências em obras tão potentes como a de Veloso e Comparetti (com a representação equivocada da *Portlandia hexandria* no início do livro) refletem as dificuldades de organização da enorme quantidade de informações que colhiam.

Desenho 4 - *Cinchona officinal*



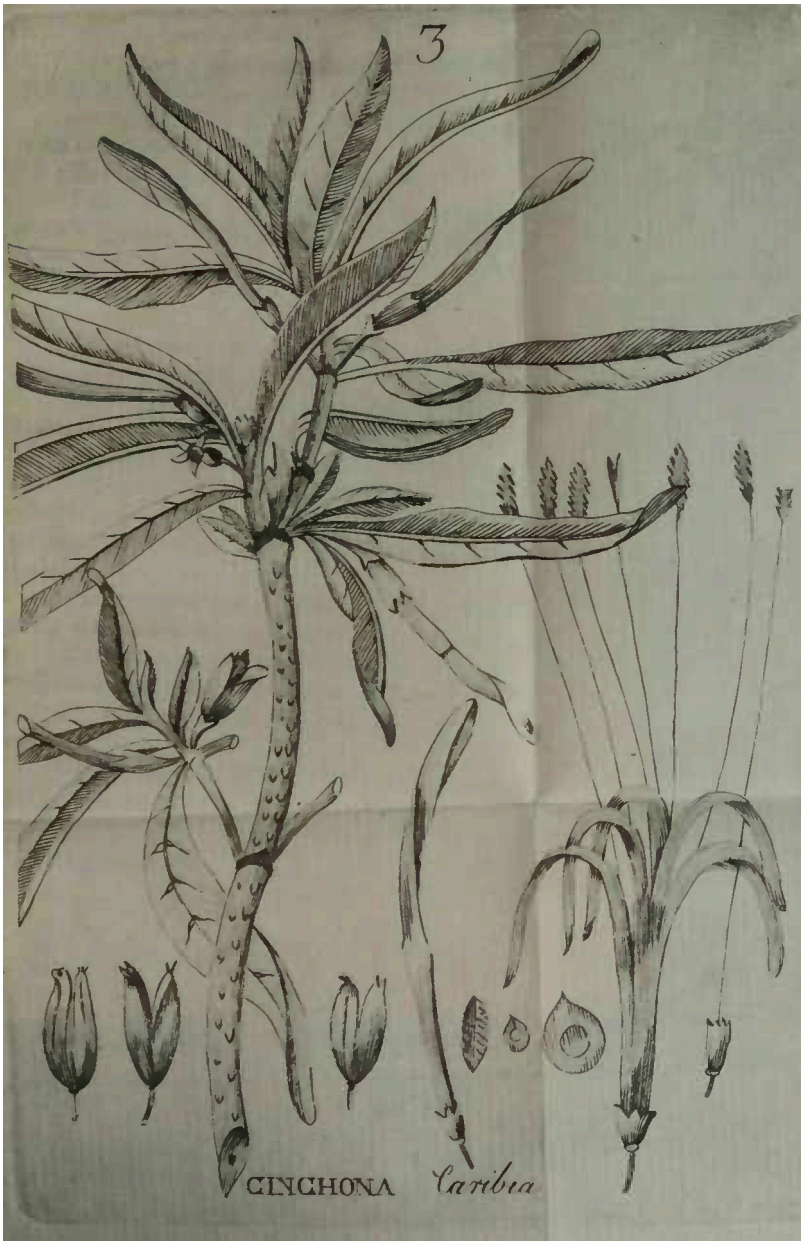
Fonte: Veloso (1799).

Desenho 5 - Cinchona rubra ou colorada



Fonte: Veloso (1799).

Desenho 6 - *Cinchona caribea*



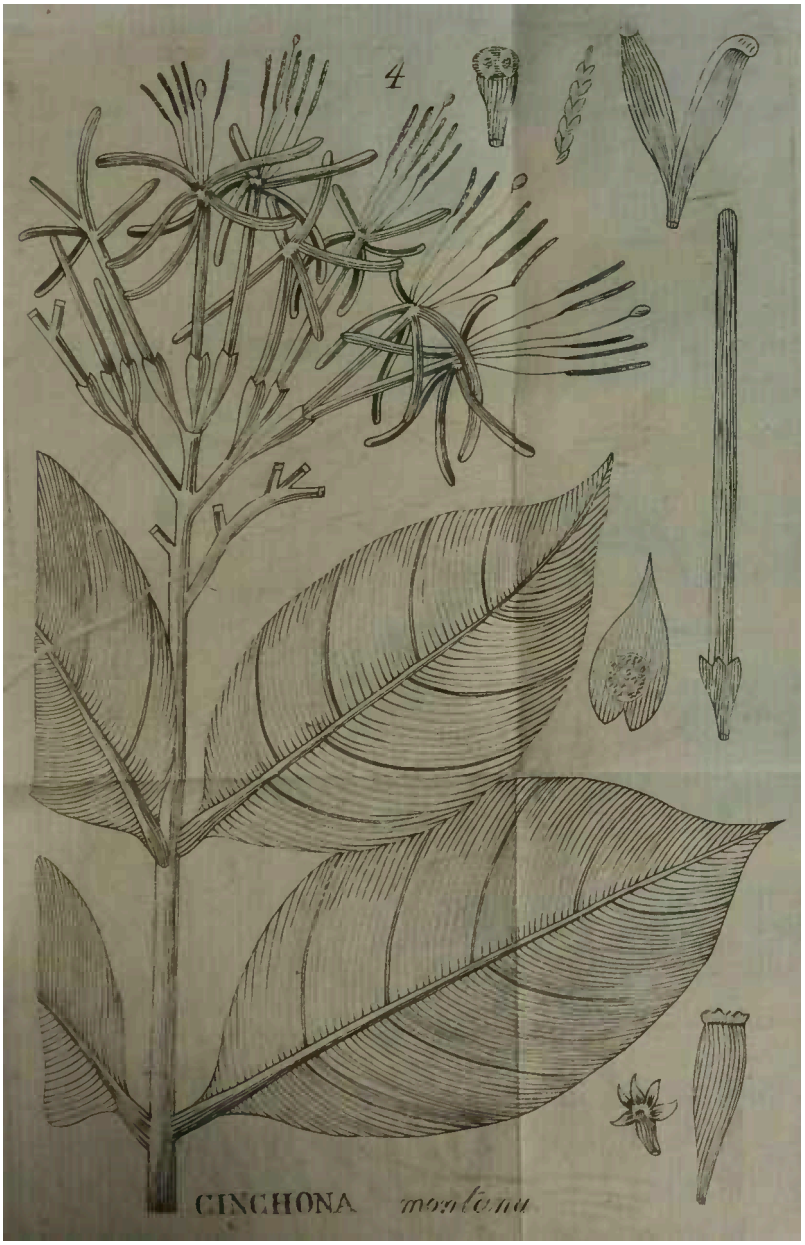
Fonte: Veloso (1799).

Desenho 7 - *Cinchona Caribea* II



Fonte: Veloso (1799).

Desenho 8 - *Cinchona montana*



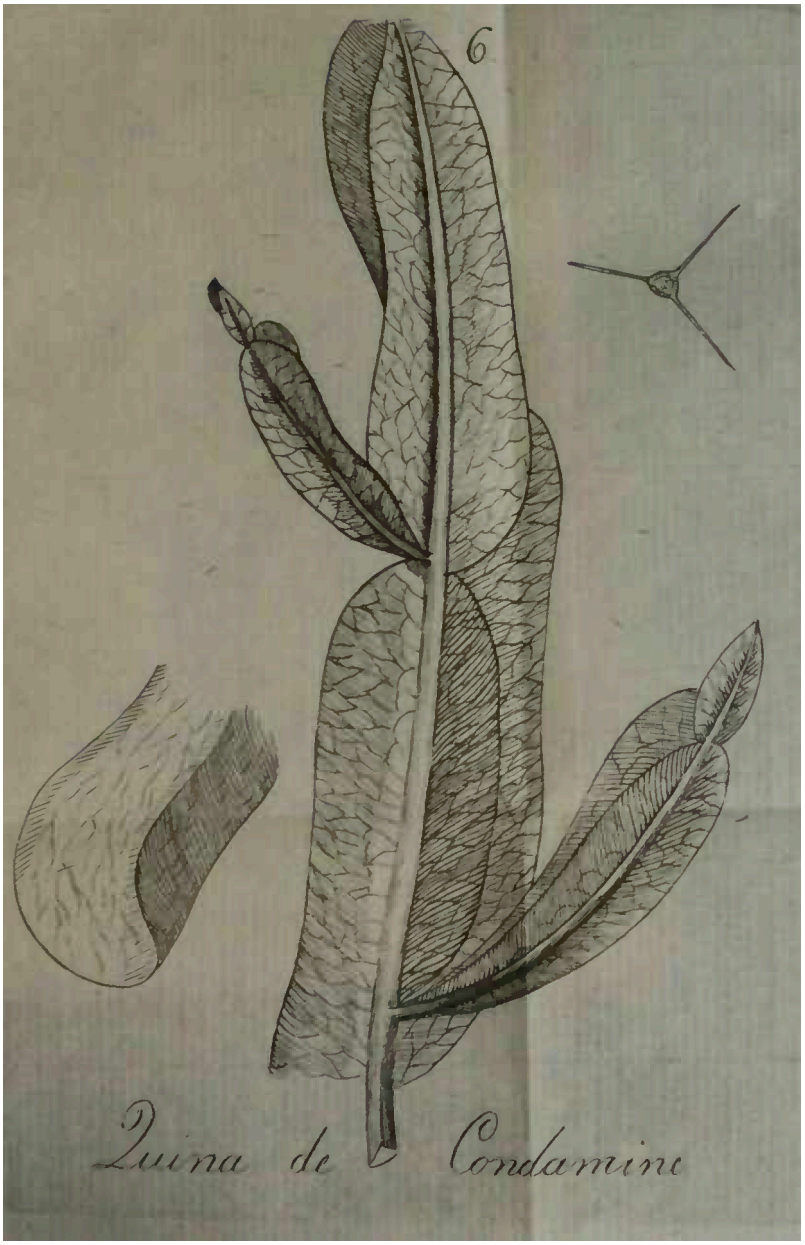
Fonte: Veloso (1799).

Desenho 9 - *Cinchona espinhosa*



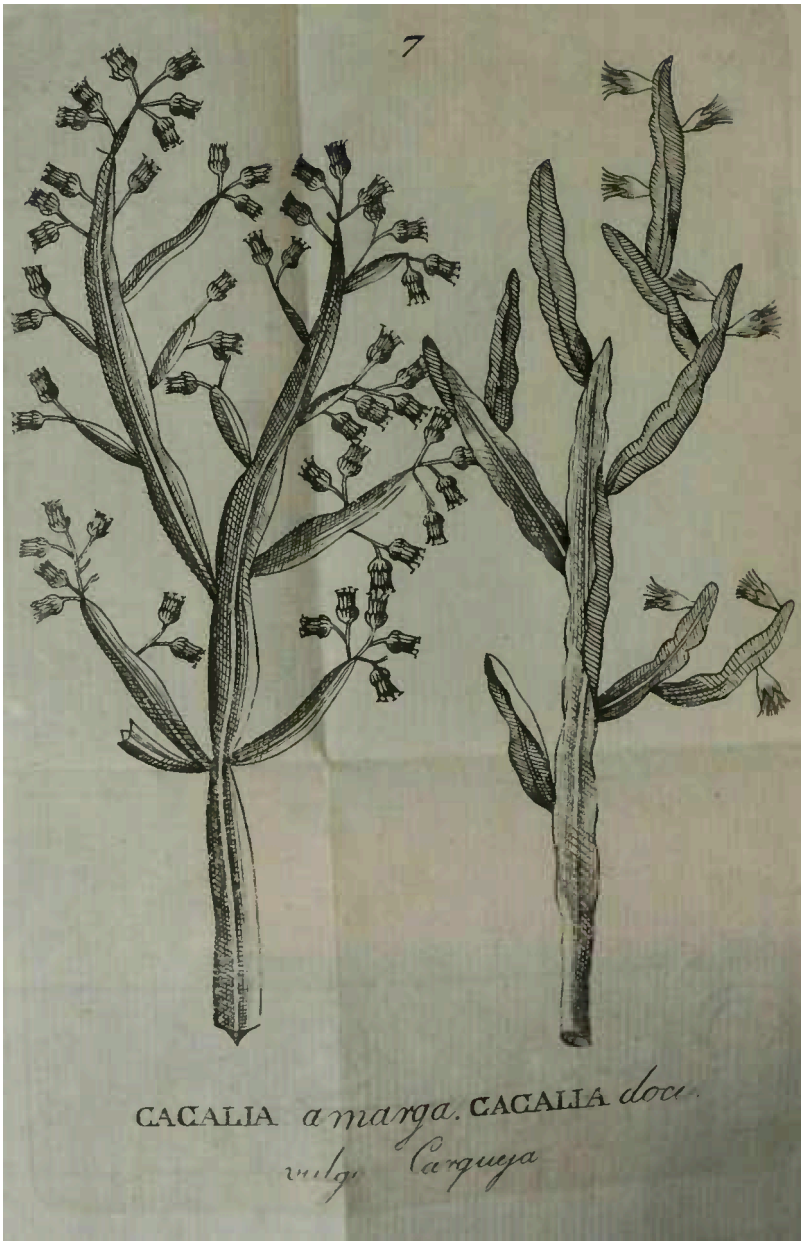
Fonte: Veloso (1799).

Desenho 10 - *Quina de condamine*



Fonte: Veloso (1799).

Desenho 11 - Carqueja



Fonte: Veloso (1799).

Desenho 12 - Quina solana



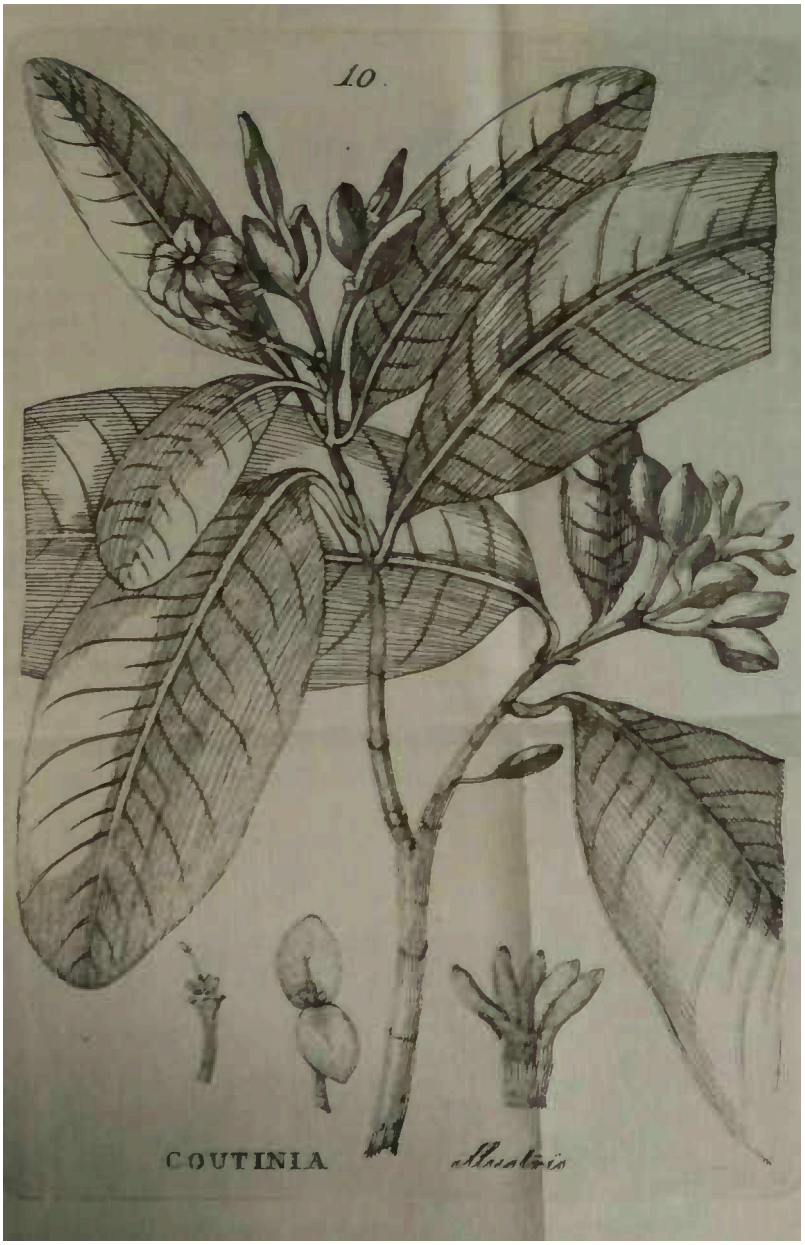
Fonte: Veloso (1799).

Desenho 13 - Quina do Pernambuco



Fonte: Veloso (1799).

Desenho 14 - *Coutinia illustris*



Fonte: Veloso (1799).

Das quinas representadas acima, eram consideradas verdadeiras a *Cinchona officinal*, a *Cinchona rubra*, a *Cinchona Caribea*, a *Cinchona montana* e a *Cinchona espinhosa*; ao passo que a quina de Condamine, a carqueja, a quina solana (do Piauí), a quina de Pernambuco e a quina coutinia eram consideradas falsas. Nos perguntamos o que pode ter levado a tamanha confusão, visto que os caracteres morfológicos variam significativamente de um tipo para o outro. Por certo, a pressa e o desejo de sujeitos locais em assinarem a descoberta do vegetal. Além disso, de comercializá-los, como aconteceu na prática.

Além do formato dos caules e das folhas de cada quina ilustrada nas imagens, vimos que sua maior ou menor atividade era analisada. Quando ainda não era possível verificar a quantidade de quinino (princípio ativo), o amargor, as cores, os formatos ajudariam em sua classificação.

Veloso tinha dúvidas se a *Quina solana* era a mesma espécie chamada de quina do Piauí. Ainda que a tenha sido considerada uma espécie de quina pelo botânico pelas suas virtudes e características, a planta piauiense foi classificada como falsa. Comumente o amargor era associado à eficácia das quinas. Essa era uma crença comum entre as populações indígenas e a comunidade científica europeia.

A quina piauiense apresentava essa característica, o que reforçou os rumores sobre seu sucesso antifebril. O formato de suas folhas e flores difere bastante da peruana. Na verdade, os componentes de todo o gênero variam muito entre si. Tomando como exemplo da representação feita pelo rabiscador de Cabral, vemos que ela não se aproxima em nada desta outra, ainda que fosse também encontrada pelas bandas da capitania.

O italiano André Comparetti (1746–1801) foi mais um a se interessar pelos assuntos botânicos. Médico e pesquisador, se dedicou ao estudo do uso medicinal da quina. Em "Observações sobre a propriedade da quina do Brasil", Comparetti (1801) traz comentários sobre seus aspectos físicos e discorre sobre suas capacidades medicinais. A obra se constrói com base em quatro exemplos de utilização e treze histórias de recuperação atribuídas ao consumo da Cinchona.

Essas e outras obras apontadas como "quinografias" atestam uma corrida pelo domínio das propriedades do vegetal e de sua manipulação. Comparetti se dedica com mais atenção ao uso clínico da planta no Hospital de São Francisco de Pádua, na Itália, diferentemente de Veloso, que constroi uma análise espacial e anatômica mais completa. A *Portlandia hexandria*, algumas vezes apontada como "quina de Pernambuco", foi usada em experimentos com pacientes acometidos por febres intermitentes. Curiosamente, os resultados foram positivos para a espécie encontrada no Brasil.

A administração da droga, mesmo em doses menores, teve igual ou melhor proveito do que a quina de Loja ou Santa Fé. Logo após sua utilização, as febres cessavam. A crença de que o maior amargor da planta significava maior eficiência não se restringia às comunidades indígenas. A comunidade científica também compartilhava da ideia de que o amargor acentuado da quina do Brasil se devia ao fato de ela ter uma maior ação:

> “A estas observações, feitas sobre as qualidades sensíveis, se juntam algumas experiências internas, pelo modo mais simples, para reconhecer a qualidade, e assento principal da substância, que forma o grande amargo, e de que procede sua singular virtude febrífuga, como mostram as histórias de casos particulares” (pp. 12-13).

Entendemos, aqui, que o princípio ativo é a substância resinosa amarga que aparece nos experimentos, que foram realizados da seguinte forma: diferentes tipos de quina foram tratados de forma variada e oferecidos a treze pacientes febris. As reações desses organismos a cada uma das medicações foi observada e registrada. Foram quatro tipos de apresentação da casca, a saber: (1) Extração Aquosa, (2) Comparação de Solventes, (3) Lâmina Interna vs. Externa e (4) Comparação de variedades. As histórias dos 13 pacientes foram contadas detalhadamente. Também foi relatado o uso em uma úlcera, chamada de “chaga gálica”, problema que Gutiele Santos (2022) relatou ser comum no Piauí. O uso de mercúrio nesses ferimentos era comum. No entanto, ainda não teria mostrado resultados satisfatórios no paciente paduano, ocasião em que a quina entrou em cena e obteve sucesso. A aplicação foi feita com a lavagem da ferida com a água do cozimento da casca combinada com depósito do pó na extensão da ferida.

Enfim, essa discussão não nos permite afirmar que o comércio da quina inseriu efetivamente a capitania do Piauí na dinâmica colonial, mas observamos que houve um fluxo de informações entre a capitania e outras partes das Américas e entre a capitania e a europa. Exemplo disso foi o envio de remessas para análise em Coimbra e o tráfego de manuscritos e exemplares por terra e mar que apontam os documentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, procuramos, a partir do mapeamento daquilo que foi escrito e pesquisado sobre a quina-quina, pensar esse potente produto natural de uso em pacientes acometidos pela malária e outras enfermidades ao longo dos séculos XVIII e XIX. Com esse intuito, revisitamos olhares acerca do mundo natural construídos ao longo da história humana. Nos debruçamos com mais atenção sobre a história da cinchona e sua exploração, que atingiu seu auge no contexto das luzes.

Entender conexões e trocas é entender o Estado do Grão-Pará e Maranhão, os sertões e a capitania do Piauí, pois estes foram espaços de comunicação, embora muitas vezes dificultada pelos distanciamentos (que nem sempre eram físicos, mas causados pela negligência das autoridades). Os esforços da busca pela casca poderiam resultar numa participação mais visível da capitania nos negócios do reino, caso os estudos tivessem prosperado, mas isso não se traduzia em um projeto de integração, Esse fato que não se restringe ao Piauí, mas se estende a todo o processo colonizador.

Concluímos que o comércio da quina não correspondeu às expectativas das autoridades da colônia, mas atestou a existência de conexões importantes da capitania do Piauí com outras regiões, além de uma produção significativa de materiais escritos e outros (em consonância com a forma que tomava a ciência na Europa e em outras partes do mundo). Também revelou o protagonismo dos diferentes povos que nos propusemos a estudar neste trabalho. Na verdade, o que aconteceu foi o enriquecimento individual de sujeitos que tomaram a frente do comércio.

Não só a quina-quina, mas a salsaparrilha, a ipecacuanha, cânhamos e outros tipos vegetais também receberam uma atenção peculiar ao longo do tempo, por suas propriedades curativas, pelo seu potencial econômico, entre outros. Desse modo, cabem como objeto de investigação. Ademais, a cochonilha e o salitre, como representantes animais e minerais, respectivamente; as paisagens e as trocas de informação têm potencial para trabalhos importantes. Acreditamos haver um grande número de documentos no Arquivo Histórico Ultramarino e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) a serem questionados.

REFERÊNCIAS

FONTES

Arquivo Histórico Ultramarino

"Carta do índio principal do Maranhão, António da Costa Marapirão e outros chefes indígenas para o rei [D. João IV], queixando-se dos procedimentos dos governadores e capitães do Pará, e reivindicado a liberdade dos índios.", datada de 06 de setembro de 1649. AHU, Maranhão, cx. 1, doc. 76 (Avulsos).

"Ofício do [governador do Piauí], João Pereira Caldas, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a remessa de amostras de quina, pedra-hume e capa-rosa, encontradas na Vila de São João da Parnaíba.", datado de 15 de fevereiro de 1763. AHU, Piauí, cx. 9, doc. 519 (Avulsos).

"Ofício do [governador e capitão-general do Maranhão e Piauí], José Teles da Silva, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a descoberta de quina nos sertões do Piauí, cuja casca é semelhante à casca peruviana, existente na Europa, e remetendo amostra de sementes de quina.", datado de 30 de junho de 1787. AHU, Piauí, cx. 7, doc. 850 (Avulsos).

"Requerimento de José António Pereira Vilela, negociante da praça de Lisboa, ao príncipe regente [D. João], solicitando que seja enviado à Casa das Índias, o aviso que determina que lhe sejam entregues os 17 surroins de quina, que lhe foram consignados pelo governador do Piauí.", datado de 31 de dezembro de 1792. AHU, Piauí, cx. 19, doc. 961 (Avulsos).

"Ofício de Manuel Pinheiro Osório, ao [governador e capitão-general do Maranhão e Piauí], D. Fernando António de Noronha, sobre a remessa de quina branca, preta e quina-quina solicitada, produtos que existem com maior abundância nas vilas de Marvão, Valença, São João da Parnaíba e Oeiras do Piauí.", datado de 12 de abril de 1795. AHU, Piauí, cx. 19, doc. 993 (Avulsos).

"Ofício do [governador e capitão-general do Maranhão], D. Fernando António de Noronha, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a recolha de quina, salitre e tabaco, e informando a chegada do novo governador para o Piauí, D. João de Amorim Pereira.", datado de 12 de dezembro de 1797. AHU, Piauí, cx. 20, doc. 1048 (Avulsos).

"Carta do [governador do Piauí], D. João de Amorim Pereira, à rainha [D. Maria I], sobre o regulamento acerca do corte de madeiras para venda às nações estrangeiras, e acerca da necessidade de regularizar o corte de quina, visto haver esta em grande quantidade na capitania.", datado de 15 de agosto de 1798. AHU, Piauí, cx. 21, doc. 1074 (Avulsos).

"Ofício do [governador do Piauí], D. João de Amorim Pereira, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a necessidade de um naturalista para estudar e descobrir o préstimo das plantas que há neste país.", datado de 16 de agosto de 1799. AHU, Piauí, cx. 22, doc. 1166 (Avulsos).

"Ofício do governador interino do Piauí, Francisco Diogo de Morais, ao [Secretário de Estado da Fazenda e Presidente do Real Erário], D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o pedido do príncipe regente [D. João] de enviar para o reino, cascas, plantas medicinais e de sementes, acompanhadas de um catálogo descritivo.", datado de 08 de janeiro de 1801. AHU, Piauí, cx. 24, doc. 1236 (Avulsos).

"Ofício (minuta) do [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Visconde da Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo], ao [Intendente das Boticas da Marinha], João Filipe da Fonseca, sobre o envio para o jardim botânico de vários exemplares de plantas recebidas do Brasil.", datado de 21 de julho de 1802. AHU, Piauí, cx. 25, doc. 1311 (Avulsos).

"Ofício do bacharel, Manuel Bernardo de Sousa e Melo, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Visconde da Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo], sobre as diligências efectuadas pelo sargento-mor de milícias do Piauí, Inácio Pires Pereira Pinto, na procura de cascas de peruviana ou quina e outros produtos naturais, durante quatro anos nos sertões da dita capitania.", datado de 24 de julho de 1802. AHU, Piauí, cx. 25, doc. 1312 (Avulsos).

"Ofício de Manuel Joaquim Henriques de Paiva, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Visconde de Anadia, [João Rodrigues de Sá e Melo], sobre seu parecer acerca da qualidade da quina ou casca de peruviana descoberta na capitania do Piauí e as suas qualidades terapêuticas.", datado de 03 de janeiro de 1804. AHU, Piauí, cx. 27, doc. 1376 (Avulsos).

"Ofício do [governador do Piauí], Carlos César Burlamaqui, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Visconde de Anadia, [José Rodrigues de Sá e Melo Menezes e Soutomaior], sobre remessa de quina para o reino.", datado de 22 de agosto de 1806. AHU, Piauí, cx. 29, doc. 1511 (Avulsos).

PIAUÍ (Capitania). Resposta a S.M. [Sua Majestade]. Teresina: Arquivo Público do Estado do Piauí, 1793-1805. 1 códice (Tomo II). Localização: SPE, COD 0012, EST 01, PRAT 01.

Outras

CALANCHA, Antonio de la. **Crónica moralizada del Orden de San Agustín en el Perú**: con sucesos egemplares vistos en esta monarquía. Barcelona: Pedro Lacavalleria, 1638.

CAMINHA, Pero Vaz de. Carta a El-Rei Dom Manuel sobre o achamento do Brasil. In: SERRÃO, Joaquim Veríssimo (org.). **História de Portugal**. Lisboa: Editorial Verbo, 1972. v. 3.

COMPARETTI, André. **Observações sobre a propriedade da quina do Brasil**. Lisboa: Na Typografia Chalcographica, e Litteraria do Arco do Cego, 1801. (Trad. de SILVA, José Ferreira).

DANIEL, Pe. João SJ. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas**, vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. p. 523.

DIAS, Manuel Nunes. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)**. v. 1. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo).

GALLUZZI, Henrique Antonio. **Carta geográfica da Capitania do Piauhi, e parte das adjacentes** [mapa]. 1761. Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Disponível em: https://bdlb.bn.gov.br/. Acesso em: 16 mai. 2025.

LAMBERT, Aylmer Bourke; VAHL, M. **A description of the genus Cinchona**. London: B. and J. White, 1797. Disponível na Biblioteca Universitária da UFMG. Acesso em: 8 dez. 2024.

LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil** (Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil). São Paulo: Livraria Martins; Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

MORÃO, Simão Pinheiro. **Queixas repetidas em ecos dos arrecifes de Pernambuco contra os abusos médicos que nas suas capitanias se observam tanto em dano das vidas de seus habitadores**. Leitura, explicação e nótulas do Dr. Jaime Walter. Lisboa: Junta de investigações do Ultramar, 1965.

RUIZ, Hipólito. **Quinologia, o tratado del árbol de la Quina ó Cascarilla, con su descripcion y la de otras especies de quinos nuevamente descubiertas en el Perú**. Madrid: En la Oficina de la Viuda é Hijo de Marin, 1792.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil (1500-1627)**. Introdução, transcrição e notas de Sérgio Buarque de Holanda. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descriptivo do Brazil em 1587** [Tratado descritivo do Brasil em 1587]. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851. xi, 422 p.

STADEN, Hans. **Duas viagens ao Brasil**. Tradução de Guiomar de Carvalho Franco. São Paulo: Edusp; Itatiaia, 2004.

TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do agricultor brasileiro**. Organização de Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VELOSO, (Frei) José Mariano da Conceição. **Quinografia portugueza ou collecção de varias memorias sobre vinte e duas especies de quinas tendentes ao seu descobrimento nos vastos dominios do Brasil**. Lisboa: Na Officina de João Procópio da Silva, 1799.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial**: 1500-1800. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. Fronteiras: **Revista de História**, v. 10, n. 17, jan./jun. 2008.

ALMEIDA, Danielle Sanches de. **O trato das plantas**: os intermediários da cura e o comércio de drogas na América portuguesa, 1750-1808. 2017. 382 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz; École des Hautes Etudes en Sciences Socialel. Centro Alexandre Koyré, 2017.

ALMEIDA, Gabriela Berthou de. Rios de conhecimentos: os povos das conquistas e expedições científicas na Amazônia e na África Oriental portuguesa (1780-1798). 2020. Tese, Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas-SP, 2020.

ALMEIDA, Gabriela Berthou de; CARVALHO, Jackeline da Silva Santos. **"A experiência e a prática do país podem ensinar"**: saberes populares na viagem filosófica no Piauí (1799-1803). In: CONGRESSO REGIONAL DE HISTÓRIA DA UESPI, 10, 2024, Teresina. Anais. Teresina: EdUESPI, 2024. p. 16-30.

ALMEIDA, Marcia Rosa de; MARTINEZ, Sabrina Teixeira; PINTO, Angelo da Cunha. Química de produtos naturais: plantas que testemunham histórias. **Revista Virtual de Química**, v. 9, n. 3, p. 1117-1153, 2017. Disponível em: http://rvq.sbq.org.br. Acesso em: 18 fev. 2025.

AMADO, Janaína. Região, sertão e nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1990 Acesso em: 11 dez. 2025.

BAPTISTA, João Gabriel. **Etnohistória indígena piauiense**. Teresina: EDUFPI, 1994.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. **"De todos os pontos partirão reclamações"**: cólera e medo no Piauí (1862-1866). Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 13, n. 30, p. 128-146, set./dez. 2021.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BLUTEAU, R. **Vocabulario Portuguez, e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, [...]**. Primeiros volumes publicados em Coimbra, no Colégio das Artes da Companhia de Jesus: I (1712); II (1712); III (1713); IV (1713); os demais foram impressos em Lisboa, em diferentes casas tipográficas: na Oficina de Pascoal da Silva: V (1716), VI (1720), VII (1720), VIII (1721); na Oficina de José António da Silva: Supplemento, Parte I (1727); na Patriarcal Oficina da Música: Supplemento, Parte II (1728). Disponível em: <http://purl.pt/13969>. Acesso em: 10 nov. 2024.

BONATO, Tiago. “A cada passo se esperava a morte”: o fenômeno da seca no sertão da América Portuguesa colonial. **MÉTIS: história & cultura**, v. 17, n. 33, p. 343-353, jan./jun. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.18226/22362762.v17.n.33.16. Acesso em: 18 mar. 2025.

BOUTIER, Jean; JÚLIA, Dominique. Em que pensam os historiadores? In: _____. **Passados Recompostos**: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998. p. 21-61.

BRAGA, Isabel Drumond. Luzes, natureza e pragmatismo em Portugal: o contributo da Real Academia das Ciências no século XVIII. **Tempo**, Niterói, v. 22. n. 41, p. 551-565. set./dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Malária**. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br. Acesso em: 19 fev. 2025.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. Tradução de Maria Manuel V. S. Marques. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 2 v.

BRIGOLA, João Carlos. **Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII**. Tese de doutoramento, Universidade de Évora, Évora, 2000.

_____. Museologia e história natural em finais de setecentos – o caso do Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda (1777-1808). Anais. Série História – **Actas do Colóquio “A Casa Literária do Arco do Cego”**, Universidade Autónoma de Lisboa, v. VII/VIII, p. 219-244, 2001. Disponível em: http://hdl.handle.net/10174/24229. Acesso em: 29 jan. 2025.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução de Newton Roberval Eichemberg. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARDOSO, José Luís. **O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII**. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

CARVALHO, Miguel de. **Descrição do sertão do Piauí**. Comentários e notas do Padre Cláudio Melo. 2. ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2009.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)**. Belém: Ed. Açaí/UFPA, 2010.

_____; ARENZ, Karl Heinz; MELO, Vanice Siqueira de. Ruralidades indígenas na Amazônia colonial. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, Belém, v. 15, n. 1, e20190027, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0027.

COMPARETTI, Andrea. **Observações sobre a propriedade da quina do Brasil**. Tradução de José Ferreira da Silva; edição de José Mariano da Conceição Veloso. Lisboa: Na Typographia Chalcographica e Litteraria do Arco do Cego, 1801. 53 p., 1 grav.

COSTA, Francisco de Assis. **A economia colonial do Grão-Pará**: uma avaliação crítica (1720–1822). Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, n. 1 (44), p. 197–219, abr. 2012.

COSTA JÚNIOR, Flávio Pereira. **História, ciência e natureza na política ilustrada de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para o meio-norte da América Portuguesa (1796-1801)**. 2023. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/15667. Acesso em: 10 fev. 2025.

COUTINHO, Miria Marques. **D. Rodrigo de Souza Coutinho e o reformismo ilustrado**: manutenção e exploração da América portuguesa no final do século XVIII. 2002. 121 f. Dissertação (Mestrado em História Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico**: a expansão biológica da Europa, 900-1900. Trad. José Augusto Ribeiro, Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DAMASCENO, Alberto; MIRANDA, Joaquina Ianca. Origens do Estado do Grão-Pará e Maranhão e a política pombalina: discursos e relações de poder. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 24, n. 2, p. 37-61, maio/ago. 2021. DOI: https://doi.org/10.5801/ncn.v24i2.8811.

DEAN, Warren. **O ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEYON, Pierre. **O Mercantilismo**. 4° Edição. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

DIAS, Paula Regina Pereira Dos Santos Marques. O SERTÃO E O SERTANEJO: um Brasil de vários sertões. **Revista Científica Novas Configurações**: diálogos plurais, v. 1, p. 4-11, 2020.

DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, v. VIII, 823-38, 2001.

ESTEVAM, Diego. A Quina (Cinchona) e o Império Português: explorações, transferências e aclimatações em uma perspectiva de imperialismo ecológico no século XIX. **Cantareira**, Niterói, v. 35, p. 11-34, jul./dez. 2021. Disponível em: https://periodicos.uff.br/cantareira/index. Acesso em: 10 mar. 2025.

FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina**: política econômica e monarquia ilustrada. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 5. ed. São Paulo: Global, 2012.

FERREIRA, Janayne de Moura. **Para defender, curar e tingir**: natureza útil e conhecimento na expedição Cabral-Pereira ao estado do Maranhão e Piauí (1799-1803). 2021. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Manguinhos-RJ, 2021. p. 61-97.

FONSECA, Maria Rachel de Gomensoro Fróes da. “A natureza concedeu a cada país ou a cada clima seus privilégios exclusivos”: a natureza brasileira na obra de Manuel Arruda da Câmara. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 2, p. 243-251, maio-ago. 2010.

FONSECA, Rodrigo Gerolineto. **A pedra e o pálio**: relações sociais e cultura na capitania do Piauí no século XVIII. Dissertação (Mestrado em História do Brasil. Programa de Pós-graduação em História do Brasil. Teresina: UFPI, 2010.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FRAGA, André. A árvore que ergueu impérios. **André Fraga**, 2023. Disponível em: https://www.andrefraga.com/. Acesso em: 25 fev. 2025.

FRANCO, Sandra Aparecida Pires. Reformas pombalinas e o Iluminismo em Portugal. **Fênix**: Revista de História e Estudos Culturais, Uberlândia, vol. 4, n. 4, p. 1-14, out./dez. 2007.

GALVES, Marcelo Cheche. Vicente Jorge Dias Cabral: um naturalista na capitania do Maranhão e do Piauí. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 12, n. 2, p. 555-570, maio-ago. 2017.

HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviatã**: instituições e poder político: Portugal - séc. XVII. Coimbra: Almedina, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

_____. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

HORTON, Richard. **Offline**: The moribund body of medical history. The Lancet, Londres, v. 384, n. 9940, p. 292, jul. 2014.

IBGE. Atlas das representações literárias de regiões brasileiras. **Sertões Brasileiros**. Vol 2. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. rev. 2009.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KURY, Lorelai Brilhante. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, vol. 11 (suplemento 1): 109-29, 2004.

_____. O naturalista Veloso. **Rev. Hist.**, São Paulo, n. 172, p. 243-277, jan.-jun., 2015.

LAMBERT, Aylmer Bourke. **A description of the genus Cinchona**. London: Printed for B. and J. White, 1797. Disponível em: https://www.biodiversitylibrary.org/bibliography/76008.

LAMBERT, Mariana. **A Real Academia das Ciências de Lisboa**. Arquivo Nacional, 2018. Disponível em: https://historialuso.an.gov.br/. Acesso em: 18 dez. 2024.

LAWS, Bill. **50 plantas que mudaram o rumo da história**. Trad. Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Sextante, 2013.

LE BRETON, David. O inapreensível do corpo. In: _____. Antropologia do Corpo e Modernidade. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. p. 17-41.

LOPES, Dinorah França; MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. Objetos e abordagens na História da Saúde e das Doenças: a quina no Piauí (1763-1806). **Revista Eletrônica História Em Reflexão**, Dourados, v. 20, n. 38, p. 6–21. 2024.

MACEDO, Jorge Borges de. **A situação económica no tempo de Pombal**: alguns aspectos. 3. ed. Lisboa: Gradiva, 1989.

MACHADO, Roberto. **Danação da norma**: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 560.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. A reforma da Universidade de Coimbra e a nova ordem dos estudos na transição do Antigo Regime. **Educação e Formação**, Fortaleza, v. 4, n. 10, p. 7-17, jan./abr. 2019.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **“Manter Sadia a Criança Sã”:** As Políticas Públicas de Saúde Materno-Infantil no Piauí de 1930 a 1945. 1. ed. Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2021. p. 368.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares; SANGLARD, Gisele. Um prolífico encontro entre a história, a saúde e as doenças [apresentação]. **Contraponto**, Teresina, v. 10, n. 1, p. 10-15, jan./jun. 2021.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **Do espetáculo da natureza à natureza do espetáculo: boticários no Brasil setecentista**. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

MATOS, Frederik Luizi Andrade de. **O comércio das "drogas do sertão" sob o monopólio da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)**. 2019. 327 f. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

MAXWELL, Kenneth. **Pombal**: paradoxo do iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MELO, Vanice Siqueira de. **Cruentas guerras**: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII. Curitiba: Prisma, 2017.

_____. **Cruentas guerras**: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII). 2011. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2011. Programa de Pós-Graduação em História.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. **"[...] cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralisado"**: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província

do Piauí (1850-1888). 2016. 361 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **O crepúsculo dos grandes (1750-1832)**: a aristocracia e a monarquia em Portugal no final do Antigo Regime. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

MOON, Peter. Parasita da malária nas Américas é mais diverso do que se imaginava. Agência FAPESP, 29 set. 2017. Disponível em: https://agencia.fapesp.br/parasita-da-malaria-nas-americas-e-mais-diverso-do-que-se-imaginava/26252/.

MORAIS, Viviane Lima de. O costume de se mascarar: Brasil e África ligados pelo trabalho e pela festa. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 24., 2007, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPUH, 2007. p. 1-6.. Acesso em: 6 mai. 2025.

MOYA TORRES, Alba. **Auge y crisis de la cascarilla en la Audiencia de Quito**, siglo XVIII. Ecuador: FLACSO, 1994.

MUNIZ, Tiago Silva Alves. Materiais e fluxos na Amazônia Colonial. **SAB – Revista de Arqueologia**, v. 32, n. 2, p. 17–35, 2019. DOI: https://doi.org/10.24885/sab.v32i2.690. Recebido em: 23 maio 2019. Aceito em: 21 out. 2019.

NAESS, Arne. The shallow and the deep, long-range ecology movement: a summary. Inquiry, [s. l.], v. 16, n. 1-4, p. 95-100, 1973. DOI: https://doi.org/10.1080/00201747308601682. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00201747308601682.

NERY, Ana Karoline de Freitas. **Políticas públicas de saúde, doenças e medicamentos em Teresina durante as décadas de 1930 e 1940.** 2021. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2021.

NOVAIS, Fernando. O Reformismo Ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. n. 7, p. 105-118. 1984.

_____. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**: pré-história, primeiros contatos com a terra, primórdios da colonização, primeiros currais, colonização e ausência de governo, primeiros governos, oligarquia indígena contra delegados de El-Rei. v. 1. Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007.

OLIVEIRA, Antonio José Alves de. **"Para vir a ser a mais florente de toda a América portuguesa":** leituras do mundo natural, geografias coloniais e projeções nos sertões - Capitania do Ceará Grande (1760-1799). 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2018.

OLIVEIRA, Luciana de Fátima. Estado do Maranhão e Grão-Pará: primeiros anos de ocupação, expansão e consolidação do território. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE

HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH, 2011.

RAYMUNDO, Letícia de Oliveira. O Estado do Grão-Pará e Maranhão na nova ordem política pombalina: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e o Diretório dos Índios (1755–1757). **Almanack Braziliense**, São Paulo, n. 3, p. 124–134, mai. 2006.

SIDERI, Sandro. **Comércio e poder**: as relações italo-portuguesas [sic] e o desenvolvimento económico de Portugal. Lisboa: Cosmos, 1978.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção et al. História da saúde: visível, audível e consequente. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 7–11, jan. 2020.

PATACA, Ermelinda Moutinho. **Mobilidades e permanências de viajantes no Mundo Português**: entre práticas e representações científicas e artísticas. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2015. Tese – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: brasiliense, 1981.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski; OLIVEIRA, Patrícia; JENSEN, Gerda Maísa. **As origens da classificação de plantas de Carl von Linné no ensino de biologia**. Filosofia e História da Biologia, v. 4, p. 101-137, 2009.

RAJ, Kapil. "Além do pós-colonialismo... E pós-positivismo. Circulação e a História Global da Ciência". Tradução de Juliana Freire. **Revista Maracanan**, [S. l.], n. 13, p. 164–175, 2015. DOI: 10.12957/revmar.2015.20133. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/maracanan/article/view/20133. Acesso em: 28 mai. 2025.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens Ultramarinas**: Monarcas, Vassalos e Governo a Distância. 1. ed. São Paulo: Alameda Editorial, 2008.

RAMOS, Samara de Almeida. **A exploração científica no sertão maranhens**e: a expedição de Vicente Jorge Dias Cabral. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 15, 2016, Florianópolis. Anais. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2016.

REBOLLO, Regina Andrés. O legado hipocrático e sua fortuna no período greco-romano: de Cós a Galeno. **Scientiæ Studia**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 45-82, 2006.

REVEL, Jacques; PETER, Jean-Pierre. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). História: novos objetos. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 141-159.

RIBEIRO JÚNIOR., WA. Hipócrates de Cós. In: CAIRUS, HF., and RIBEIRO JÚNIOR, WA. Textos hipocráticos: o doente, o médico e a doença [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. **História e Saúde collection**, pp. 11-24.

RODRIGUES, Júlio Bernardes. Genética sugere rotas do parasita da malária até as Américas. **Jornal da USP**, São Paulo, 20 fev. 2018. Disponível em:

https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-da-saude/genetica-sugere-rotas-do-parasita-da-malaria-ate-as-americas/.

RUSSELL-WOOD, Anthony John Russell. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro,1500-1808. **Revista Brasileira de Históri**a, São Paulo, vol. 18, n. 36, p. 1-24. 1998.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goyaz**. São Paulo: Editora Nacional, 1937.

SALDANHA, Nelson. Sobre os contactos entre povos; A propósito, ainda, do "descobrimento" da América. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 22, n. 1, p. 67-80, jan./jun. 1994.

SANTOS, Fabrício R. A manutenção das tradições: o papel do Índio Principal no processo de colonização da Amazônia (1640 – 1661). **Revista Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 125–146, ago./dez. 2012.

SANTOS, Gutiele Gonçalves dos. **"Sertões indômitos": c**omércio, doenças e práticas de cura na Capitania do Piauí - Século XVIII. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro: s.n., 2022. p. 55-115.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHULZ, Peter. **Alguns relatos sobre a árvore da febre**. Jornal da UNICAMP. Limeira: Editora da Unicamp. 2023. Disponível em: https://unicamp.br/unicamp/ju/artigos. Acesso em: 12 ago. 2024.

SILVA, Mairton Celestino da. **Um caminho para o Estado do Brasil**: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016.

SOARES, Wallysson Francis. Descobrimento & desaparecimento: contradições no vazio da formação brasileira. **Mosaico**, [s. l.], v. 12, n. 19, p. 15-31, 2021.

SOSA, Derocina Alves Campos. O ensino de História e os conceitos: encaminhando discussões sobre alteridade e identidades étnicas na sala de aula. **Historiæ**, Rio Grande, v. 1, n. 2, p. 135-143, 2010.

SOUSA, James O. Mão-de-obra indígena na Amazônia Colonial. **Em Tempo de Histórias**, Brasília, n. 6, p. 1-18, 2002.

SOUSA, Talyta Marjorie Lira. **Doenças e causa mortis dos escravizados e libertos de Teresina-PI entre 1869 e 1877**. Revista Hydra, v. 4, n. 8, p. 114-148, set. 2020.

SOUZA, Candice Vidal e. FRONTEIRA NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO: O SERTÃO NACIONALIZADO. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 1, n. 1, 2007. DOI: 10.5216/sec.v1i1.1779. Disponível em: https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/1779. Acesso em: 14 jan. 2026.

TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto. História da saúde no Brasil: uma breve história. In: TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tânia Salgado; HOCHMAN, Gilberto (org.). **História da Saúde no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2018. p. 9-26.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

VENÂNCIO, Marcelo; CHELOTTI, Marcelo Cervo. Colonização e apropriação do território amazônico: a exploração das "drogas do sertão" e a mão-de-obra indígena. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, v. 34, n. 1, p. 41-54, jan./jun. 2023. DOI: 10.33360/RGN.2318-2695.2023.i1.p.41-54. Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste. Acesso em: 13 out. 2025.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. Entre homens de saber, de letras e de ciência: médicos e outros agentes da cura no Brasil colonial. **Clio - Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 32, n.1, p. 5-27, 2014.

WULF, Andrea. **A invenção da natureza**: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt. Tradução de Heloisa Moura. São Paulo: Crítica, 2016.